



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Valores-notícia e enquadramentos de ação coletiva no maior portal evangélico do
Brasil: o caso Eduardo Cunha no *Gospel Mais***

Ana Paula Bezerra Leitão

Brasília
2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Valores-notícia e enquadramentos de ação coletiva no maior portal evangélico do
Brasil: o caso Eduardo Cunha no *Gospel Mais***

Ana Paula Bezerra Leitão

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social pela linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liziane Soares Guazina

Brasília
2017

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

LEITÃO, Ana Paula Bezerra. **Valores-notícia e enquadramentos de ação coletiva no maior portal evangélico do Brasil: o caso Eduardo Cunha no *Gospel Mais***. Brasília: Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2017, 159f. Dissertação de mestrado.

Documento formal, autorizando a reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pela autora à Universidade de Brasília e encontra-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. ACERVO.

Ana Paula Bezerra Leitão

Valores-notícia e enquadramentos de ação coletiva no maior portal evangélico do Brasil: o caso Eduardo Cunha no *Gospel Mais*

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Comunicação Social pela linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade.

Aprovada por:

Professora Doutora Liziane Soares Guazina
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília – UnB
(Orientadora)

Professora Doutora Tânia Mara Campos de Almeida
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília – UnB
(Examinadora Externa)

Professora Doutora Dione Oliveira Moura
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília – UnB
(Examinadora Interna)

Professor Doutor João José Azevedo Curvello
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília – UnB
(Examinador Suplente)

Brasília
2017

***“Solução: fechar os olhos
e viver o Presente”.***
(Anabe Lopes)

AGRADECIMENTOS

À mãe Rita Bezerra Leitão e ao pai Francisco Bezerra Leitão, cujas vidas “severinas” me inspiram persistência, mesmo quando desafios parecem intransponíveis.

Ao irmão Alex Bezerra Leitão, por contribuir com este trabalho, pelo carinho e por me motivar a batalhar por uma sociedade sem preconceitos.

Ao irmão Rúbio Bezerra Leitão, que me ensinou com seu exemplo de vida a necessidade de um mundo mais inclusivo.

À sobrinha Sofia Leitão, que potencializa meu desejo de lutar por um mundo melhor.

A Túlio Marcos Nunes, por ter decorado as notícias do *Gospel Mais* comigo, pelo carinho e pelo companheirismo ao longo do percurso.

À orientadora Liziane Soares Guazina, que me motivou a explorar novos caminhos, incentivou a atuar no ensino e iluminou trajetórias.

A Sérgio Ricardo Knust, por contribuir com este trabalho e pelas horas de estudo juntos.

A Fabiana Soares Frazão, Rebecca Soares Frazão, Wilson Moreno, Gláucia Sol, Stephani Nogueira e Franciello Figueiredo, moradores da Casa da Árvore, por tornarem minha vida mais saborosa.

À amiga Emanuella Neves, por ter me impulsionado a regressar ao lar acadêmico.

À professora Dione Moura, por não ter poupado convites ao meu retorno à universidade.

Às professoras Thaís de Mendonça Jorge, Elen Cristina Geraldês, Célia Maria dos Santos Ladeira Mota, Fernanda Casagrande Martinelli Lima e Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, e aos professores João José Azevedo Curvello, Pedro David Russi Duarte e Sérgio Dayrell Porto, por me conduzirem pelos meandros do conhecimento científico.

Ao Conselho Federal de Biologia – CFBio, por me incentivar e por me possibilitar conciliar trabalho e estudo.

À amiga Maria Vanessa Veiga Esteves, com quem tive a oportunidade de questionar antigas certezas.

Às amigas e aos amigos do PPGCom/FAC, pelos desabafos coletivos e por me lembrarem que a amizade é mesmo uma dádiva.

Às funcionárias e aos funcionários do PPGCom/FAC, por responderem com prontidão minhas solicitações.

Às amigas e aos amigos que me socorreram com palavras de apoio, torcidas e boas risadas.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a cobertura feita pelo portal *Gospel Mais* da gestão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na presidência da Câmara dos Deputados de modo a compreender suas características jornalísticas e a produção de sentido sobre os eventos políticos noticiados. Foram utilizadas como propostas teórico-metodológicas Análise de Critérios de Noticiabilidade (WOLF, 2008), Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e Análise de Enquadramento (GAMSON, 2011), com intenção de triangular os dados (GOMES et al., 2010). A presença de enquadramentos de ação coletiva foi investigada a partir da adaptação de três categorias propostas por Gamson (2011): *identidade*, *ação* e *injustiça*. A escolha do *Gospel Mais* se deu após realização de levantamento, apresentado neste trabalho, dos *websites* voltados ao público evangélico mais acessados atualmente no Brasil, fenômeno que ocorre em contexto de midiaticização da religião (FAUSTO NETO, 2001; GOMES, 2004, BORELLI, 2010; MARTINO, 2012). Os resultados mostram que o noticiário do *Gospel Mais* apresentou valores-notícia dos cinco conjuntos de critérios sugeridos por Wolf (2008): substantivos, e relativos ao produto, ao meio, ao público e à concorrência. Apresentaram forte grau de noticiabilidade eventos que envolveram pastores, parlamentares evangélicos e celebridades *gospel*, cujas falas frequentemente disseminaram valores fundamentalistas sobre diversidade sexual e de gênero e discursos antifeministas, anticomunistas e antipetistas. Os enquadramentos de ação coletiva, por sua vez, ocorreram de maneira diferente a depender da categoria temática. A *injustiça* foi o enquadramento mais presente, funcionando como chave para integrar os demais componentes de ação coletiva. Apesar de aparecer como principal responsável por atos de injustiça, Eduardo Cunha é defendido por lideranças evangélicas e celebridades *gospel* como sendo vítima de armação. O PT e o governo Dilma também aparecem como vilões, sendo raramente defendidos nas matérias. Em conteúdos da categoria temática “direitos e garantias”, a *injustiça* apareceu associada à noção de *identidade*, que se ancorou na definição de “nós evangélicos” (conservadores e pessoas de princípios) em oposição a um “eles”, LGBT, feministas, movimentos sociais, partidos de esquerda e a mídia. A mobilização social desses grupos foi desencorajada ou desqualificada no noticiário. O enquadramento de *ação*, no entanto, foi estimulado em protestos a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e aparece de maneira ambivalente na temática “denúncias contra Cunha”.

Palavras-chave: Gospel Mais. Enquadramentos de ação coletiva. Valores-notícia. Midiaticização. Eduardo Cunha.

ABSTRACT

This study aims to analyze the coverage given by the portal of *Gospel Mais* about the management of Eduardo Cunha (PMDB-RJ) as a President of the Chamber of Deputies, in order to understand its journalistic characteristics and the production of meaning about the political events reported. In this study, the Analysis of Newsworthiness Criteria (WOLF, 2008), Content Analysis (BARDIN, 2011) and Framing Analysis (GAMSON, 2011) were used with the intent to triangulate the data (GOMES et al., 2010). The presence of collective action frames was investigated from the adaptation of three categories proposed by Gamson (2011): *identity*, *action* and *injustice*. The choice of *Gospel Mais* came after a survey, presented in this work, of the websites aimed at the evangelical public and most accessed today in Brazil, a phenomenon that occurs in a context of mediatization of religion (FAUSTO NETO, 2001; GOMES, 2004, BORELLI, 2010; MARTINO, 2012). The results show that *Gospel Mais* news presented news-values of the five sets of criteria suggested by Wolf (2008): nouns, relating to the product, to the medium, to the public and to the competition. Events that involved pastors, evangelical parliamentarians and gospel celebrities presented a strong degree of newsworthiness, often disseminating fundamentalist values about sexual and gender diversity, and antifeminist, anti-communist and “antipetistas” discourses. Collective action frames, in turn, occurred differently depending on the thematic category. *Injustice* was the most present frame, functioning as a key to integrate the other components of collective action. Despite appearing as the main responsible for acts of injustice, Eduardo Cunha is defended by evangelical leaders and gospel celebrities as being a victim of a trap. The Partido dos Trabalhadores and Dilma Rousseff’s Government also appear as villains, and are rarely defended in news. In the thematic category “rights and guarantees”, *injustice* appeared associated with the notion of *identity*, which was anchored in the definition of “we evangelicals” (conservatives and people of principle) as opposed to “them”, LGBT, feminists, social movements, left parties and the media. The social mobilization of these groups was discouraged or disqualified in the news. The frame of *action*, however, is stimulated in protests in favor of the impeachment of the President Dilma Rousseff and appears ambivalently in the theme “denunciations against Cunha”.

Key words: Gospel Mais. Collective Action Frames. News values. Mediatization. Eduardo Cunha

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fotografia da fachada do “Templo de Salomão”, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, feita no dia 06/11/2016.....	10
FIGURA 2 - Análise de enquadramento em estudos da Comunicação (de 1990 a 2001) ..	33
FIGURA 3 – Elementos constituintes de enquadramentos de ação coletiva	35
FIGURA 4 – Classificação de pesquisas sobre enquadramento por autores.....	38
FIGURA 5 – Canais oferecidos pela rede do <i>Gospel Mais</i>	55
FIGURA 6 – Empresas parceiras do <i>Gospel Mais</i>	56
FIGURA 7 – Homepage do <i>Gospel Mais</i> no dia 27 de junho de 2017	61
FIGURA 8 – Editorias e subeditorias do portal <i>Gospel Mais</i>	62
FIGURA 9 – Veículos de comunicação e redes sociais fontes de informação	82
FIGURA 10 – Categorias temáticas e suas respectivas unidades de registro	85
FIGURA 11 – Entrecruzamento de categorias temáticas no <i>Gospel Mais</i>	90
FIGURA 12 - Definição do "nós" <i>versus</i> um "eles" na categoria temática “direitos e garantias”	99
FIGURA 13 – Culpados e vítimas nas matérias na categoria temática “direitos e garantias”	116
FIGURA 14 – Enquadramentos de <i>injustiça</i> nas notícias da categoria temática “denúncias contra Cunha”	119
FIGURA 15 – Vilões e vítimas de <i>injustiça</i> nas notícias das categorias temáticas “denúncias contra Cunha” e “ <i>impeachment</i> de Dilma”	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Imagem encontrada, em outubro de 2017, no <i>Gospel Mais</i> com dados referentes a acessos ao portal entre 2006 e 2014.....	53
GRÁFICO 2 – Imagem encontrada no Mídia Kit de 2017 do <i>Gospel Mais</i> com dados sobre audiência do portal entre 25 de março e 25 de abril de 2014.....	54
GRÁFICO 3 – Quantidade de notícias em que Eduardo Cunha é citado por ano no <i>Gospel Mais</i>	63
GRÁFICO 4 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é personagem central no <i>Gospel Mais</i> entre 2009 e 2014 (%).....	64
GRÁFICO 5 – Quantidade de notícias em que Eduardo Cunha é citado durante sua gestão como presidente da Câmara dos Deputados.....	66
GRÁFICO 6 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é personagem central durante sua gestão como presidente (%).....	67
GRÁFICO 7 – Critérios de noticiabilidade em noticiário sobre Eduardo Cunha (%).....	75
GRÁFICO 8 – Figuras públicas que aparecem no título de matérias do <i>Gospel Mais</i>	77
GRÁFICO 9 – Matérias em que Eduardo Cunha é identificado como evangélico (%).....	80
GRÁFICO 10 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é identificado como evangélico ao longo da gestão.....	80
GRÁFICO 11 – Principais fontes de informação referenciadas em matérias do <i>Gospel Mais</i>	83
GRÁFICO 12 – Jornalistas-celebridades referenciados em matérias do <i>Gospel Mais</i>	84
GRÁFICO 13 – Percentual de conteúdos por categoria temática.....	87
GRÁFICO 14 – Notícias em que há ocorrência de mais de uma categoria (%).....	91
GRÁFICO 15 - Ocorrência das categorias temáticas entre 01/02/2015 e 07/07/2016.....	92
GRÁFICO 16 – Presença do enquadramento <i>identidade</i> por categoria temática (%).....	95
GRÁFICO 17 – Níveis de <i>identidade</i> encontrados nas matérias (%).....	96
GRÁFICO 18 – Ocorrência do enquadramento <i>ação</i> por categoria temática (%).....	106
GRÁFICO 19 - Ocorrência de <i>injustiça</i> em cada categoria temática (%).....	115
GRÁFICO 20 – <i>Desencorajamento, ação, identidade e injustiça</i> por categoria temática	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Ação Cautelar
AC - Análise de Conteúdo
AD – Assembleia de Deus
Ancine - Agência Nacional do Cinema
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM - Democratas
FPE – Frente Parlamentar Evangélica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MCC – Música Cristã Contemporânea
MEC - Ministério da Educação
MPF – Ministério Público Federal
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PGR – Procuradoria-Geral da República
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PL – Projeto de Lei
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
PT – Partido dos Trabalhadores
PTN - Partido Trabalhista Nacional
REDE – Rede Sustentabilidade
RJ – Rio de Janeiro
RO – Rondônia
RS – Rio Grande do Sul
SP – São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Critérios de noticiabilidade por autores.....	24
TABELA 2 – Votação de Eduardo Cunha para deputado federal entre 2002 e 2014.....	43
TABELA 3 – Acessos a portais <i>gospel</i> brasileiros em julho de 2016 e número de curtidas das páginas no <i>Facebook</i> até agosto de 2016.....	50
TABELA 4 – <i>Fanpages</i> que direcionam tráfego para o portal <i>Gospel Mais</i>	57
TABELA 5 – Número de seguidores e inscritos em mídias digitais do <i>Gospel Mais</i> até outubro de 2017.....	58
TABELA 6 – Sistematização dos procedimentos de análise do noticiário.....	68
TABELA 7 – Ocorrência de categorias temáticas em cada matéria.....	87

SUMÁRIO

GÊNESIS - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – LEVÍTICO – MUDIATIZAÇÃO DA RELIGIÃO E “JORNALIS CRISTÃOS” NO BRASIL.....	8
1.1 Mudiatização e o surgimento de “novas formas” de religiosidade.....	8
1.2 O uso de dispositivos <i>tecnossimbólicos</i> e o fiel consumidor.....	12
1.3 Jornais “cristãos” e o plano de poder dos “homens de Deus”.....	15
CAPÍTULO 2 – ÊXODO – NOTÍCIA, NOTICIABILIDADE E ENQUADRAMENTO.....	21
2.1 Notícia: uma porta para cultura.....	21
2.2 Noticiabilidade e valores-notícia.....	22
2.2.1 Critérios de noticiabilidade substantivos.....	26
2.2.2 Critérios de noticiabilidade relativos ao produto.....	27
2.2.3 Critérios de noticiabilidade relativos ao meio.....	27
2.2.4 Critérios de noticiabilidade relativos ao público.....	28
2.2.5 Critérios de noticiabilidade relativos à concorrência.....	28
2.3 Enquadramento.....	29
2.3.1 Os vários “enquadramentos”.....	30
2.3.2 Frame analysis em estudos da Comunicação no Brasil.....	32
2.3.3 Enquadrando valores morais.....	34
2.3.4 Enquadramentos de ação coletiva: identidade, ação e injustiça.....	35
2.3.5 Operacionalizando o conceito.....	38
CAPÍTULO 3 – LAMENTAÇÕES – PERCURSO METODOLÓGICO.....	41
3.1 Descrição do contexto da pesquisa.....	41
3.1.1 Breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha.....	42
3.1.2 Portais gospel no Brasil.....	49
3.1.3 O caso Gospel Mais.....	52
3.1.3.1 Estratégias de marketing.....	52
3.1.3.2 Redes sociais digitais.....	56
3.1.3.3 ‘Interdenominacional’: uma promessa de objetividade.....	58
3.1.3.4 Editorias e organização da informação.....	60
3.2 Procedimentos para delimitação do <i>corpus</i>	63
3.2.1 Levantamento das notícias sobre Eduardo Cunha no Gospel Mais: de “ilustre desconhecido” à celebridade.....	63
3.2.2 Recorte desta pesquisa.....	65
3.3 Procedimentos para análise de dados.....	67
3.3.1 Análise de Critérios de Noticiabilidade.....	69
3.3.2 Análise de Conteúdo.....	69
3.3.3 Análise de Enquadramento.....	71
3.3.4 Triangulação de dados.....	72
CAPÍTULO 4 – CANTARES – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS SOBRE O NOTICIÁRIO DO “CASO EDUARDO CUNHA” NO GOSPEL MAIS.....	74
4.1 Características das notícias.....	74
4.1.1 Análise de Critérios de Noticiabilidade.....	74
4.1.1.1 Critérios de noticiabilidade substantivos.....	76
4.1.1.2 Critérios de noticiabilidade relativos ao produto.....	78
4.1.1.3 Critérios de noticiabilidade relativos ao meio.....	78

4.1.1.4 Critérios de noticiabilidade relativos ao público	79
4.1.1.5 Critérios de noticiabilidade relativos à concorrência	81
4.1.2 Análise de Conteúdo.....	84
4.1.2.1 Pré-análise e categorização	84
4.1.2.2 Ocorrência das categorias nas matérias do Gospel Mais.....	86
4.1.2.3 Categorias temáticas ao longo da gestão de Eduardo Cunha	91
4.2 Enquadramentos de ação coletiva: análise por categoria temática.....	94
4.2.1 Identidade	95
4.2.1.1 Níveis de identidade nas matérias do Gospel Mais	95
4.2.1.2 Direitos e garantias.....	98
4.2.1.3 Denúncias contra Cunha.....	104
4.2.1.4 Impeachment de Dilma	105
4.2.2 Ação.....	106
4.2.2.1 Direitos e garantias.....	108
4.2.2.2 Denúncias contra Cunha.....	110
4.2.2.3 Impeachment de Dilma	112
4.2.3 Injustiça	114
4.2.3.1 Direitos e garantias.....	115
4.2.3.2 Denúncias contra Cunha.....	118
4.2.3.3 Impeachment de Dilma	124
4.2.3.4 Intersecção entre “denúncias contra Cunha” e “impeachment de Dilma”	125
4.3 Triangulação de dados.....	130
CAPÍTULO 5 – APOCALIPSE – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
PROVÉRBIOS – REFERÊNCIAS	139

GÊNESIS¹ - INTRODUÇÃO

“E viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento” (Gênesis 3:6).

“Que Deus tenha misericórdia dessa nação. Voto sim”. Foi com essa sentença que o deputado federal Eduardo Cunha desferiu, entre vaias e aplausos, seu voto a favor da abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta da República Dilma Vana Rousseff, no dia 17 de abril de 2016. A referência a Deus em sua fala não foi à toa: ao longo da trajetória política, Eduardo Cunha teve sua figura pública construída em torno de um *ethos* religioso.

Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (PMDB-RJ), Eduardo Cunha assumiu a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015. Pouco tempo depois, o político fluminense, que até então era adepto da Igreja Sara Nossa Terra, passou a integrar a Igreja Assembleia de Deus, que possui mais de 12,3 milhões de fiéis no Brasil².

Em menos de dois anos à frente da Câmara dos Deputados, entre 2015 e 2016, Eduardo Cunha colocou em votação projetos que favorecem igrejas e que reduzem direitos individuais e sociais, tornou-se réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, acolheu a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, à época presidenta da República, foi afastado do comando da Casa Legislativa, renunciou ao cargo de presidente da Câmara e acabou tendo seu mandato de deputado federal cassado pelos pares em uma decisão acachapante de 450 votos favoráveis, 9 abstenções e apenas 10 contrários.

Diante desses acontecimentos históricos, surgiram questionamentos sobre a construção do personagem Eduardo Cunha em narrativas jornalísticas. Após realizar pesquisa exploratória, deparei-me com “portais *gospel*”, que oferecem informações voltadas para público evangélico e que noticiaram episódios envolvendo o político. Dentre esses *websites* está o *Gospel Mais*, que é atualmente o “portal evangélico” mais acessado do Brasil, conforme constatei em levantamento, apresentado nesta pesquisa, realizado a partir da ferramenta de medição de tráfego *SimilarWeb*.

¹ A escolha de *Gênesis*, primeiro livro da Bíblia, como título do capítulo *Introdução* desta dissertação se dá pelo fato de que ambos tratam da origem de uma narrativa. Essas narrativas, por sua natureza, são fruto de uma construção coletiva, que resulta de visões de mundo específicas do seu tempo.

² Dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O *Gospel Mais* oferece notícias sobre política, esportes, ciência e tecnologia, entre outras temáticas, e se designa como portal “interdenominacional”, ou seja, que não está vinculado a nenhuma denominação evangélica específica. Foi justamente a partir da imersão no universo simbólico produzido por esse portal que decidi investigá-lo, especificamente no que tange às narrativas sobre Eduardo Cunha enquanto presidente da Câmara dos Deputados.

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar a cobertura feita pelo portal *Gospel Mais* da gestão de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados de modo a compreender suas características jornalísticas³ e a produção de sentido sobre os eventos políticos noticiados. Com a finalidade de alcançar o objetivo geral deste trabalho, tracei os seguintes **objetivos específicos**: 1) analisar critérios de noticiabilidade nas narrativas do *Gospel Mais*; 2) verificar as temáticas mais noticiadas ao longo da cobertura sobre o “caso Eduardo Cunha”; 3) analisar presença de enquadramentos de ação coletiva no noticiário;

Por conseguinte, estabeleci **perguntas de pesquisa** a fim de atingir esses objetivos específicos: 1) qual a ocorrência e como se inter-relacionam critérios de noticiabilidade substantivos, relativos ao produto, ao meio e ao público em narrativas do *Gospel Mais*? 2) quais os principais assuntos abordados no noticiário analisado e como essas temáticas aparecem ao longo da gestão de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados? 3) qual a ocorrência e como se inter-relacionam os componentes *identidade, ação e injustiça* nas matérias do *Gospel Mais*?

Para tanto, defini como **corpus da pesquisa** 59 notícias nas quais Eduardo Cunha é personagem de destaque, aparecendo no título das matérias, e que foram publicadas durante sua gestão à frente da Câmara dos Deputados, entre 1º de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2016. Em relação à **proposta teórico-metodológica**, adotei Análise de Critérios de Noticiabilidade seguindo pressupostos de Mauro Wolf (2008), que propõe o estudo de critérios substantivos, relativos ao produto, ao meio, ao público e à concorrência. Também recorri à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a fim de mapear as principais temáticas presentes nas narrativas, e à Análise de Enquadramento a partir da adaptação de três categorias sugeridas por Gamson (2011): *identidade, ação e injustiça*. Segundo o autor, esses elementos estão presentes em enquadramentos de ação coletiva, ou seja, que

³ Conforme será discutido ao longo desta dissertação, o noticiário do portal *Gospel Mais* mantém estrutura e linguagem jornalísticas, com adoção de *lead*, de fontes de informação e de estratégias discursivas características de narrativas fáticas do gênero notícia.

insinuam a necessidade de mobilização social. A descrição da Análise de Enquadramento, por sua vez, foi feita com base em elementos da Análise Crítica da Narrativa, proposta por Motta (2013).

A Análise de Enquadramento a partir da adaptação de categorias de Gamson (2011) se fez interessante neste trabalho por dois motivos. Em primeiro lugar, tais categorias – *identidade, ação e injustiça* – se baseiam em lógicas binárias como “nós *versus* eles”, “vítimas de injustiça *versus* algozes”, possibilitando a compreensão de regras de conduta política e de valores morais estabelecidos para “público evangélico” pelo portal *Gospel Mais*. É preciso mencionar que esse “público evangélico” está longe de ser um grupo homogêneo; a tentativa de tratar denominações e vertentes evangélicas como se fossem um movimento unificado, na verdade, atende interesses de determinados atores políticos que buscam se posicionar como representantes e porta-vozes de “pensamento evangélico”. Em segundo lugar, episódios políticos envolvendo o deputado federal Eduardo Cunha geraram fortes embates políticos e mobilizações sociais no País, o que tornou interessante a análise de enquadramentos de ação coletiva presentes em narrativas do *Gospel Mais*.

Convém também esclarecer a escolha do deputado Eduardo Cunha como personagem alvo deste estudo. Diante de controvérsias que rodeiam a história do deputado, acusado de corrupção em diversas ocasiões, investigar “caso Eduardo Cunha” no *Gospel Mais* possibilita compreensão sobre como o portal aborda denúncias contra parlamentares que se designam evangélicos. Além disso, e como fator mais importante, episódios envolvendo a figura pública de Eduardo Cunha possibilitaram acesso à construção de aspectos simbólicos em torno de temáticas importantes para o País, como discussões sobre direito ao aborto, maioria penal, direitos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e referentes ao processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O deputado Federal Eduardo Cunha, conforme citado anteriormente, foi pivô da deposição de Dilma Rousseff, posto que autorizou a tramitação do processo de *impeachment* contra a petista na Câmara dos Deputados. Nesse contexto, assumiu o comando executivo do País o então Vice-presidente da República, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de São Paulo (PMDB-SP), ao qual o deputado Eduardo Cunha também é filiado. É importante esclarecer que abordei neste trabalho aspectos da vida pública de Eduardo Cunha a partir de informações

disponibilizadas por instituições públicas, pelo portal oficial do deputado e pelo portal *Gospel Mais*. Assim, este estudo se baseia em informações que não são espelho, mas representam recortes da realidade que me permitiram um exercício de compreensão interpretativa, dentre inúmeras leituras possíveis. Não tratei, portanto, do indivíduo Eduardo Cunha, mas de acontecimentos e narrativas públicas da vida dele.

Em relação ao afastamento de Dilma Rousseff da Presidência, Pérez-Liñan (2016, *in* CHAGAS, 2016) ressalta, em entrevista a Chagas (2016), a importância de diferenciar golpes de Estado nos quais ocorreram intervenções militares dos casos em que há manipulação do poder constitucional feita pelo Congresso com objetivo de justificar crime de responsabilidade. No caso do *impeachment* de Dilma, o cientista político acredita que “há argumentos para sustentar que o Congresso abusou de seu poder constitucional, porque buscou uma desculpa para iniciar o juízo político” (PÉREZ-LIÑAN, 2016, *in* CHAGAS, 2016, p. 116).

O pesquisador elenca como fatores que resultaram no afastamento de presidentes impopulares ⁴ na América Latina a situação econômica desfavorável, escândalos midiáticos, falta de apoio parlamentar e mobilizações nas ruas contra o presidente. Além da imprensa como ator chave, no caso de Dilma Rousseff, o cientista político aponta elemento adicional: o Poder Judiciário. De acordo com ele, em episódios que resultaram na deposição de Dilma, “está claro que o Poder Judiciário também filtra informações para a imprensa com fins políticos” (PÉREZ-LIÑAN, 2016, *in* CHAGAS, 2016, p. 112).

Nesse contexto histórico, no qual se debruça esta pesquisa, cabe reforçar que o processo de *impeachment* contra o Dilma Rousseff se caracterizou como “golpe parlamentar”, o qual só acontece em sistemas de democracia representativa e se distingue dos “golpes militares” (SANTOS, 2017). Conforme explica Santos (2017), o “golpe parlamentar” dispensa o aparato militar, bem como a liderança e a violência institucional, utilizando-se de um “efeito-legalidade” com objetivo de legitimar a ocupação fraudulenta do poder (SANTOS, 2017). No caso de Dilma Rousseff, trata-se de “golpe parlamentar” orquestrado por forças econômicas, midiáticas e políticas, algumas inclusive implicadas em denúncias de corrupção, interessadas em estabelecer projeto de poder que lhes

⁴ No livro *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*, Pérez-Liñan (2007) analisa seis casos: Fernando Collor (Brasil, 1992), Carlos Andrés Perez (Venezuela, 1993) Ernesto Samper (Colômbia, 1993), Abdalá Bucaram (Equador, 1997), Raul Cubas Grau e Gonzalez Macchi (Paraguai, 1999 e 2002).

favorecesse, estancando políticas que visam diminuição de desigualdades sociais (MIGUEL, 2016; SANTOS, 2017).

Conforme preconizou Miguel (2016), a saída de Dilma Rousseff culminou em agenda de retrocessos, que se revela na “entrega de patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva” (MIGUEL, 2016, p. 33).

Quanto à **motivação** para realização desta pesquisa, destaco minha preocupação com esse cenário de retrocessos em pautas importantes para mulheres, LGBTs e grupos sociais desfavorecidos no Brasil. Além disso, ao analisar a cobertura da gestão do deputado federal evangélico Eduardo Cunha no portal *Gospel Mais*, busco contribuir para compreensão de narrativas disseminadas por forças religiosas nesse contexto político brasileiro de golpe contra a democracia e de intolerâncias com a diversidade de gênero.

Dessa forma, como **justificativa** deste trabalho de dissertação, argumento que o estudo do noticiário político veiculado em mídias evangélicas oferece indícios para entender aspectos da sociedade brasileira contemporânea, na qual há aumento da população evangélica concomitantemente com o crescimento da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional (FPE).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a composição religiosa da população brasileira apresentou mudanças expressivas ao longo dos últimos anos. Entre 1940 e 2010, o percentual da população católica residente no Brasil reduziu de 95,2% para 64,6% de adeptos⁵. Paralelamente, o número de evangélicos cresceu de 2,6% para 22,2% no mesmo período, alcançando mais de 42,2 milhões de brasileiros em 2010. Apesar da grande diferença numérica em termos populacionais entre ambas as religiões, Borges (2007) explica que “quando observamos apenas a proporção de fiéis que participam de cultos religiosos, a filiação evangélica quase equivale à católica” (BORGES, 2007, p. 62).

O Censo IBGE de 2010 aponta ainda tendência, observada nas Grandes Regiões do País, de crescimento do segmento de evangélicos pentecostais, grupo no qual o processo de midiatização tem sido observado de maneira acentuada. Entre 2000 e 2010, o

⁵ Dados obtidos de Pierucci (2004), Borges (2003) e do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

percentual da população que se declara de origem pentecostal aumentou de 10,4% para 13,3%, com maior abrangência na Região Norte.

O pentecostalismo independente ou neopentecostalismo ganhou força e adesão em diferentes camadas sociais a partir da década de 1980, em um cenário de globalização e de consolidação de cultura baseada na lógica do consumo (CUNHA, 2004). Esse grupo representa quase 60% da totalidade de evangélicos no Brasil, tendo em sua maior expressão instituições como a Igreja Assembleia de Deus (12,3 milhões de adeptos), a Igreja Congregação Cristão do Brasil (2,2 milhões de adeptos) e a Igreja Universal do Reino de Deus (1,8 milhão)⁶, que tem expandido seus negócios a partir da compra e da manutenção de veículos de comunicação e de sua inserção na política.

No Brasil, há linha crescente de estudos que se debruçam sobre a utilização da mídia por igrejas evangélicas, bem como sobre o processo de midiatização dessas instituições. Em lista concisa, voltada para pesquisas brasileiras, cito Fausto Neto (2001), Martino (2003), Cunha (2003), Gomes (2004), Borelli (2010) e Prata, Lopez e Campelo (2014). Ainda há poucas pesquisas que busquem entender a significação de eventos políticos em mídias *gospel* e seu possível impacto na formação de opinião pública. Para citar alguns autores, destaco Cunha (2017), Martino (2003, 2012 e 2014) e Rothberg e Dias (2012), sendo que estes últimos se dedicaram a compreender o cenário político retratado pela Folha Universal, da Igreja Universal do Reino de Deus, a partir da análise de enquadramento, segundo pressupostos de Entman (1993).

Mídia, religião e enquadramento, por sua vez, tem sido uma intersecção chave para problematizar a maneira com que a religião é retratada por jornalistas, conforme apontam Stout e Buddenbaum (2003). No entanto, a Análise de Enquadramento é pouco empregada em estudos sobre mídias religiosas, em especial àquelas voltadas ao segmento evangélico, embora sua utilização seja profícua e recorrente em pesquisas sobre mídia e política (PORTO, 2004; MENDONÇA e SIMÕES, 2012; SOARES, 2006; RIZZOTTO, ANTONELLI e FERRACIOLI, 2016).

Em relação ao portal *Gospel Mais*, encontrei uma pesquisa de Martino (2014) que visa a delinear enquadramentos de alteridade em comentários de leitores nos *sites GospelMais* e *Umbanda, eu curto*, sobre decisão judicial que definiu que cultos afro-brasileiros não são religião. No entanto, não há nenhum estudo sobre o noticiário do

⁶ Dados obtidos do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Gospel Mais que busque compreender a produção de sentido ou critérios de noticiabilidade presentes nas matérias veiculadas.

Com o objetivo de adotar lógica facilitadora de leitura, a **organização desta dissertação** foi realizada em cinco capítulos. No Capítulo 1, a midiatização da religião é discutida de modo a situar o cenário no qual surgem portais *gospel* de notícias, que são foco deste estudo. Nesse bloco, debato a utilização de dispositivos *tecnossimbólicos* por igrejas, que vão desde rádio e TV até a *Internet*, com a intenção de se comunicar com fiéis e de conseguir novos adeptos. Discuto, também, o crescimento e a utilização de “jornais cristãos” como ferramenta para estabelecer normas de conduta política e para aumentar o número de “Políticos de Cristo” em cargos no Executivo e no Legislativo.

No Capítulo 2, apresento o caminho teórico percorrido para a construção do objeto desta pesquisa, passando por conceitos de notícia enquanto porta para cultura, de noticiabilidade e de “enquadramentos”. Além disso, discuto brevemente a utilização de enquadramento para detectar valores morais presentes no noticiário e várias formas de operacionalização desse constructo teórico.

Na sequência, no Capítulo 3, apresento o percurso metodológico em três fases. Na primeira delas, traço panorama do contexto da pesquisa, delineando breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha. Na segunda fase, apresento os principais portais *gospel* do Brasil na atualidade e, na terceira, descrevo estratégias de *marketing* e a organização da informação no portal *Gospel Mais*.

Por fim, no Capítulo 4, apresento e discuto resultados sobre a análise do noticiário do “caso Eduardo Cunha” no *Gospel Mais* a partir de características gerais das notícias (elucidadas pela Análise de Critérios de Noticiabilidade e de Conteúdo) e de enquadramentos de ação coletiva (mediante análise da ocorrência dos componentes *identidade, ação e injustiça*). Nesse capítulo, apresento ainda triangulação de dados, concluindo este trabalho no Capítulo 5, com as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – LEVÍTICO⁷ – MUDIATIZAÇÃO DA RELIGIÃO E “JORNAIS CRISTÃOS” NO BRASIL

“Obedeçam a todos os meus decretos e a todas as minhas leis e pratiquem-nos. Eu sou o Senhor”.
(Levítico 19:37)

O primeiro capítulo desta dissertação visa a contextualizar o cenário no qual surgiram “portais evangélicos” de notícias, dentre os quais está o *Gospel Mais*, alvo deste estudo. Para tanto, explicarei de maneira breve o processo de midiatização da sociedade, que afeta diretamente a organização de igrejas, reestruturando-as de tal modo que se fala atualmente de uma nova religião, uma religião midiatizada.

No horizonte dessa religião midiatizada, igrejas têm estabelecido novos contratos de leitura com fiéis a partir de dispositivos midiáticos. Mídias como rádio, televisão, jornais, revistas, *websites* e redes sociais são utilizadas por instituições religiosas para se conectarem com fiéis e angariarem novos adeptos. Particularmente sobre “jornais cristãos”, esses veículos se utilizam da retórica da imparcialidade do jornalismo na tentativa de obter legitimidade, bem como de impor, de maneira disfarçada, doutrinas e normas de conduta religiosas e políticas.

1.1 Midiatização e o surgimento de “novas formas” de religiosidade

Conforme propõe Muniz Sodré (2016), a midiatização pode ser compreendida como “processo de mudanças qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia com a vida humana” (SODRÉ, 2016, p. 108). Desse modo, segundo o autor, o conceito de midiatização visa a

dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa da vida, a que damos o nome de *bios* midiático (ou *bios* virtual) (SODRÉ, 2016, p. 109).

⁷ O livro Levítico é o terceiro da Bíblia hebraica e enfatiza instruções de Deus aos israelitas e aos seus sacerdotes estabelecendo normas de conduta que levarão à prosperidade. O nome do livro foi designado como título deste capítulo porque, em ambos, são abordados contratos religiosos.

Verón (2004) situa que a admissão progressiva de tecnologias de comunicação em sociedades industriais aconteceu em dois momentos. O primeiro deles consiste no período das sociedades industriais “*midiáticas*”, no qual meios de comunicação de massa foram se estabelecendo paulatinamente. Esse movimento nasce no século XIX com a imprensa escrita e se expande com a chegada do rádio e da televisão.

Já o segundo período se refere às sociedades industriais “*mediatizadas*”, que insurgem “à medida que as práticas institucionais de uma sociedade midiática se transformam em profundidade *porque há mídias*” (VERÓN, 2004, p. 277). De acordo com o autor, a “passagem das sociedades midiáticas para as mediatizadas expressa, na realidade, a adaptação de instituições das democracias industriais às mídias, tornando-se estas últimas as intermediárias incontornáveis da gestão do social” (VERÓN, 2004, p. 278).

Essas novas lógicas e dinâmicas decorrentes da mediatização da sociedade perpassam de maneira transversal campos sociais, afetando práticas e modificando a organização desses espaços (FAUSTO NETO, 2016). Assim, em uma sociedade em vias de mediatização, os campos sociais -- como é o caso da religião -- são diretamente afetados por esses novos processos interacionais.

As manifestações da sociedade em vias de mediatização se fazem em torno da complexificação da matéria significante; da arquitetura comunicacional que atravessa de modo transversal a organização dos diferentes campos sociais; dos processos interacionais que reúnem segundo novos postulados ambientes midiáticos e seus consumidores; da atividade da circulação que dinamiza discursos sociais em torno de novas lógicas de espaço-temporalidade; de novas práticas que resultaram dos processos de tecnologias convertidas em meios; e particularmente, das afetações de práticas sociais várias por parte das lógicas e operações da mediatização (FAUSTO NETO, 2016, p. 61).

Nessa conjuntura, instituições religiosas vêm incorporando e se adequando a essas mudanças nos fluxos comunicacionais. Borelli (2010) argumenta, inclusive, que as lógicas de comunicação atuais levaram ao advento de uma nova religião, uma religião mediatizada, que se estrutura e gera símbolos a partir de dispositivos midiáticos. “Esse novo modo de expressão da religião ocorre a partir de ofertas organizadas e elaboradas por dispositivos de contato entre o mundo do credo e do fiel” (BORELLI, 2010, p. 15).

A autora explica que esse processo de mediatização da religião pode ser pensado a partir de duas lógicas. Na primeira, igrejas se utilizam da mídia de maneira estratégica para atingir seus fiéis, consolidando, em alguns casos, o seu império na chamada mídia eletrônica. Já a segunda lógica diz respeito ao impacto da mediatização da sociedade nessas

instituições, modificando sua estrutura e seus modos de funcionamento; nessa atmosfera, a prática religiosa se organiza a partir de dispositivos e de seus regimes discursivos. “Fala-se, portanto, num novo contrato. Os dispositivos tecnossimbólicos apreendem os contratos do campo religioso e através de um complexo processo de produção de sentidos constroem e estabelecem um contrato de leitura” (BORELLI, 2010, p. 21).

Nesse sentido, cito como exemplo caso do “Templo de Salomão”, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), localizada no bairro do Brás, distrito do Belém, no Estado de São Paulo, Brasil (Figura 1). Construído como uma demonstração de poder, o templo se organiza em torno de lógicas midiáticas. A produção de sentido a respeito de crenças se dá mediante dinâmicas próprias da mídia, que costumam ser facilmente compreendidas pelo público. O edifício conta com dispositivos midiáticos que vão desde um telão cinematográfico utilizado para contar uma versão da história bíblica do povo de Israel até televisões (para os que chegarem atrasados assistirem as reuniões do lado de fora) e outros sistemas integrados de mídias, como *websites* e redes sociais.

FIGURA 1 – Fotografia da fachada do “Templo de Salomão”, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, feita no dia 06/11/2016



Fonte: Autoria própria.

Nesse sentido, a lógica de espetáculo é elemento central, tanto na estrutura imponente do templo quanto nas músicas tocadas durante a reunião e no discurso cheio de elementos teatrais proferido por líder religioso. Segundo Borelli (2010), essas operações

sócio-técnicas resultam na transformação de temporalidades e espacialidades: “Novas comunidades são geradas e esses agrupamentos são perpassados por lógicas midiáticas: o imediatismo, o fragmento, a interconexão entre distintas linguagens, a dramatização, a audiovisualidade, a lógica do espetáculo – formatado para ser consumido” (BORELLI, 2010, p. 16 e 17).

Muniz Sodré (2013) alerta que o midiático “enquanto categoria particular da forma-espetáculo pode existir fora dos suportes tecnológicos” (SODRÉ, 2013, p. 69). O pesquisador lista uma série de características que remetem à magia do espetáculo midiático e que podem ser observadas em denominações religiosas:

Em *primeiro* lugar, a forte emotividade individual e comunitária, que faz dos rituais das novas seitas ou denominações religiosas (inclusive, a ala carismática da Igreja Católica) espetáculos comparáveis aos da indústria midiática do entretenimento; *segundo*, a importância da moeda no relacionamento intersubjetivo; *terceiro*, a transformação imaginária de cada indivíduo num herói folhetinesco em luta contra um vilão, intitulado Satanás; *quarto*, e como consequência lógica do terceiro, a obrigação individual de incorporar a retórica (ou o marketing) da evangelização; *quinto*, a transvalorização da vida cotidiana, em que simulacros de soluções para problemas periódicos substituem a remota escatologia da salvação; *sexto*, a estimulação de formas de vida comunitária, reais ou imaginárias, num universo de populações progressivamente excluídas das benesses da renda pela economia global de mercado. (SODRÉ, 2013, p. 70)

É nesse contexto de midiaticização de instituições religiosas que surge o movimento *gospel*. O termo *gospel* representa a Música Cristã Contemporânea (MCC), que se popularizou nos Estados Unidos e se alastrou pelo Brasil no início do século XX (CUNHA, 2004, p. 116). De acordo com Magali Cunha (2004), esse gênero musical, que se convencionou chamar *gospel*, mescla conteúdo religioso cristão com ritmos e estilos musicais seculares mais populares (como é o caso do *rock*, do sertanejo e do axé).

Segundo a pesquisadora, o termo foi introduzido no Brasil por Estevan Hernandes, da Igreja Renascer, “como um produto ancorado pela música e disseminado por meio de estratégias de *marketing*, habilmente elaborada por esse líder religioso portador de formação e experiência na área” (CUNHA, 2004, p. 143). Magali Cunha (2004) lista, entre as consequências desse movimento que enfatiza o louvor e a adoração, fatores como a explosão de celebridades e espetáculos *gospel*. Tal fenômeno apontou para uma revolução musical no campo religioso evangélico vinculada ao consumo e ao entretenimento.

A fim de situar o contexto de surgimento de portais *gospel* de notícias no Brasil, mapeados nesta pesquisa (tópico 3.1.2), traço, a seguir, um breve panorama da utilização de dispositivos midiáticos por igrejas evangélicas e discuto “jornais evangélicos” como

instrumentos utilizados não só para angariar fieis, mas sobretudo para orientá-los quanto a normas de conduta, na tentativa de legitimar determinadas leituras de acontecimentos políticos e sociais.

1.2 O uso de dispositivos *tecnossimbólicos* e o fiel consumidor

Segundo Martino (2003), a mídia e a religião se estabelecem em uma complexa dialética, de modo que não é possível compreender uma das partes sem conhecer a outra. O teórico explica que instituições religiosas precisam da mídia para garantir sua existência, “ao mesmo tempo que a mídia gera novas demandas de trabalho simbólico das instituições religiosas. Assim, as novas dinâmicas do campo religioso criam as condições de existência de um canal de circulação dos bens simbólicos religiosos” (MARTINO, 2003, p. 14).

Estruturadas a partir de lógicas midiáticas, igrejas evangélicas produzem sentido por meio de dispositivos midiáticos, que devem ser compreendidos não apenas em sua função técnica, posto que abarcam “linguagens específicas que remetem a uma construção discursiva que se realiza num determinado contexto sociocultural. Por essa conjugação de distintos fatores é que se define o termo como dispositivo tecnossimbólico” (BORELLI, 2010, p 20). Ainda segundo a autora, são esses dispositivos que “garantem a continuidade do contato entre a igreja e o fiel. E esses vínculos só conseguem ser mantidos e ampliados por meio de contratos de leitura que tomam forma pelo trabalho técnico e simbólico dos dispositivos” (BORELLI, 2010, p. 22).

Nesse contexto, é interessante observar que o crescimento de igrejas evangélicas, em especial das neopentecostais, tem sido fortemente marcado por lógicas de consumo e de entretenimento, bem como pela utilização de mídias para alargar o alcance das mensagens, estabelecer contato com fiéis e fisgar novos adeptos, aumentando, assim, seu poder político e econômico.

Gomes (2004) esclarece que esse fenômeno de assimilação do midiático pelo campo religioso, conhecido como Igreja Eletrônica, trouxe consequências imediatas, como o deslocamento do espaço tradicional dos templos para um espectro multidimensional e aberto. O pesquisador aponta mudanças na lógica dialogal do templo para a lógica da “mídia moderna que se dirige a um público anônimo, heterogêneo e disperso. Desse modo, as táticas dos pregadores, sua oratória e performance deixam-se impregnar pelas leis da comunicação de massa, principalmente do rádio e da televisão” (GOMES, 2004, p. 4).

Uma nova Igreja é criada, universal e virtual. Os templos são os próprios lares; os púlpitos são os aparelhos de televisão; o sinal da pertença ao grupo se expressa no consumo. Somente é fiel dessa Igreja aquele que possui capacidade de consumir alguns dos produtos por ela vendidos (GOMES, 2004, p. 5).

Em relação ao rádio, a facilidade em obter concessões ou comprar espaços na programação levou à intensa utilização dessa mídia por grupos evangélicos no Brasil, sobretudo de pentecostais. Segundo Cunha (2004), as igrejas pentecostais foram as que mais investiram na compra de espaços, inicialmente nas grades das populares rádios AM. A Rádio Copacabana (que teve início na década de 50), a Rádio Boas-Novas e a Rádio Relógio, todas no Rio de Janeiro, estão entre as primeiras que transmitiam programação evangélica em tempo integral. Também surgiram emissoras em São Paulo e em outras metrópoles com programação quase inteira religiosa e que abordavam sobretudo temáticas de cura e exorcismo (idem, 2004, p. 97).

De acordo com Moraes (2015), o “pentecostalismo de cura divina” foi o grupo que melhor captou aspectos culturais e de transformação que afetavam o povo a partir de 1950. “Com um intenso êxodo rural, as cidades tornam-se inchadas e essa população sofrida será acolhida por esses grupos religiosos, que usarão muito bem o rádio como um veículo que trará consolo e acolhimento para esses migrantes sofridos” (MORAES, 2015, p. 12).

Cunha (2004) destaca também o crescimento no número de políticos evangélicos proprietários de rádios, como é o caso de Arolde de Oliveira e do ex-deputado Francisco Silva, dono da Rádio Melódia FM, localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 2003, a Rádio Melódia FM chegou a alcançar a posição de quinta maior emissora brasileira e teve como radialista o político Eduardo Cunha (tópico 3.1.1), alvo deste estudo.

Conforme apontam Prata, Lopez e Campelo (2014), as rádios religiosas são um “braço forte no processo de evangelização e de aproximação com os fiéis” (PRATA, LOPES e CAMPELO, 2014, p. 13). Dados coletados pelas autoras no *site* “Donos da Mídia” revelam a vinculação de cerca de 40% das redes de rádio brasileiras a grupos religiosos, sem considerar as pequenas emissoras e as rádios comunitárias e *webrádios*. As autoras esclarecem que, ao longo desses anos, a programação das rádios religiosas (que antes versava principalmente sobre a transmissão de cultos) tem sofrido mudanças expressivas. A fim de atender demandas do mercado, essas mídias incorporaram o formato de rádios comerciais e se voltaram ao entretenimento, com a veiculação de programas informativos e culturais e de músicas *gospel*.

A religião explora o diálogo e a proximidade característicos do rádio e insere-se em produções antes alheias a ela, como o jornalismo, a música e os já tradicionais cultos. Com esta coordenação entre o tradicional e o inovador, a evangelização reveste-se de mídia, converte-se da tradicional igreja eletrônica em um diálogo próximo, ainda que mediado e midiaticizado, fundamental para a conquista e fidelização dos sujeitos. (PRATA, LOPEZ e CAMPELO, 2014, p. 14)

Outro dispositivo de forte utilização por parte de igrejas evangélicas é a televisão. Gomes (2004) elucida que, no Brasil, foram exibidos inicialmente os programas de Pat Robertson, Rex Humbard, Billy Graham, Oral Roberts, entre outros, sendo posteriormente substituídos por pregadores nacionais. Entre os primeiros televangelistas evangélicos brasileiros estão R.R. Soares (programa “Show da Fé”), Nilson Amaral Fanini (programa “Reencontro”), Roberto MacAllister (programas “Ponto de Contato” na TV Rio e “Coisas da Vida”, na TV Tupi) e Edir Macedo. Os vínculos entre Fanini e o governo militar, segundo Cunha (2004), teriam rendido ao pastor uma concessão por 15 anos do Canal 13 do Rio de Janeiro. O programa também era veiculado na TV Educativa do Rio de Janeiro e, de acordo com Moraes (2015), alcançou transmissão em 88 emissoras.

Já a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cujo fundador é o bispo evangélico Edir Macedo, chegou a ser proprietária de 21 emissoras de televisão em 2003, distribuídas na Rede Record e na Rede Mulher (CUNHA, 2004), de uma maneira tal “que a igreja se confunde com a própria televisão” (FAUSTO NETO, 2001). Atualmente, segundo Sanchotene (2010), seu império comunicacional alcança nada menos do que 47 emissoras de televisão, 26 emissoras de rádio, 12 revistas, bem como dois jornais.

Além da compra de emissoras próprias, a IURD e outras denominações religiosas alugam horários na TV aberta no Brasil. Dados do Informe de Acompanhamento do Mercado – TV Aberta –, produzidos pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), revelam que programas de natureza religiosa ocuparam 21,1% do tempo de programação da TV aberta em 2015. Segundo o relatório, o gênero religioso é líder histórico na grade televisiva e tem ganhado ascensão ao longo dos últimos anos, chegando a ocupar uma em cada cinco horas do tempo total de veiculação dos programas, em 2015.

De acordo com Fausto Neto (2001), a construção dessas novas religiosidades baseadas em processos midiáticos resultara na constituição de espaço que atua *full time*, ou seja, durante “24 horas”, o que torna as telemídias uma extensão das atividades realizadas no templo:

Quando cessam as atividades na igreja, a televisão se transforma no espaço do templo, num deslocamento que visa, dentre outras coisas, se converter num espaço para aqueles que requerem a permanência deste "plantão". São os fiéis do "terceiro turno" que, possuídos pelos mesmos males e sofrimentos daqueles que a Igreja procuram, não dispõem, muitas vezes, da mobilidade para buscar na rua as condições para os enfrentamentos aos seus infortúnios. Se pela manhã, participam de cultos e de "rituais que vão do exorcismo à posse", via emissão televisiva, se estruturam novas formas de interações, onde os "peritos" se colocam aparentemente em situação de escuta, espécie de psicoterapeutas a prover as pessoas das chaves compreensivas de suas dificuldades. Nestes termos, o dispositivo se fecha num anel (no dia a Igreja, à noite a TV) que age sobre uma totalidade de homens e mulheres, e, possivelmente, não deixa fora de seus limites o exército de desesperados e de sofrendores. (FAUSTO NETO, 2001, p. 6)

É importante ressaltar ainda o investimento de grupos evangélicos para garantir sua presença na *Internet*, por meio de *blogs* e de *websites* que oferecem produtos diversos, bem como sua inserção em redes sociais digitais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, *Pinterest*, entre outras.

Segundo Ghisleni e Borelli (2010), algumas igrejas perceberam no *cyberespaço* e no *webmarketing* ferramentas poderosas para aumentar a comunicação com seu público-alvo, possibilitando ao fiel “ter um acesso ainda mais completo aos conteúdos relacionados à doutrina. Opções como notícias, história, *downloads*, fotos, rádio e TV auxiliam para tornar os websites uma importante alavanca que alimenta a paixão dos fiéis” (GHISLENI e BORELLI, 2010).

Ultrapassando a questão específica dos dispositivos e trazendo essa discussão para um plano mais amplo, Martino (2012) problematiza a influência dessa religião midiaticizada na tomada de decisões, em um sistema político que se pressupõe laico. Segundo o autor, o processo de midiaticização tem ajudado “igrejas e denominações religiosas não apenas a divulgar seus valores e crenças no espaço público, mas a converter essa presença, eventualmente em tomada de decisões” (MARTINO, 2012, p. 112).

1.3 Jornais “cristãos” e o plano de poder dos “homens de Deus”

Outra estratégia utilizada pelo campo religioso consiste na veiculação de jornais impressos de grande circulação voltados ao segmento evangélico, como é o caso da *Folha Universal* e do *Mensageiro da Paz*, produzidos respectivamente pela IURD e pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). De acordo com Rosa, Severo e Borelli

(2010), a Igreja Universal tem, inclusive, veiculado jornais impressos no exterior, em países como Portugal, Inglaterra, África do Sul, Chile, Estados Unidos, Bolívia e França.

Martino (2003) explica que o jornal religioso se constitui enquanto “espaço privilegiado de definição e especificação de uma linguagem própria da instituição, que se tornou comum aos membros para efeito de distinção entre o sistema de palavras e símbolos sagrados e laicos” (MARTINO, 2003, p. 10). O pesquisador elucida que, nesses periódicos, igrejas sobrepõem narrativas teológica e factual, utilizando-se da retórica da isenção jornalística com o objetivo de impor determinada representação do mundo. A partir da confiabilidade obtida de adeptos, a mídia evangélica interpreta, por uma matriz religiosa, acontecimentos do espaço público e da ordem da laicidade.

A mídia religiosa, aliando dois discursos legitimantes, o religioso e o da mídia – um por sua condição de dogma revelado, outro por sua pretensão a uma impossível e indesejável objetividade – procura reforçar esta ou aquela posição, com o cuidado de que tais questões possam ter aparência e relevância doutrinária que justifique sua presença em um veículo religioso (MARTINO, 2003, p. 56).

Em outras palavras, o autor discorre sobre a intersecção entre duas narrativas na mídia evangélica; assim, o relato de eventos cotidianos nas páginas do jornal religioso é atravessado por uma narrativa maior da religião, que busca se apoiar em uma aparente legitimidade das notícias (MARTINO, 2003). “Fazendo-se passar por retratos objetivos da realidade, os jornais religiosos veiculam conceitos, normas, determinações e ideologias da instituição” (MARTINO, 2003, p. 93).

Refletir sobre essas ideologias, que aparecem maquiadas com uma linguagem jornalística, aponta para a necessidade de compreender a produção de sentido realizada por jornais religiosos, em especial no que se refere ao seu noticiário político. Ao analisar exemplares semanais da Folha Universal, Martino (2003) identifica uma “conduta partidária oferecida ao ‘povo de Deus’ como a única correta. O mundo construído pela mídia religiosa da Universal discrimina de modo maniqueísta os agentes mercedores do voto e condena os demais à execração pública” (MARTINO, 2003, p. 160). Nesse cenário, o autor destaca trecho de uma publicação da Folha Universal, de 16 de julho de 2000:

Foi iniciada a corrida para as eleições municipais. Vereadores e prefeitos serão eleitos, em todo o Brasil, a fim de administrar os municípios, ou seja, as cidades onde habitamos. (...) Assim como Deus falou ao povo de Israel, ordenando que escolhesse a quem servir, se a deuses falsos, apesar de tradicionalmente conhecidos, ou se a Ele, o Senhor, está dando ao povo brasileiro a oportunidade

de, por intermédio da democracia, escolher de que lado ele quer ficar; se do lado da mentira, do engano, da pobreza, da fome, da miséria e da corrupção, onde estão aqueles que não têm o temor de Deus e vivem há séculos se aproveitando da ingenuidade política, principalmente dos cristãos, ou do lado dos homens de Deus, daqueles que o Senhor tem levantado para mudar a história desse país. (FOLHA UNIVERSAL *apud* MARTINO, 2003, p. 165-166)

Martino (2003) conclui que há uma estratégia de deslegitimação da direita e da esquerda na busca por construir uma ideia da necessidade de “homens de Deus” assumirem a direção do País, ancorada em argumento de que “evangélico na política é bíblico”. Essa máxima também é defendida no livro “Plano de Poder”, escrito pelo bispo Edir Macedo com colaboração do jornalista Carlos Oliveira e publicado em 2008. Nele, Edir Macedo (2008) garante que o próprio Deus elaborou um projeto de nação para “Seu povo” e que o objetivo do livro é esclarecer aos cristãos, do ponto de vista bíblico e técnico, sobre a política e suas finalidades: “Já na Criação, no livro de Gênesis, Deus nos dá uma aula de planejamento, organização e execução de uma ideia. Desde o início de tudo, Ele nos esclarece de sua intenção estadista e de formação de uma grande nação” (MACEDO e OLIVEIRA, 2008, p. 8).

Segundo Macedo e Oliveira (2008), o primeiro projeto de Deus para criação de um Estado politicamente organizado teria “Adão e os seus” como governantes, o que acabou não vigorando porque Adão o frustrou. O mesmo teria acontecido com Noé e com José, “um homem escravo que se tornou o maior governador do Egito de todos os tempos, e que poderia ter executado com êxito o plano de Deus, mas que foi ignorado pelos próprios parentes” (MACEDO e OLIVEIRA, 2008). A maior parte do livro, por sua vez, traça um paralelo entre a história bíblica de Moisés e a política brasileira contemporânea, concluindo que:

Os objetivos de interesses coletivos, tanto quanto a perseverança, exigem a conscientização do grupo sobre a causa para a qual está sendo convocado a se engajar. E, por fim, acreditar piamente na causa, mas principalmente em seu idealizador, no caso do projeto de nação aqui tratado, Deus. Cada cristão, como cidadão e como eleitor, pode colaborar em muitos aspectos para a construção dessa nação dos sonhos de Deus. É um equívoco alguém imaginar-se único, ou ainda um dos poucos a estender essa bandeira (MACEDO e OLIVEIRA, 2008, p. 119).

É interessante observar, entretanto, que novas estratégias discursivas têm sido utilizadas pela Folha Universal no que se refere à eleição de “homens de Deus”. Rothberg e Dias (2012) apontam outros elementos simbólicos construídos pelo periódico “para

caracterizar as demandas sociais, econômicas e políticas consideradas mais relevantes pela Iurd como prioritárias à gestão pública, para projetar suas próprias candidaturas e desqualificar as candidaturas concorrentes” (ROTHBERG e DIAS, 2012, p. 28). Os pesquisadores se debruçaram sobre a análise de enquadramento de cinco temáticas: segurança pública, infância e adolescência, saúde, meio ambiente, política e economia. No total, foram analisadas 99 matérias veiculadas entre 10 de junho e 30 de setembro de 2010, período que antecedeu as eleições de 2010.

A perspectiva de enquadramento adotada no referido estudo proveio de Entman (1993), visando identificar a “ideia central organizadora” dos textos a partir de três componentes: seleção, ênfase e exclusão de informações e interpretações relativas aos assuntos sob enfoque. Nesse caso, ao examinarem o *corpus*, os pesquisadores identificaram enquadramentos que sugerem a necessidade de: 1) aumento dos salários de policiais e instalação de mais Unidades de Polícia Pacificadora, como medidas para melhorar a segurança; 2) planejamento familiar e criação de políticas públicas de combate à pedofilia e tratamento dos que possuem o distúrbio, como medida para proteger crianças e adolescentes; 3) melhorar o atendimento de hospitais públicos; 4) defesa da agroecologia, plantação de alimentos em áreas degradadas e investimento em energia solar; 5) maior taxa de impostos em transações bancárias (ROTHBERG e DIAS, 2012, p. 30).

O jornal apontou problemas, mas ao mesmo tempo indicou possíveis soluções, como ações diferenciadas em relação àquelas já em execução pelos governos e criação de políticas públicas. Embora tais soluções tenham sido apenas tratadas superficialmente, sem abordagens mais aprofundadas, a Folha Universal apresentou um possível caminho terreno, sem elementos religiosos. Isto sugere que durante o período eleitoral de 2010 a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus na projeção pública de suas demandas, como forma de persuasão sobre a ação política, teria se baseado menos na defesa da prosperidade particular dos devotos e mais na luta por soluções coletivas. Nas páginas da Folha Universal, a teologia da prosperidade, com sua ênfase na responsabilização individual como origem dos problemas que afetam cada devoto, teria sido substituída pela busca de poder efetivo nas instituições políticas formais para a criação de políticas públicas e pela correspondente oferta de informação, ainda que pontual, para influenciar a formação do voto dos fiéis (ROTHBERG e DIAS, 2012, p. 34).

Assim, “jornais religiosos” são utilizados como instrumento estratégico de igrejas não só para garantir sua manutenção no mercado, mas também para aumentar seu poder político e econômico no tecido social. Essa promoção de candidaturas, tanto em “jornais cristãos” quanto a partir de outros dispositivos midiáticos, tem colaborado para o crescimento no número de representantes políticos vinculados a igrejas evangélicas

(FONSECA, 2002; ORO, 2006; BORGES, 2007; GONÇALVES, 2016), o que culminou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Antes da fundação da FPE, parlamentares vinculados a instituições religiosas já se articulavam com objetivo de formar um bloco suprapartidário e supradenominacional, convencionalmente chamado de “bancada evangélica”, e que atuasse de maneira corporativa no Congresso Nacional em pautas de interesse comum.

Uma vez vitoriosos nas urnas, políticos eleitos com apoio de grupos religiosos trabalham para que suas igrejas aumentem o capital político e para que decisões públicas favoreçam e ampliem o poder de instituições religiosas. Segundo Borges (2007), os “Políticos de Cristo’ não apenas são eleitos com apoio de fiéis e de igrejas evangélicas, como também enfatizam tal vínculo na atividade parlamentar” (BORGES, 2007, p. 65).

Convém também observar ação conjunta de membros da FPE, dentre os quais está o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em questões relacionadas aos direitos reprodutivos femininos e aos direitos LGBTs, pautas utilizadas por parlamentares evangélicos para travar uma espécie de “cruzada moral” em defesa da “moralidade cristã”, a partir de valores patriarcais, heteronormativos e normatizadores dos corpos de mulheres e de pessoas LGBTs (NETO, 2017; DIAS, 2017).

Além disso, tendo em vista o escopo desta pesquisa, destaco atuação de membros dessa mesma “bancada evangélica” em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A esse respeito, cabe ressaltar nota, divulgada no dia 6 de abril de 2016, na qual a Frente Parlamentar Evangélica se manifestou favorável à deposição de Dilma. Intitulada “Nota à nação brasileira”⁸, o documento foi assinado pelo deputado federal João Campos, à época presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e filiado ao Partido Republicano Brasileiro de Goiás (PRB-GO):

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional – FPE, tendo em vista a grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil, com graves consequências na vida do povo brasileiro, tais como: desemprego, inflação, fechamento de empresas, descrédito econômico nacional e internacional, e entendendo que os mais pobres do país são os que mais estão sofrendo com os resultados dessa crise generalizada; Considerando que os recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo Dilma são uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito e amparada pelo caminho

⁸ A “Nota à nação brasileira” foi divulgada pelo portal *Gospel Mais* na notícia intitulada “Bancada evangélica anuncia apoio ao impeachment de Dilma, mas admite que há indecisos”, publicada no dia 7 de abril de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/bancada-evangelica-anuncia-apoio-impeachment-dilma-82095.html>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

constitucional, legal e democrático embasado pelo pedido de impeachment que tramita no Congresso Nacional, bem como a necessidade do país de restabelecer a esperança, a confiança, a unidade nacional e a retomada do crescimento, DECIDIU, MANIFESTAR PUBLICAMENTE SUA POSIÇÃO FAVORÁVEL AO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, em reunião extraordinária, na tarde de hoje. (CAMPOS, 2016)

Apesar dessa atuação conjunta de deputados da FPE em algumas temáticas, é importante advertir que a “bancada evangélica” reflete a heterogeneidade do movimento evangélico e pentecostal, não se tratando, portanto, de um grupo unificado. Conforme explica Maria das Dores Campos Machado (2016), ao analisar a opinião de líderes pentecostais brasileiros, é possível encontrar discursos diversos referentes à modernidade, à política e à ordem social. “Esses discursos expressam controvérsias em torno das relações de gênero e da sexualidade humana e devem ser analisados à luz dos diálogos do ideário religioso com outros campos discursivos” (MACHADO, 2016, p. 94).

Uma vez situado o contexto de midiatização de igrejas e de produção de sentido por parte de “jornais cristãos” no Brasil, discuto a seguir constructos teóricos que serviram de base para a realização desta pesquisa. No próximo capítulo, abordo também a concepção da notícia enquanto porta de entrada para cultura e delinear conceitos de noticiabilidade, de valores-notícia e de enquadramento.

CAPÍTULO 2 – ÊXODO⁹ – NOTÍCIA, NOTICIABILIDADE E ENQUADRAMENTO

“Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe”. (Êxodo 21:24 a 25)

Tal qual uma pintura que representa, interpreta e simboliza aspectos da realidade, a notícia consiste em um fragmento, isto é, um recorte a partir do qual são salientadas facetas específicas do acontecimento noticiado. Dentro dessa perspectiva, utilizando-se da metáfora do quadro e de sua moldura, Maurice Mouillaud (1997) delinea a notícia e sua noção de enquadramento no contexto jornalístico:

A experiência não é reproduzível. Está ligada a um local, a um ponto do espaço e a um momento do tempo. Já o acontecimento é móvel. Veiculado pela informação sob a forma de despacho de agência, deve ser solto de suas amarras. Trata-se de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendido. Pode-se descrever este fragmento com um conceito que tomamos emprestado à fotografia e ao cinema, o enquadramento. Aparentemente, a moldura é posterior ao quadro, mas o quadro procede de um enquadramento implícito que o precedeu (MOUILLAUD, 1997, p. 61).

A notícia, por sua vez, é o ponto de partida e o objeto empírico desta pesquisa. Neste capítulo, discuto o produto noticioso enquanto “porta para a cultura” e situo os constructos teóricos de noticiabilidade, de valores-notícia e de enquadramento, que serviram de norte para a realização deste trabalho de dissertação.

2.1 Notícia: uma porta para cultura

Pretensas a espelhos, as notícias não refletem acontecimentos sociais tais como eles são. Muito além disso, a notícia é uma janela para o mundo, como assinala a socióloga Gaye Tuchman (1978), na abertura de livro *Making News*. Essa janela oferecida pelo jornalismo se constitui enquanto recorte da realidade, ou seja, acontecimentos sociais são emoldurados e apresentados ao público sob certos *frames*. Tais enquadramentos, por sua natureza, estão embebidos de lógicas culturais e de gramáticas específicas do jornalismo.

⁹ *Êxodo*, o segundo livro da Bíblia, foi selecionado para título do capítulo *Percorso Teórico* desta dissertação pelo fato de que a estória sobre a saída do povo hebreu do Egito pode representar, metaforicamente, o caminho cheio de intempéries percorrido para a constituição deste estudo. Os Dez Mandamentos, por sua vez, podem simbolizar o estabelecimento do conjunto de regras que orientaram esta investigação.

Assim, parto do pressuposto de que a notícia é como um quadro que pode revelar aspectos da cultura e valores vigentes na sociedade. Conforme preceitua Célia Mota (2012), a notícia, enquanto discurso, “é um ritual simbólico por meio do qual membros de uma cultura trocam valores e significam o próprio mundo. Pode-se considerar a notícia uma porta de entrada para a cultura, ou seja, para o mito, que vai alimentar crenças e ideais” (MOTA, 2012, p. 207).

Não fogem a essa regra conteúdos jornalísticos direcionados a segmentos específicos, como é o caso de jornais e portais de notícia voltados para o público evangélico. Ou seja, as notícias veiculadas em portais *gospel* carregam valores culturais morais e atuam de modo a localizar o indivíduo e a nortear comportamentos, significando acontecimentos sociais e podendo influenciar na construção de identidades.

2.2 Noticiabilidade e valores-notícia

A produção da informação deriva de elementos da cultura profissional, da própria organização do trabalho e de processos produtivos do jornalismo. Nesse sentido, um evento, para ser considerado apto a ganhar *status* de notícia, precisa atender a um conjunto de critérios, que definirão seu grau de noticiabilidade (WOLF, 2008, p. 195).

Segundo Mauro Wolf (2008), a noticiabilidade consiste no “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2008, p. 196).

Ou ainda, nas palavras de Traquina (2005), o conceito se refere a esses critérios e operações que proveem “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Ao não se encaixar dentro dessas regras naturalizadas entre jornalistas, o evento “se perde na ‘matéria prima’ que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos de mundo adquiridos pelo público por meio da comunicação de massa” (WOLF, 2008, p. 196).

Diversos autores têm se debruçado sobre valores que orientam a prática jornalística e que servem de base para a seleção de eventos noticiáveis. Os pioneiros em apresentar

uma lista sistematizada de valores-notícia foram Joahn Galtung e Mari Ruge (1965). Os dinamarqueses identificaram uma série de critérios relacionados ao impacto, à audiência e ao pragmatismo da cobertura midiática.

Brighton e Foy (2007) fazem revisão dos principais estudos e autores que problematizam a questão da noticiabilidade a partir de interpretações distintas. Dentre eles está Denis MacShane (1979), que criou as categorias conflito, dificuldade e perigo para a comunidade, eventos incomuns, escândalo e individualismo. Constam ainda estudos de Hartley e O'Neill's (2001) e Harrison (2006), que atualizam as categorias propostas por Galtung e Ruge (1965), bem como de Stuart Hall (1981), que propõe uma diferenciação entre valores formais e valores ideológicos presentes nas notícias.

Segundo Hall (1981), há um “conhecimento consensual” sobre o que é mundo. As notícias, por sua vez, operam dentro desse enquadramento, de maneira consciente ou inconsciente. Para o autor, o reforço desse sistema de valores ocorre devido à pressão do tempo nas redações, com o estabelecimento de eventos pré-agendados, além das noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade.

Já Gans (1979) desenha quatro teorias em relação à seleção e à decisão sobre o que é noticiável: o julgamento jornalístico, os requisitos organizacionais (pressões comerciais, estrutura e hierarquia), a ideia do jornalismo como espelho da realidade e determinismos externos (que envolvem tecnologia, economia, ideologia, cultura, audiência, entre outros). Enquanto isso, Lule (2001) adota leitura mais voltada para mitos e arquétipos que orientam narrativas jornalísticas.

Quanto ao valor noticioso dos acontecimentos, Paul Brighton e Dennis Foy (2007) propõem outra perspectiva tendo em vista mudanças decorrentes das mídias individuais e da natureza dos relacionamentos entre produtores e consumidores de notícias. Os autores sugerem sistema baseado nos critérios relevância, atualidade, composição, expectativa, inesperado, “vale a pena” e influências externas.

Com intuito de construir seu próprio conjunto de valores-notícia, Traquina (2005) divide valores-notícias entre os de seleção (a partir de critérios substantivos ou contextuais) e os de construção. Conforme é possível verificar na Tabela 1, outros estudiosos da área também propõem a atualização de critérios existentes com o objetivo de compreender produtos noticiosos.

TABELA 1 - Critérios de noticiabilidade por autores

Autores	Critérios de noticiabilidade
Galtung e Ruge	Frequência, amplitude, clareza, significância, relevância, imprevisão, continuidade, composição, referência a nações e a pessoas de elite, personalização, negativismo.
Wolf	Critérios substantivos (grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação); Relativos ao produto (disponibilidade do produto informativo, brevidade, <i>bad news is good news</i> , novidade do acontecimento, qualidade da notícia, balanceamento); Relativos ao meio (especificidade do suporte, frequência, formato); Relativos ao público (identificação por parte do leitor); Relativos à concorrência (expectativas recíprocas, furo de reportagem, parâmetros profissionais dos modelos de referência).
Traquina	Seleção – critérios substantivos (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração, escândalo); Seleção – critérios contextuais (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência, dia noticioso); Construção (simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização, consonância).
Shoemaker e Vos	Desvios de conduta, acesso à informação, informações vividas, proeminência do autor, qualidade da mensagem.
Denis MacShane	Conflito, dificuldade e perigo para a comunidade, incomum (esquisitice, novidade), escândalo, individualismo.
Harcup O'Neill's	Poder de elite, celebridade, entretenimento, surpresa, notícias ruins, notícias boas, magnitude, relevância, sequencialidade, agenda midiática.
Harrison	Disponibilidade de imagens ou filmes (para TV), ocorrências curtas e dramáticas (que podem ser sensacionalistas), novidade, capacidade de ser relatado de forma simples, larga escala, negatividade (violência, crime, confronto, catástrofe), inesperado, esperado, relevância / significado, eventos similares já nas notícias, programa balanceado, elite (pessoas /nações), enquadramento personalista ou de interesse humano.
Hall	Valores-notícia formais (ligação ou capacidade da estória de ser linkada a eventos anteriores, evento recente, notoriedade do evento/pessoa), valores-notícia ideológicos (conhecimento consensual do mundo)
Van Ginneken	Econômico (livre iniciativa / livre mercado), social (individualismo / mobilidade social), política (pragmatismo / moderação), estilo de vida (racionalismo, autonomia), ideológico (defesa de que não tem nenhuma ideologia)
Lule	Perspectiva dos mitos nas notícias: Vítima (morte como sacrifício), bode expiatório (desafio, ignora crenças sociais), herói (nascimento humilde, uma busca, um triunfo, o retorno), a boa mãe (modelo de bondade), o trapaceiro (bruto, estúpido, com instintos animais), o outro mundo (o nosso jeito de viver contra outros), inundação (o humilhante poder da natureza).
Brighton e Foy	Relevância, atualidade, composição, expectativa, incomum, o que vale a pena, influências externas.
Gans	Importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio, fatores do produto, competição.
Steler	Novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo
Lippman	Clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal. Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência).
Golding-Elliot	Drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.
Warren	Atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e

	consequências.
Hetherington	Importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.
Erbolato	Proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/ invenções, repercussão, confidências.
Chaparro	Atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.
Lage	Proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.
Gislene Silva	Impacto (Número de pessoas envolvidas, número de pessoas afetadas, grandes quantias de dinheiro); Proeminência (notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite indivíduo/instituição/país, sucesso/herói); Conflito (guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação); Entretenimento/Curiosidade (aventura, divertimento, esporte, comemoração); Polêmica (controvérsia, escândalo); Conhecimento/Cultura (descobertas, invenções, pesquisas, progresso, atividade e valores culturais, religião); Raridade (incomum, original, inusitado); Proximidade (geográfica, cultural); Governo (interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens, pronunciamentos); Surpresa (inesperado); Tragédia/Drama (catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano); Justiça (julgamento, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais, crimes).

Fonte: Adaptado de Gislene (2005) com dados de Traquina (2005), Brighton e Foy (2007) e Wolf (2008).

A pluralidade de critérios de noticiabilidade revela sua natureza dinâmica ao longo do tempo, conforme realça Jorge (2008). De acordo com a pesquisadora, esses valores possuem caráter múltiplo e segmentado, uma vez que apresentam expansão em seu número e no tipo dos critérios, bem como especializações temáticas que afetam a organização das redações e a cobertura realizada pelos jornais (JORGE, 2008, p. 58).

Vale destacar que é necessário pensar a noticiabilidade de maneira relacional, tendo como premissa sua natureza negociada: a seleção de um evento resulta de “uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de diferente peso, relevância e rigidez com respeito aos procedimentos de produção” (WOLF, 2008, p. 225). Desse modo, adverte o autor, “os valores/notícia são avaliados em suas relações recíprocas, em conexão uns com os outros, por ‘conjuntos’ de fatores hierarquizados e complementares entre si, e não tomados de forma isolada ou singular” (WOLF, 2008, p. 227).

Após análise prévia das matérias sobre Eduardo Cunha veiculadas no portal *Gospel Mais*, optei por aplicar neste estudo os critérios de noticiabilidade propostos por Mauro Wolf (2008), os quais considero possibilitar articulação produtiva e instigante, tendo em vista o objeto de investigação.

O autor propõe que os valores-notícia resultam de admissões implícitas a respeito de critérios substantivos (importância e interesse) e de critérios relativos ao produto, ao meio, ao público e à concorrência. A sistematização dessas categorias por Wolf (2008) se deu a partir de uma revisão e de um diálogo constante com obras de autores como Gans (1979), Golding-Elliott (1979) e Galtung-Ruge (1965). No tópico a seguir, discuto brevemente esses critérios sugeridos por Wolf (2008) e os motivos que me levaram a escolher investigar sua presença no noticiário político do *Gospel Mais*.

2.2.1 Critérios de noticiabilidade substantivos

Sabe-se que notícias de interesse público nem sempre despertam interesse expressivo do público. Não raro observamos informações relevantes para a nação darem lugar, na manchete, a outras que possuem caráter de entretenimento. A importância da notícia e a sua capacidade de atrair a atenção das pessoas são fatores que compõem os critérios substantivos de noticiabilidade, de acordo com Mauro Wolf (2008). Tais fatores podem aparecer de maneira combinada, ou não, em uma mesma notícia.

Segundo o autor, a importância de uma notícia pode ser definida a partir das variáveis: 1) grau e nível hierárquico dos indivíduos no acontecimento noticiável; 2) impacto sobre a nação e sobre o interesse social; 3) quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; 4) relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação. Já o fator interesse consiste na capacidade que tem um evento de entreter ou atrair a atenção, seja por despertar interesse humano e abordar curiosidades, seja por revelar aspectos da vida privada de pessoas públicas.

No que concerne ao nível hierárquico dos indivíduos, Wolf (2008) esclarece que está relacionado tanto a instituições governamentais quanto a outros organismos e hierarquias sociais. De maneira operacional, esse valor/notícia é definido pelo “grau de poder institucional, a relevância de outras hierarquias não-institucionais, a sua visibilidade (isto é, a capacidade de ser reconhecido fora do grupo de poder em questão), a extensão e o peso dessas organizações sociais e econômicas” (WOLF, 2008, p. 210).

Diante desse contexto, fez-se interessante investigar em que medida o grau e nível hierárquico é um valor importante na seleção dos acontecimentos divulgados pelo *Gospel Mais* e de que maneira esse dado se inter-relaciona com os demais critérios de

noticiabilidade. Outrossim, averiguar nas notícias fatores como o impacto sobre a nação, a quantidade de envolvidos, a possibilidade de evolução futura de determinado acontecimento, bem como sua capacidade de atrair a atenção do leitor fornece dados interessantes para compreensão do objeto desta pesquisa.

2.2.2 Critérios de noticiabilidade relativos ao produto

Wolf (2008) define por critérios relativos ao produto aqueles que dizem respeito à disponibilidade de material e a especificidades da informação. Em relação à disponibilidade, o autor cita o conceito de Golding-Elliott (1979), que busca explicar “em que medida o evento é acessível para os jornalistas, em que medida é tecnicamente tratável nas formas jornalísticas habituais; se ele já está estruturado de modo que seja facilmente coberto; se requer muito dispêndio de meios para cobri-lo” (GOLDING-ELLIOTT, 1979, p. 144, *apud* Wolf, 2008).

Ademais, o pesquisador elenca entre as especificidades do produto noticioso os critérios: 1) brevidade, ou seja, a possibilidade de um acontecimento ser tratado de maneira curta o bastante para chamar atenção e longa o bastante para abordar o essencial; 2) ideologia da notícia, que se refere à máxima “*bad news is good news*”, isto é, à busca por representar infrações, desvios, rupturas do curso tido como normal das coisas; 3) Novidade; 4) Qualidade da história, que, segundo Gans (1979), pode ser aferida a partir de cinco variáveis (ação, ritmo, caráter exaustivo, clareza da linguagem, padrões técnicos mínimos); 5) Balanceamento, que diz respeito ao equilíbrio da composição do noticiário.

No caso do *Gospel Mais*, investigar a ocorrência dessas categorias é interessante por permitir elucidar aspectos do processo de produção das notícias e da cobertura política. Aplicar tais critérios ao *corpus* desta pesquisa também possibilita a compreensão de características das matérias veiculadas no *Gospel Mais*, que se autodesigna como portal de notícias capaz de oferecer a seus usuários um “conteúdo atualizado e de qualidade”.

2.2.3 Critérios de noticiabilidade relativos ao meio

“O meio é a mensagem” é preconizado pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan (1969). Embora haja ressalvas em relação a afirmação de McLuhan (1969), o fato é que o meio influencia na escolha de eventos noticiáveis, assim como na mensagem que será empacotada e entregue ao público. Dependendo do meio de comunicação em questão,

determinadas características do acontecimento podem aumentar ou diminuir a chance de sua veiculação. Wolf (2008) exemplifica com o caso dos meios televisivos, cuja narrativa é construída a partir da interposição entre texto e imagem. Nessa circunstância, ter um “bom” material visual filmado torna o evento mais apto a ascender ao *status* de notícia.

Além desse fator, o teórico cita outros dois critérios relativos ao meio: a frequência, que diz respeito ao lapso de tempo necessário para que um evento assuma forma e significado, e o formato, que se refere às restrições de espaço e de tempo que caracterizam o produto informativo e à capacidade do acontecimento de ser estruturado narrativamente.

No âmbito desta pesquisa, o meio analisado pertence ao universo digital. Entendo que o critério “bom” material visual também se aplica no caso de *websites* de notícias, uma vez que atendem a especificidades do cenário *online*, o qual possui forte apelo imagético. Diante de fluxo intenso de informações disponíveis, que disputam por espaço no mundo virtual, uma imagem expressiva certamente é variável importante na seleção de fatos noticiáveis.

2.2.4 Critérios de noticiabilidade relativos ao público

Outros critérios abordados por Wolf (2008) dizem respeito à imagem e às crenças que os jornalistas compartilham em relação ao público. Para especificar esses fatores, o autor recorre a três categorias definidas por Gans (1979): “a) as notícias que permitem uma identificação por parte do espectador; b) as notícias de serviço; c) as chamadas *non-burdening stories*, as notícias leves, que não oprimem o espectador com muitos detalhes, ou com histórias deprimentes, ou desinteressantes” (WOLF, 2008, p. 223).

No que concerne a esta investigação, são analisados aspectos da “identificação” que o portal *Gospel Mais* acredita compartilhar com seu leitor, assim como o tipo de notícia de serviço ou de notícia leve que acredita interessá-lo. Tal identificação se torna ainda mais instigante em se tratando de acontecimentos envolvendo o deputado federal Eduardo Cunha, entre os quais está o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

2.2.5 Critérios de noticiabilidade relativos à concorrência

Tendo em vista a gama de veículos de comunicação que disputam pelo mesmo espaço, Wolf (2008) elenca três tendências presentes nos critérios de noticiabilidade

relativos à concorrência: o furo de reportagem, as expectativas recíprocas e os parâmetros profissionais dos modelos de referência.

A primeira tendência diz respeito à busca por prejudicar o concorrente ao oferecer informações “quentes” e exclusivas, o chamado “furo jornalístico”. Segundo o autor, desse processo derivam “estímulos à fragmentação, a centrar a cobertura informativa em personalidades de elite e a todos os outros fatores co-responsáveis pela distorção de informação que prejudica uma visão articulada e complexa da realidade social” (WOLF, 2008, p. 224).

Já a segunda tendência “consiste no fato de que a competição gera expectativas recíprocas, no sentido de que pode acontecer de uma notícia ser selecionadas por se esperar que os meios de comunicação concorrentes também o façam” (WOLF, 2008, p. 224). Não é à toa que frequentemente encontramos uma similaridade de matérias e pautas nos jornais. Conforme realça o autor, essa característica dificulta inovações na seleção de notícias.

Também resulta da competição a terceira tendência apontada por Wolf (2008): trata-se da identificação de certos veículos como modelos de referência, responsáveis por estabelecer parâmetros profissionais, como ocorre com o *New York Times* e o *Washington Post*, considerados protótipos do jornalismo nos Estados Unidos.

A partir da análise desses critérios, busco compreender como se dá a relação entre o *Gospel Mais* e a concorrência, uma vez que muitas informações publicadas no *website* são provenientes de veículos tradicionais de notícias. Além disso, a partir da análise desses critérios, investigo aspectos da rotina de produção das notícias do portal.

2.3 Enquadramento

A Teoria de Enquadramento consiste em abordagem qualitativa empregada de maneira crescente para investigar conteúdos noticiosos, sobretudo no âmbito do jornalismo político (PORTO, 2004; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; SOARES, 2006; RIZZOTTO, ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016). O interesse se dá pelo fato de que essa perspectiva salienta “o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, entranhada em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (SOARES, 2006, p. 2).

A escolha do “enquadramento” (*frame* ou *framing*) nesta pesquisa foi motivada por se tratar de um constructo que permite adentrar no texto de modo a desvendar vieses e

analisar tendências interpretativas no decorrer de temporadas. Busco compreender o comportamento desses *frames* (em específico daqueles que insinuam a necessidade de ação coletiva) e suas variações no noticiário do *Gospel Mais* no período situado entre a ascensão e a queda do evangélico Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados.

Na pesquisa apresentada nesta dissertação, anoro a investigação no constructo do enquadramento a partir da adaptação de três categorias propostas por William Gamson (2011): *identidade*, *ação* e *injustiça*. Entendo que esses enquadramentos explicitam valores e julgamentos morais, além de possibilitar compreensão do tipo de engajamento político que o referido portal “cristão” encoraja.

2.3.1 Os vários “enquadramentos”

A Teoria do Enquadramento tem sido aplicada em estudos das ciências sociais, da linguística, da antropologia linguística, da psicologia cognitiva, da economia comportamental, da sociologia e de movimentos sociais, bem como em pesquisas de jornalismo e comunicação de massa, além da área de gestão e teoria da organização (CORNELISSEN; WERNER, 2014, p. 182).

Em razão disso, conforme apontam diversos autores (ENTMAN, 1993; PORTO, 2004; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; CORNELISSEN; WERNER, 2014), ao mesmo tempo em que resulta em um terreno fértil para investigações científicas, a noção de enquadramento pode sofrer falta de clareza conceitual.

Entman (1993) argumenta que há fratura e dispersão na ideia de enquadramento, uma vez que ela é “onipresente” em ciências sociais e humanas, ao mesmo tempo em que carece de um conceito-chave que mostre exatamente como os quadros se manifestam em um texto ou como influenciam na maneira de pensar (ENTMAN, p. 51, 1993). Mendonça e Simões (2012) contextualizam possíveis prejuízos dessa dispersão:

Na medida em que a definição de um conceito se expande para abarcar fenômenos diferentes, há prejuízos no que concerne à sua exatidão. Os limites e contornos do conceito tornam-se dispersos e pouco claros. A segunda consequência potencialmente perigosa diz respeito a uma eventual fratura do conceito. Para além da expansão semântica, o conceito passa a ser usado com sentidos diferentes e, muitas vezes, conflitantes. Ainda que o termo pareça articular estudos diversos, o que se nota é o surgimento de um terreno teórico não partilhado; ou melhor, a emergência de terrenos teóricos distintos (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p. 187-188).

De acordo com Conelissen e Werner (2014), a noção de enquadramento surgiu originalmente com Kenneth Burke (1937), que propõe ideias de “*changing emphasis of frames*” e “*comic frames*” no estudo de obras de gêneros literários como a tragédia, a comédia e a sátira. Posteriormente, o enquadramento (ou *enquadre*) é usado na psicologia cognitiva por Gregory Bateson (1954) em estudos sobre a esquizofrenia. Bateson (1954) buscou explicar de que maneira as interações travadas no processo psicoterápico estão ancoradas em quadros de sentido.

Anos depois, o conceito foi desenvolvido e popularizado pelo sociólogo canadense Erving Goffman (1974), com o objetivo de averiguar a construção de sentido a partir das interações sociais. O autor define enquadramentos como estruturas cognitivas construídas e modificadas socialmente, às quais recorreremos para interpretar eventos cotidianos. Nesse sentido, os *frames* funcionam como quadros de referência, possibilitando a interação e a criação de formas organizadas de compreensão do mundo.

Gaye Tuchman (1978) foi pioneira na aplicação do constructo de maneira mais articulada nos estudos comunicacionais. No livro *Making News*, de 1978, a autora afirma que a notícia tem como característica essencial o enquadramento, assumindo a função de balizar interpretações da vida cotidiana. Para Tuchman (1999), as notícias são “estórias” que oferecem significados para realidade social.

Dizer que uma notícia é uma “estória” não é de modo nenhum deixar rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente (TUCHMAN, 1999, p. 262).

De acordo com a pesquisadora, tendo como referência o conceito de Goffman, “um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles” (TUCHMAN, 1999, p. 262). Nesse sentido, considerando as *news stories* enquanto *frames*, os jornalistas exercem o papel de definir o tipo e os elementos que compõem um acontecimento social.

Após a aplicação do conceito por Tuchman (1978), vários pesquisadores desenvolveram estudos sobre as relações entre enquadramento e a produção de notícias. Dentre eles está o sociólogo Todd Gitlin (1980), que analisou a cobertura do movimento estudantil norte-americano contra a guerra do Vietnã. O autor define *frames* da mídia como

“padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira” (GITLIN, 1980, p. 7, *apud* PORTO, 2004).

Destaco ainda o trabalho de Entman (1993), que fez revisão sistemática de estudos sobre enquadramentos. Em definição que busca sintetizar pontos centrais do conceito de *frame* ou *framing*, sobretudo quanto à sua aplicação na análise de conteúdos da mídia (PORTO, 2004), Robert Entman (1993) explica que enquadramentos dão ênfase a determinados aspectos da realidade em detrimento de outros, por meio de processo de seleção e exclusão, construindo uma interpretação e sugerindo uma orientação quanto ao fato relatado.

O enquadramento implica selecionar e destacar algumas facetas de eventos ou problemas e estabelecer conexões entre eles de modo a promover uma interpretação, avaliação e/ou solução específica. As palavras e imagens que compõem o quadro podem ser distinguidas do resto das notícias por sua capacidade de estimular o apoio ou a oposição aos lados em um conflito político¹⁰ (ENTMAN, 2003, p. 417).

Entman (2003) defende que os enquadramentos nos quais encontramos termos de ressonância cultural possuem maior potencial de influência na audiência. Esses termos consistem em palavras e imagens proeminentes da cultura, ou seja, notáveis, compreensíveis, memoráveis e carregados emocionalmente (ENTMAN, 2003, p. 417). No caso analisado neste estudo, os *frames* com maior potencial de ressonância oferecidos pelo portal *Gospel Mais* empregam não apenas palavras e imagens salientes na cultura brasileira e jornalística, mas também aquelas que remetem à cultura *gospel* e cristã.

2.3.2 *Frame analysis em estudos da Comunicação no Brasil*

No Brasil, o “enquadramento” está entre os constructos teórico-metodológicos mais utilizados nos estudos sobre mídia e política, embora tenha permanecido por um longo período em um “estado embrionário” (PORTO, 2004, p. 74). Segundo Porto (2004), “o conceito de enquadramento tem sido definido, tanto como alternativa a paradigmas em

¹⁰ Versão para o texto: *Framing entails selecting and highlighting some facets of events or issues, and making connections among them so as to promote a particular interpretation, evaluation, and/or solution. The words and images that make up the frame can be distinguished from the rest of the news by their capacity to stimulate support of or opposition to the sides in a political conflict.* (ENTMAN, 2003, p. 417).

declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes” (PORTO, 2004, p. 77).

Destaco, na Figura 2, autores brasileiros que utilizaram o constructo do enquadramento para realizar estudos referentes a efeitos na audiência e à cobertura jornalística de eleições, movimentos sociais e escândalos políticos.

FIGURA 2 - Análise de enquadramento em estudos da Comunicação (de 1990 a 2001)



Fonte: Autoria própria com dados obtidos de Porto (2004)

Dentre os pioneiros na aplicação do conceito no Brasil estão Afonso de Albuquerque (1994) e Gustavo Fabrício (1997), que examinaram enquadramentos na cobertura da eleição presidencial em 1994, ano em que Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva se enfrentaram nas urnas. A eleição presidencial de 1998 também foi alvo de pesquisas acadêmicas (MIGUEL, 1999, COLLING, 2000, SOARES, 2000, LIMA, 2001) com o objetivo de identificar a construção pela mídia de um cenário favorável à reeleição de Fernando Henrique.

Mauro Porto (2001) utilizou a Teoria do Enquadramento para analisar a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* da eleição presidencial de 2000 nos Estados Unidos em comparação com o noticiário estadunidense. O autor identificou a ocorrência de *framings* semelhantes, como o “enquadramento corrida de cavalos” e o “enquadramento episódico”.

O “enquadramento” também é aplicado para investigar como a mídia afeta o entendimento e as preferências políticas da audiência. Nesse sentido, ganha destaque o trabalho de Aldé (2004), que investigou a televisão como quadro de referência dos

cidadãos no entendimento da política. A autora ressalta que a mídia “ocupa lugar de destaque no universo de referência de todos os indivíduos, que pela sua homogeneidade discursiva, tendendo a repetir os principais enquadramentos, quer pela acessibilidade quase universal dos meios de massa” (ALDÉ, 2004, p. 135).

2.3.3 Enquadrando valores morais

Entman (2003) assegura que os *frames* presentes no noticiário político exercem pelo menos duas das seguintes funções: definição de efeitos ou condições como problemáticos, identificação de causas, transmissão de um julgamento moral dos envolvidos no assunto e endossando remédios ou melhorias para a situação (ENTMAN, 2003, p. 417).

No caso dos enquadramentos de moralidade (*morality frames*), Semetko e Valkenburg (2000) destacam que tais *frames* colocam o evento, problema ou questão em um contexto de princípios religiosos ou prescrições morais. No entanto, as autoras alertam que jornalistas geralmente utilizam a ótica da moral de maneira indireta, devido às normas de objetividade prometidas pela profissão. “Um jornal poderia, por exemplo, usar as opiniões de um grupo de interesse para fazer perguntas sobre doenças sexualmente transmissíveis. Essa história pode conter mensagens morais ou oferecer prescrições sociais específicas sobre como se comportar”¹¹ (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p. 96).

Nesta pesquisa, interessa particularmente essa função do enquadramento de transmitir um julgamento moral a partir de uma lógica binária de bem *versus* mal, que está na base do pensamento religioso cristão e da dicotomia do pensamento ocidental. Com objetivo de compreender esse valor moral nas matérias, investigo a ocorrência de três categorias (*identidade, ação e injustiça*) propostas por Gamson (2011). Tais elementos compõem *frames* de ação coletiva e, conforme aprofundo no próximo tópico, estão pautados na ideia de “nós” *versus* um “eles”, de vítimas *versus* agressores, de modo a legitimar ou desencorajar ações coletivas.

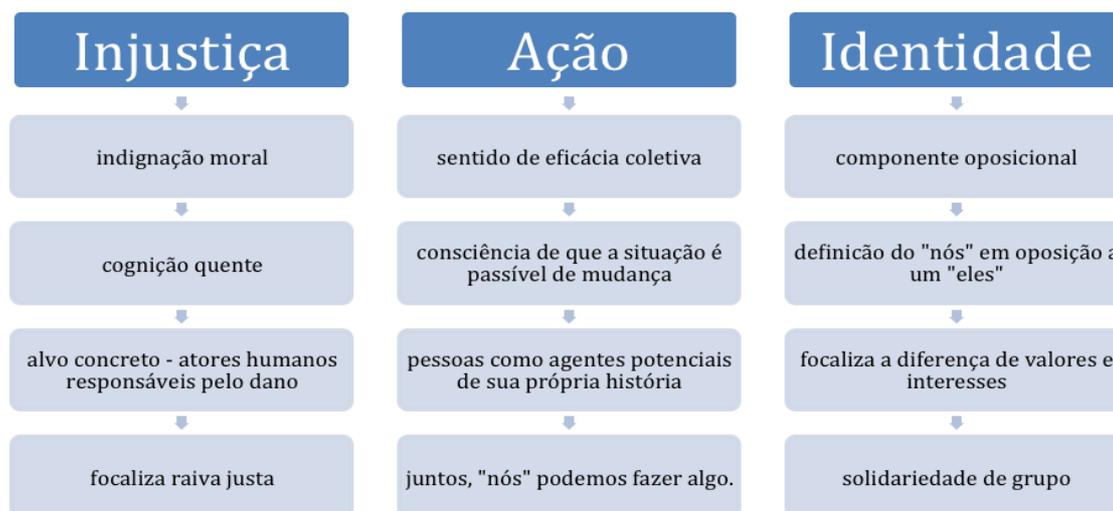
¹¹ Versão para o texto: *A newspaper could, for example, use the views of an interest group to raise questions about sexually transmitted diseases. Such a story may contain moral messages or offer specific social prescriptions about how to behave* (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p. 96).

2.3.4 Enquadramentos de ação coletiva: identidade, ação e injustiça

As categorias *identidade*, *ação* e *injustiça*, segundo Gamson (2011), são elementos constituintes de enquadramentos de ação coletiva. De acordo com o autor, esses componentes são formas de consciência política que conduzem à mobilização social e ao ativismo político. No caso do *Gospel Mais*, que interpreta fatos e acontecimentos públicos a partir de lentes religiosas, a promoção da consciência política está pautada em valores e princípios fundamentalistas. A mobilização social promovida, nesse caso, não se constitui enquanto ativismo político em defesa de direitos, mas promove uma espécie de “guerra santa” como estratégia retórica e política.

Na Figura 3, realço algumas características centrais desses elementos constituintes de enquadramentos de ação coletiva, conforme propõe Gamson (2011).

FIGURA 3 – Elementos constituintes de enquadramentos de ação coletiva



Fonte: A autoria própria com informações de Gamson (2011)

A *injustiça* se refere à indignação moral expressa nessa forma de consciência política, sendo considerada de forte apelo emocional. Trata-se, portanto, de um componente que focaliza a raiva justa, causando revolta nos sujeitos, e que pressupõe a consciência de atores humanos motivados, “tipicamente identificados como agentes causais em um jogo de moralidade sobre o bem e o mal ou sobre honestidade e corrupção” (GAMSON, 2011, p. 59). Isso significa que, na *injustiça*, há um alvo concreto, apresentado como mal-intencionado e que carrega o ônus por prejudicar sujeitos que não mereciam.

“A concretude do alvo, mesmo quando ele está deslocado e dirigido para longe das causas reais do dano, é uma condição necessária para o enquadramento de injustiça. Assim, a competição sobre a definição de alvos é um campo de batalha crucial no desenvolvimento ou na contenção de enquadramentos de injustiça (GAMSON, 2011, p. 56).

Segundo o pesquisador, o egoísmo, a ganância e a indiferença podem ser suficientes para gerar esse tipo de indignação. Além disso, adverte, os atores considerados culpados não são necessariamente indivíduos, podendo referir-se a corporações, agências governamentais ou a grupos específicos. Também não há que se pensar que precisem ser autônomos: “eles podem ser retratados como sujeitos constrangidos pelas ações passadas dos outros e por forças mais abstratas – desde que desempenhem algum papel como agentes que prolongam ou acarretam um dano injusto” (GAMSON 2011, p. 57).

Por outro lado, a *ação* está expressa na ideia de que é possível alterar condições ou políticas por meio da ação coletiva, conferindo sentido de eficácia coletiva à mobilização social. Esse componente sugere que, juntos, “nós” podemos mudar a realidade, empoderando sujeitos, os quais são tidos como agentes potenciais de sua própria história.

A *identidade*, por sua vez, consiste na definição de um “nós” em oposição a um “eles”, que possuem interesses ou valores diferentes. De acordo com Gamson (2011), esse fator da *identidade* ocorre em três níveis, que podem aparecer de maneira entrelaçada: organizacional (entidades construídas em torno de instituições), movimento (mais amplo do que uma organização particular) e solidariedade de grupo. Os casos analisados pelo autor estão no nível da solidariedade de grupo, que corresponde ao quanto a localização social é utilizada para enquadrar questões.

Conforme explica o autor, os movimentos sociais que conseguem engajamento e mobilização se utilizam de um ou mais enquadramentos de ação coletiva em seus discursos e panfletos. Na obra *Talking Politics*, publicada em 1992¹², Gamson (2011) se debruça sobre a presença desses componentes em discursos dos *media* e em conversações de grupos sobre quatro questões polêmicas: os problemas enfrentados pela indústria norte-americana, a ação afirmativa, a energia nuclear, e o conflito árabe-israelense.

¹² O livro *Talking Politics* foi publicado em 1992 pela Universidade de Cambridge, nos Estados Unidos. A obra foi traduzida para o português por Ângela Cristina Salgueiro Marques e publicada com o título “Falando de política”, pela Autêntica Editora em 2011.

Gamson (2011) problematiza em que medida meios de comunicação de massa influenciam a formação da consciência política de modo a sustentar a ação coletiva. Para tanto, o autor correlaciona *frames* presentes no discurso midiático com falas produzidas em conversações entre grupos, concluindo que há uma negociação complexa entre o público e as mensagens da mídia. Ao elaborarem opinião sobre questões políticas, os cidadãos recorrem não só a discursos midiáticos, mas também a experiências pessoais e de amigos, assim como à sabedoria popular. Ou seja, a consciência é “constituída na interação entre a cultura e a cognição” (GAMSON, 2011, p. 12).

Diferentemente da proposta do autor, esta pesquisa não busca medir possíveis influências de enquadramentos da mídia na maneira com que pessoas apreendem acontecimentos políticos. Interesse-me, no caso deste estudo, em compreender a produção de sentido realizada pelo portal *Gospel Mais* sobre eventos envolvendo o político evangélico Eduardo Cunha. Feita essa ressalva, a escolha desse constructo teórico-metodológico, de maneira adaptada, para a análise do noticiário do *Gospel Mais*, ocorreu tendo em vista que as três categorias (*identidade, injustiça e ação*) dialogam com o universo religioso e com o recorte desta pesquisa.

Em relação a identidade, entendo se tratar de uma questão central quando me deparei com narrativas do *Gospel Mais*. Primeiramente, porque o próprio portal se designa como um portal “cristão” e supra institucional, ou seja, que não está vinculado a nenhuma denominação específica, mas que possui o objetivo de manter o cristão bem informado. Por estar voltado ao segmento evangélico, o *website* se utiliza de uma ideia de identidade ao oferecer seus produtos, entre os quais estão as notícias.

No caso do noticiário político, pensar a construção da identidade evangélica a partir da oposição de um “nós” em relação a um “eles” é particularmente interessante tendo em vista o recorte da pesquisa. Essa noção de identidade baseada em um componente oposicional possibilita mapear normas de conduta, baseadas em uma moral religiosa e sugeridas aos evangélicos, em um momento marcante da história brasileira, no qual o político evangélico Eduardo Cunha coloca em pauta projetos conservadores e autoriza o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Nesse sentido, busco ainda entender se o portal utiliza tais enquadramentos de ação coletiva, sugerindo ao público evangélico a necessidade de se mobilizar a favor ou contra determinados políticos, como é o caso de Eduardo Cunha e de Dilma Rousseff.

Compreendo que a maneira como esses *frames* foram articulados permite, em instância geral, compreender a cobertura sobre Eduardo Cunha feita pelo *Gospel Mais*. O enquadramento de *injustiça*, da maneira proposta por Gamson (2011), é particularmente interessante para este estudo porque se baseia em um julgamento moral pautado na ideia de honestidade, valor esse que é também estimado no meio cristão.

2.3.5 Operacionalizando o conceito

A operacionalização da noção de enquadramento em pesquisas científicas tem sido problematizada e classificada por diversos autores. Na Figura 4, destaco algumas dessas classificações e identifico em quais delas se situa esta pesquisa.

FIGURA 4 – Classificação de pesquisas sobre enquadramento por autores



Fonte: Autoria própria com dados de Porto (2004), Mendonça e Simões (2012), D’Angelo, Semetko e Valkenburg (2000), Neuman et al. (1992) e Scheufele (1999).

Porto (2004) propõe uma diferenciação entre pesquisas sobre enquadramentos interpretativos e enquadramentos noticiosos. No primeiro caso, trata-se de *frames* promovidos por atores sociais e políticos, ou seja, externos à prática jornalística. Já os enquadramentos noticiosos referem-se a “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade” (PORTO, 2004, p. 91).

Scheufele (1999), por sua vez, categoriza dois tipos de análises: análise de *frames* midiáticos e análise de *frames* individuais (operados por atores sociais). Tais estudos são

ainda divididos pelo autor entre: 1) os que examinam fatores que levam à produção do enquadramento (variável dependente) e aqueles que identificam a ocorrência dos enquadramentos (variável independente) a fim de chegar a determinadas conclusões.

Já Sementko e Valkenburg (2000) dão continuidade à linha proposta por Neuman et al. (1992), caracterizada por um trabalho dedutivo realizado a partir de categorias pré-definidas. Nesse viés, as pesquisadoras identificam no noticiário a prevalência de cinco *frames* existentes na literatura: atribuição de responsabilidade, conflito, interesse humano, consequências econômicas e moralidade.

Também realço a classificação feita por D'Angelo (2002), segundo quem os estudos que utilizam o conceito de *framing* podem ser divididos em três paradigmas: cognitivo, construcionista e crítico. Contrapondo-se ao pensamento de Entman (1993), que critica a fratura conceitual do enquadramento, D'Angelo (2002) sugere que tal multiplicidade pode conduzir a interpretações mais complexas do processo.

Em linhas gerais, a vertente cognitivista entende que os sujeitos compartilham de esquemas mentais prévios, ativados por *frames*. Nessa perspectiva, acredita-se que o poder dos enquadramentos de influenciar decisões e avaliações é mediado pelo conhecimento prévio dos sujeitos. Segundo D'Angelo (2002), o paradigma cognitivista está interessado sobretudo em detectar pensamentos que refletem proposições codificadas em enquadramentos.

Já a perspectiva crítica argumenta que enquadramentos presentes na mídia são resultado da rotina de produção de notícias e reproduzem valores sustentados por elites econômicas e políticas. Assim, pesquisas que visam a identificar posições hegemônicas presentes nos enquadramentos e perpetuadas junto à audiência têm sido cada vez mais frequentes. Tais *frames*, conforme sugere esse paradigma, limitam o debate e dificultam o exercício de uma esfera pública democrática (D'ANGELO, 2002, p. 876).

No paradigma construcionista (do qual essa pesquisa faz parte) está ancorado entendimento de que o discurso midiático apresenta “pacotes interpretativos” (*media packages*), que significam eventos sociais. Dentre os principais expoentes dessa perspectiva estão Gamson e Modigliani (1989). Os autores defendem que esses pacotes possuem estruturas externas, sendo compostos por símbolos ou dispositivos (metáforas, exemplos, *slogans*, frases feitas, relações causais, imagens, etc.). No centro deles, há uma “ideia central organizadora” ou *frame* da notícia.

De acordo com os pesquisadores, há uma lógica própria inerente a esse sistema cultural. Grosso modo, interpretações de eventos sociais são constantemente atualizadas e revisadas, o que revela seu caráter dinâmico. “Na maioria das questões políticas, existem pacotes concorrentes disponíveis na cultura. Na verdade, pode-se considerar questões políticas como, em parte, uma luta simbólica sobre qual interpretação prevalece”¹³ (GAMSON e MODIGLIANI, 1989, p. 2). Outra proposta de classificação é oferecida por Mendonça e Simões (2012), que agruparam pesquisas brasileiras em três grandes blocos de análise: situação interativa, efeito estratégico e conteúdo discursivo.

Tendo em vista a classificação de Mendonça e Simões (2012), esta pesquisa se situa entre estudos que analisam conteúdo discursivo presente nas matérias a partir de um paradigma construcionista (D’ÂNGELO, 2002), ancorado na perspectiva de que esses discursos apresentam pacotes interpretativos, nos quais está uma ideia central organizadora ou “enquadramento” da notícia. Em relação à proposta de classificação oferecida por Porto (2004), este trabalho se situa entre os estudos que investigaram tanto enquadramentos interpretativos (presentes nas vozes de personagens) quanto enquadramentos noticiosos (“ângulo” adotado na notícia).

Trata-se, ainda, de uma pesquisa que se baseia em proposta dedutiva (SEMENTKO e VALKENBURG, 2000; NEUMAN et al., 1992), cuja análise é realizada a partir de categorias pré-definidas na literatura. Em relação à classificação feita por Scheufele (1999), esta investigação se situa entre estudos que analisam *frames* midiáticos e *frames* individuais (operados por atores sociais e expressas nas falas de personagens) enquanto variáveis independentes, ou seja, pensados mais em relação à produção de sentido do que na maneira com que são afetados por fatores externos, como rotinas produtivas e constrangimentos organizacionais.

No capítulo seguinte, apresento o percurso metodológico realizado neste trabalho, a partir da descrição do contexto da pesquisa, em que delineio breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha e apresento mapeamento dos principais portais *gospel* da atualidade no Brasil. Além disso, abordo procedimentos adotados para delimitação do *corpus* e para análise de dados.

¹³ Versão para o texto: *On most policy issues, there are competing packages available in the culture. Indeed, one can view policy issues as, in a part, a symbolic contest over which interpretation will prevail* (GAMSON e MODIGLIANI, 1989, p. 2).

CAPÍTULO 3 – LAMENTAÇÕES – PERCURSO METODOLÓGICO

A construção do objeto desta pesquisa só foi possível após imersão no noticiário *gospel*, o que ocorreu simultaneamente com a constituição do aporte teórico desta investigação (Capítulo 2). O processo não é retilíneo e tampouco óbvio. Do início da trajetória até a chegada a uma linha possível de investigação, passei por bifurcações, desapegos e mudanças de rota. Conforme bem pontua Dione Moura (2012):

“O processo cognitivo de apreensão do que seja o tema de pesquisa até a construção da problematização não ocorre de forma estritamente linear, como se fossem uma fila de questões interdependentes que se seguissem uma ordem régia. Pelo contrário, o processo é complexo e multiplamente ramificado” (MOURA, 2012, p. 20).

Antes de mergulhar no noticiário *gospel*, foi preciso traçar breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha e mapear o panorama atual de *websites* evangélicos no Brasil. Na sequência, identifiquei características e estratégias de *marketing* do mais popular deles, o *Gospel Mais*, e investiguei a quantidade de matérias publicadas no portal envolvendo o deputado federal Eduardo Cunha. Apenas depois de obter esses dados, apresentados no decorrer deste capítulo, delimito o *corpus* da pesquisa em 59 notícias publicadas no *Gospel Mais* entre 1º de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2017.

3.1 Descrição do contexto da pesquisa

O processo de construção do objeto desta pesquisa implicou, inicialmente, no levantamento de breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha. Para traçar esse panorama, utilizei informações obtidas em instituições como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria-Geral da República (PGR), Polícia Federal (PF), Câmara dos Deputados e no próprio Portal de Eduardo Cunha na *internet*¹⁴.

Convém ressaltar que não tenho a pretensão de reproduzir a totalidade dos acontecimentos que envolveram Eduardo Cunha, enquanto figura pública e durante sua

¹⁴ O *Portal Eduardo Cunha* é o *website* oficial do deputado fluminense, utilizado para veicular notas à imprensa, bem como informações sobre vida política e sobre o mandato parlamentar. Disponível em: <<http://portaleduardocunha.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

gestão como presidente da Câmara dos Deputados. O breve histórico que apresento, a seguir, é uma dentre inúmeras narrativas possíveis, e a decisão de apresentá-lo visa a situar sobre acontecimentos os quais considero importantes para a compreensão do cenário no qual se debruça esta pesquisa.

Reforço ainda, nesse sentido, a advertência de Motta (2013) de que é preciso separar pessoa e *persona*, ou seja, realidade e representação, já que “em todas as narrativas, mesmo nas narrativas fáticas, não estamos nos referindo a pessoas reais, mas a personagens, figuras fabricadas pelo discurso” (MOTTA, 2013, p. 188).

3.1.1 Breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha

Eduardo Cosentino da Cunha nasceu no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1958, sendo filho de Elcy Teixeira da Cunha e Elza Cosentino da Cunha. De acordo com informações disponíveis no portal da Câmara dos Deputados¹⁵, obtidas em dezembro de 2017, o deputado federal cursou Economia na Universidade Candido Mendes entre 1971 e 1980, tendo atuado como auditor na empresa Arthur Andersen (1978 – 1980) e como economista na Xerox do Brasil (1980 – 1982), ambas no município do Rio de Janeiro. Entre 1991, foi nomeado ao comando da Telerj, companhia de telecomunicações do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1993.

Nesse período, em 1994, Cunha filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) – atual Partido Progressista (PP) – e decidiu concorrer a deputado estadual, sendo eleito suplente em 1998. Com a posse de Anthony Garotinho (Partido Democrático Trabalhista – PDT) ao governo em janeiro de 1999, Eduardo Cunha foi nomeado subsecretário da Companhia de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab), assumindo a presidência da companhia meses depois, onde permaneceu até o ano de 2000. No ano seguinte, assumiu mandato de deputado estadual após afastamento do titular.

Como componente fundamental na construção da figura pública de Eduardo Cunha está a relação dele com “mídias *gospel*”, em particular com a Rádio Melodia, de propriedade do ex-deputado federal Oliveira Francisco da Silva. Ainda no início de sua trajetória política, atuou como radialista na Rádio Melodia, encerrando os boletins com o

¹⁵ Informações sobre o deputado federal Eduardo Cunha obtidas no site da Câmara dos Deputados, no setor intitulado “Biografia”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74173>. Acesso em: 28 dez. 2017.

bordão “Afinal de contas, o nosso povo merece respeito”. O mote foi usado em campanhas eleitorais e permaneceu estampado em seu portal *online*, mesmo depois da cassação do mandato de deputado federal. No setor “Perfil” de seu portal oficial, Eduardo Cunha, inclusive, se identifica como “radialista, evangélico, casado e pai de quatro filhos”¹⁶, reforçando o *ethos* político religioso a partir do qual construiu a imagem pública e se elegeu deputado federal nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Ainda em 2003, logo após assumir o primeiro mandato na Câmara dos Deputados, Cunha se filiou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Conforme é possível verificar na Tabela 2, Eduardo Cunha conseguiu aumento expressivo no número de votos de eleitores desde que assumiu cargo de deputado federal pela primeira vez, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2014, foi o terceiro mais votado do Rio de Janeiro, obtendo 232.708 votos e ficando atrás dos deputados Jair Bolsonaro (464.572 votos) e Clarissa Garotinho (335.061 votos)¹⁷. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os votos de Eduardo Cunha em 2014 estiveram distribuídos sobretudo na capital (60.380) e em municípios como Belford Roxo (23.776), Itaboraí (19.054), Nova Iguaçu (11.436) e São Gonçalo (10.816).

TABELA 2 – Votação de Eduardo Cunha para deputado federal entre 2002 e 2014

Votos obtidos por Eduardo Cunha para deputado federal entre 2002 e 2014	
2002	101.495
2006	130.773
2010	150.616
2014	232.708

Fonte: Autoria própria com dados obtidos do Tribunal Superior Eleitoral.

É nessa fase dos mandatos eletivos que o *ethos* político-religioso de Eduardo Cunha se torna mais evidente. Nesse sentido, cabe observar que uma quantidade expressiva das publicações no perfil oficial de Eduardo Cunha no *Facebook* e no *Twitter*, ao longo de 2015 e 2016, referem-se a citações de trechos da Bíblia. Ademais, ele é autor de proposições como o Projeto de Lei Nº 1672/2011, que institui o “Dia do Orgulho

¹⁶ Trecho obtido no *Portal Eduardo Cunha*. Disponível em: <<http://portaleduardocunha.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

¹⁷ Dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Heterossexual”, cuja justificação evidencia alinhamento com valores fundamentalistas de determinados grupos religiosos:

A presente proposta visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais de se manifestarem e terem a prerrogativa de se orgulharem do mesmo e não serem discriminados por isso. No momento que discutem preconceito contra homossexuais, acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e além disso o estímulo da “ideologia gay” supera todo e qualquer combate ao preconceito. Aqueles que tem bom senso são contra qualquer tipo de preconceito, seja por cor, raça, religião e opção sexual. Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito. O objetivo aqui é a livre manifestação das famílias, daqueles que respeitam as opções sexuais de quem quer que seja, mas querem deixar claro a sua opção e não irão se envergonhar dela. Daqui a pouco os heterossexuais se transformarão pela propaganda midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com orgulho (CUNHA, PROJETO DE LEI Nº 1672, 2011)

O deputado federal Eduardo Cunha propôs também matérias que reduzem direitos de mulheres, como é o caso do Projeto de Lei Nº 5069/2013, que dificulta acesso ao aborto legal em casos de estupro e criminaliza o auxílio ou a indução ao aborto. No mesmo ano em que protocolou esse projeto, o peemedebista adotou postura de enfrentamento em relação ao governo Dilma Rousseff, ganhando simpatia de membros da oposição e de integrantes de base aliada insatisfeita.

Acabou conduzido à liderança do PMDB por dois anos consecutivos, em 2013 e 2014, e se elegeu presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015, ainda sob o clima de acirramento das eleições presidenciais de 2014. Nesse período, a atmosfera de tensão política foi acentuada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato da Polícia Federal, que eclodiu em 17 de março de 2014 visando a “desarticular organizações criminosas que tinham como finalidade a lavagem de dinheiro em diversos estados da Federação”, conforme esclarece a matéria publicada no *site* da Polícia Federal¹⁸. Intitulada pela mídia posteriormente como Petrolão¹⁹, a operação desvendou esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras, lobistas, banqueiros e políticos da base aliada e da oposição ao governo Dilma Rousseff.

¹⁸ Trecho da matéria intitulada “Operação Lava Jato desarticula rede de lavagem de dinheiro em 7 estados”, publicada em 17 de março de 2014 no *site* da Polícia Federal. Disponível em:

<<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2014/03/operacao-lava-jato-desarticula-rede-de-lavagem-de-dinheiro-em-7-estados>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

¹⁹ O termo “Petrolão” foi criado pela mídia em referência a outro escândalo, conhecido como mensalão, que eclodiu no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva enquanto Presidente da República.

Pouco tempo depois de eleito presidente, em março de 2015, o deputado federal Eduardo Cunha se tornou alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) em “investigação cujo foco principal são desvios de recursos da Petrobras”²⁰, conforme esclarece matéria publicada no site do STF. Na ocasião, o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki autorizou 21 pedidos de abertura de inquérito feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

No Inquérito N° 3893/DF²¹, de 19 de agosto de 2015, Janot solicita ao STF, entre outras medidas, a instauração de ação penal com a condenação do deputado Eduardo Cunha por corrupção passiva e pelo crime de lavagem de dinheiro. No documento, o procurador-geral da República afirma que, entre 2006 e 2012, Cunha solicitou e aceitou promessa, para si e para outrem, direta ou indiretamente, de “vantagens indevidas (“propinas”) no valor total de US\$ 40.000.000,00” (BRASIL, INQUÉRITO N° 3893/DF, 2015, p. 4) em razão da contratação pela Petrobras de dois navios-sonda com o estaleiro Samsung Heavy Industries CO., na Coreia do Sul, para perfuração de águas profundas a ser utilizado na África e no Golfo do México. Segundo o inquérito, essas propinas foram oferecidas, prometidas e pagas pelo empresário Júlio Camargo ao lobista Fernando Soares, ao ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró e ao deputado Eduardo Cunha (BRASIL, INQUÉRITO N° 3893/DF, 2015).

Ainda segundo o Inquérito N° 3893/DF, no caso dos dois navios-sonda, Eduardo Cunha seria “sócio oculto” de Fernando Soares e destinatário final da propina, tendo efetivamente recebido ao menos cinco milhões de dólares, equivalente a R\$ 17.345.000,00, conforme cotação realizada pela Procuradoria-Geral da República em 18 de agosto de 2015. Essa informação do valor da propina, segundo o documento, foi obtida a partir de depoimento prestado em juízo por Júlio Camargo, nos autos 5083838-59.2014.404.7000, Evento 553, no dia 16 de julho de 2015.

Por fim, uma vez já consumados os delitos de corrupção ativa, o denunciado **EDUARDO CUNHA** ocultou e dissimulou a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de valores provenientes, direta e indiretamente, do crime contra a Administração acima mencionado, mediante o

²⁰ Trecho da matéria intitulada “Ministro Teori Zavascki autoriza abertura de inquérito e revoga sigilo em investigação sobre Petrobras”, publicada em 06 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=286808&caixaBusca=N>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

²¹ Cópia do Inquérito n° 3983 foi encontrada no site do Ministério Público Federal. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Inq3983EduardoCunha.pdf/view>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

recebimento fracionado de valores no exterior, em contas de empresas offshore e por meio de empresas de fachada, mediante simulação de contratos de prestação de serviço e, ainda, pagamento de propina sob a falsa alegação de doações para Igreja (BRASIL, INQUÉRITO Nº 3893/DF, 2015, p. 5).

Entre outubro e novembro de 2015, após suspeitas de que escondia contas na Suíça, o político se tornou alvo do mais longo processo por quebra de decoro parlamentar desde a criação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em 2001. Conforme reportagem publicada no portal da Câmara dos Deputados²², o processo durou 335 dias, tendo iniciado com representação apresentada, no dia 13 de outubro de 2015, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela Rede Sustentabilidade (REDE) pedindo a abertura do processo contra Cunha.

Em 2 de dezembro de 2015, deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) que faziam parte do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar defenderam a continuidade do processo contra o deputado federal Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar²³. No mesmo dia, Cunha acolheu o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff²⁴ (filiada ao PT), apresentado em 21 de outubro de 2015 por partidos de oposição e elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Em 03 de março de 2016, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu parcialmente a denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República no Inquérito Nº 3983, e instaurou ação penal contra Eduardo Cunha, que passou a responder pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro²⁵.

²² A matéria intitulada “Processo contra Cunha foi o mais longo da história do Conselho de Ética” foi publicada no dia 13 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/516151-PROCESSO-CONTRA-CUNHA-FOI-O-MAIS-LONGO-DA-HISTORIA-DO-CONSELHO-DE-ETICA.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

²³ A matéria intitulada “Conselho de Ética adia para a próxima terça análise sobre processo contra Cunha”, publicada na Rádioagência da Câmara dos Deputados no dia 02 de dezembro de 2015, relata a defesa do PT pela continuidade do processo contra o deputado fluminense. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/501115-CONSELHO-DE-ETICA-ADIA-PARA-A-PROXIMA-TERCA-ANALISE-SOBRE-PROCESSO-CONTRA-CUNHA.html>> Acesso em: 30 dez. 2017.

²⁴ Informações obtidas na matéria “Presidente da Câmara acolhe pedido de impeachment de Dilma Rousseff”, publicada pela Rádioagência da Câmara dos Deputados no dia 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/501114-PRESIDENTE-DA-CAMARA-ACOLHE-PEDIDO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-ROUSSEFF.html>> Acesso em: 30 dez. 2017.

²⁵ Informações obtidas na matéria “Plenário do STF recebe denúncia contra presidente da Câmara dos Deputados”, publicada em 03 de março de 2016 no site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=311301&caixaBusca=Nj>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Sob a condição de réu no Supremo Tribunal Federal, o deputado Eduardo Cunha presidiu a votação do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. O relatório pró-*impeachment* acabou aprovado pela Câmara com 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções no dia 17 de abril de 2016, autorizando o Senado Federal a julgar a presidenta Dilma Rousseff por crime de responsabilidade²⁶.

Menos de um mês após a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou, por unanimidade, no dia 05 de maio de 2016, decisão do ministro Teori Zavascki proferida na Ação Cautelar (AC) 4070, que suspendeu Eduardo Cunha do exercício do mandato de deputado federal e, por consequência, da função de presidente da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o ministro do STF Teori Zavascki deferiu medida requerida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que “apontou uma série de evidências de que Eduardo Cunha agiu com desvio de finalidade para atender a seus próprios interesses”²⁷. O pedido, conforme matéria publicada no site do STF, afirma que Cunha “teria coagido testemunhas e tentado interferir na condução de investigações de natureza penal e disciplinar, e atuado, em conjunto com outros parlamentares, para pressionar empresários ou pessoas que contrariassem seus interesses”.

Em 14 de junho de 2016, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou, por 11 votos a favor e 9 contrários, o relatório do deputado Marcos Rogério (Democratas de Rondônia – DEM-RO) que pedia a cassação do deputado afastado Eduardo Cunha por ter mentido em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, em 2015, sobre a existência de contas bancárias dele na Suíça. Na Representação nº 01 de 2015²⁸, Rogério apresentou parecer em desfavor de Cunha alegando que, conforme informações enviadas pelo Ministério Público da Suíça, foram identificadas quatro contas abertas naquele país relacionadas a Eduardo Cunha.

²⁶ Informações obtidas da matéria “Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra”, publicada no site da Câmara dos Deputados no dia 14 de abril de 2016 e atualizada no dia 19 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

²⁷ Trecho da matéria intitulada “Plenário confirma afastamento de Eduardo Cunha do mandato na Câmara”, publicada no dia 05 de maio de 2016 no site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=316009&caixaBusca=N>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

²⁸ A Representação nº 01 de 2015 foi obtida no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticadecoro/pareceres/parecer-do-dep-marcos-rogerio-rep-01-15-em-desfavor-do-dep-eduardo-cunha>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Há provas robustas, amparadas em evidências documentais, extratos bancários, declarações de autoridades e bancos estrangeiros e diversos depoimentos convergentes, que demonstram ter o representado recebido vantagens indevidas de esquemas relacionados à PETROBRÁS e deliberadamente mentido perante a Comissão Parlamentar de Inquérito e a Câmara dos Deputados. Considerados somente os documentos compartilhados com a Câmara dos Deputados, já há, no mínimo, oito pessoas que afirmam ter conhecimento sobre o pagamento de propina ou realização de depósitos em contas do Representado no exterior, tais como Júlio Camargo, Fernando Soares, Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior, Leonardo Meirelles, Eduardo Musa e João Augusto Henriques. Tais testemunhos são convergentes com os extratos e formulários bancários, com documentos produzidos pelo próprio Banco Suíço, com declarações prestadas pelo Ministério Público Suíço, com perícias realizadas no sistema informatizado da Câmara dos Deputados, com depoimento realizado por servidor da Câmara dos Deputados entre outros elementos. (BRASIL, REPRESENTAÇÃO Nº 01, 2016, p. 83).

Poucos dias depois, em 22 de junho de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu parcialmente, por unanimidade, nova denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente afastado da Câmara dos Deputados, no Inquérito Nº 4146. Na ocasião, Eduardo Cunha já era réu no STF na Ação Penal 982, conforme esclarece matéria publicada no site do STF²⁹, por fatos também decorrentes da Operação Lava Jato. Na denúncia, Eduardo Cunha é acusado por suposta prática de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas e falsidade ideológica para fins eleitorais.

No Inquérito Nº 4146/DF³⁰, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, imputou o deputado Eduardo Cunha por ter solicitado e recebido, para si e para outrem, entre os anos de 2010 e 2011, direta ou indiretamente, vantagem indevida no valor de 1,133 milhão de francos suíços, correspondente a R\$ 5,286 milhões de reais, provenientes da atuação dele na aquisição, pela Petrobras, de um campo de petróleo em Benin, país da região ocidental da África. Além disso, o documento afirma que, entre 2011 e 2014, o deputado “ocultou e dissimulou a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade dos valores recebidos a título de propina” (BRASIL, INQUÉRITO nº 4146/DF, 2016, p. 4), mediante o recebimento e manutenção de valores ocultos na Suíça.

²⁹ Informações obtidas da matéria intitulada “STF recebe denúncia contra Eduardo Cunha sobre contas na Suíça”, publicada no site do Supremo Tribunal Federal (STF) em 22 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=319533&caixaBusca=N>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³⁰ O Inquérito Nº 4146/DF foi encontrado no site do Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Denncia_Eduardo_Cunha.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Sob forte pressão política, Eduardo Cunha renunciou ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados no dia 7 de julho de 2016. Na ocasião, de acordo com matéria publicada no site da Câmara, Cunha alegou inocência no processo de cassação do mandato e atribuiu seu afastamento a pautas adotadas durante sua gestão, como “reforma política, terceirização, redução da maioria, PEC da bengala e especialmente a autorização para a abertura de processo de impeachment da presidente da República Dilma Rousseff”³¹.

É importante destacar que, depois da renúncia do deputado, ocorreram desdobramentos relacionados às denúncias e à figura pública de Eduardo Cunha, os quais não foram incluídos nos relatos nesta pesquisa. A decisão de encerrar este breve histórico da vida pública de Eduardo Cunha no episódio da renúncia se deu em razão do recorte feito nesta pesquisa para análise de matérias publicadas no portal *Gospel Mais*.

3.1.2 Portais gospel no Brasil

A decisão de investigar o noticiário sobre o deputado federal Eduardo Cunha em mídias *gospel* me levou a uma pergunta prévia: quais são os portais voltados ao segmento evangélico mais acessados atualmente no Brasil? Inicialmente, identifiquei *websites* que se designavam cristãos, evangélicos ou *gospel* a partir da ferramenta de buscas do *Google*. Destes, selecionei os que assinalavam ter como público-alvo os evangélicos e excluí da lista *sites* vinculados a grupos católicos ou outras religiões.

É interessante ressaltar que alguns *websites* são evidentemente vinculados a igrejas ou a personalidades do mundo evangélico. No entanto, deparei-me também com portais que se propõem a oferecer produtos diversos, dentre os quais estão notícias sobre o mundo *gospel*. Conforme aprofundarei mais à frente, o discurso da imparcialidade e objetividade é utilizado nesses portais como estratégia para obter legitimidade.

A fim de mapear a ressonância desses *websites* no universo digital, pesquisei o número de acessos de cada um a partir da ferramenta de medição de tráfego *SimilarWeb*³². Busquei ainda seus principais perfis no *Facebook*, bem como o número de curtidas dessas

³¹ Trecho da matéria “Deputado afastado Eduardo Cunha renuncia à presidência da Câmara, publicada no dia 07 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/512052-DEPUTADO-AFASTADO-EDUARDO-CUNHA-RENUNCIA-A-PRESIDENCIA-DA-CAMARA.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³² O *SimilarWeb* é uma plataforma *online* que fornece serviços em *Web analytics*, ou seja, para medição, coleta, análise e a produção de relatórios de dados de navegação na *internet*. Disponível em: <<https://www.similarweb.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

fanpages, tendo em vista a importância de mídias digitais no aumento do alcance de conteúdos.

A partir do levantamento desses dados, elaborei *ranking* com os 25 portais *gospel* mais populares. A Tabela 3 apresenta a quantidade de visitas recebidas, via *desktop* e *mobile web*, no mês de julho de 2016, e a posição que tais portais ocupam em relação aos demais *websites* do País. Desse modo, quanto menor o número, mais bem posicionado está o portal no *ranking* dos *sites* que lideram o tráfego no Brasil. Além disso, apresento o nome do principal perfil alimentado pelo portal no *Facebook* e o número de curtidas obtidas até agosto de 2016.

TABELA 3 – Acessos a portais *gospel* brasileiros em julho de 2016 e número de curtidas das páginas no *Facebook* até agosto de 2016

Nome e endereço virtual	Número de acessos	Ranking do site no Brasil	Número de curtidas no Facebook	Nome do perfil no Facebook
<i>Gospel mais</i> gospelmais.com.br	2,1 milhões	1,205	359.991	@gospelmais
<i>Gospel Prime</i> gospelprime.com.br	2 milhões	1,352	454.214	@gospelprime
<i>Portal Guiame</i> guiame.com.br	1,3 milhão	2,410	175.086	@portalguiame
<i>Portal do Trono</i> www.portaldotrono.com	357,5 mil	7,978	716.674	@portaldotrono
<i>JM Notícia</i> www.jmnoticia.com.br	244,9 mil	8,277	57.503	@jornaldamissao.net
<i>Verdade Gospel</i> www.verdadegospel.com	193,4 mil	9,238	260.237	@verdadegospel
<i>Padom</i> www.padom.com.br	208,6 mil	10,475	60.051	@PPadom
<i>Ligado no Gospel</i> www.ligadonogospel.com	163,9 mil	12,976	21.267	@LigadonoGospel
<i>Amigo de Cristo</i> www.amigodecristo.com	135 mil	14,314	137.555	@amigodecristoo
<i>Gospel Geral</i> www.gospelgeral.com.br	41,2 mil	20,885	16.025	@SiteGospelGeral
<i>Fé em Jesus</i> www.feemjesus.com.br	98,1 mil	21,229	183.361	@DeclareSuaFeemJesus
<i>CPAD News</i> cpadnews.com.br	74,1 mil	21,458	144.431	@cpadnews
<i>O fuxico gospel</i> www.ofuxicogospel.org	50,3 mil	23,403	9.134	@ofuxicogospel
<i>Mídia Gospel</i> www.midiagospel.com.br	75,5 mil	24,287	9.068	@midiagospel
<i>Nova Agência Gospel</i> www.novaagenciagospel.com.br	50,6 mil	31,010	243.204	@NovaAgenciaGospel
<i>Portal Fiel</i> www.portalfiel.com.br	43,7 mil	31,876	7.129	@pagina.portalfiel
<i>Folha Gospel</i> www.folhagospel.com	41,716 mil	3,6 mil	4.472	@folhagospel

Nome e endereço virtual	Número de acessos	Ranking do site no Brasil	Número de curtidas no Facebook	Nome do perfil no Facebook
<i>Gospel Channel Brasil</i> www.gospelchannelbrasil.com.br	20,2 mil	66,378	1.286.357	@GospelChannelBrasil
<i>Gospel Hoje</i> www.gospelhoje.com.br	14,2 mil	78,761	4.145	@gospelhojeoficial
<i>Gospeln</i> www.gospeln.com	10,9 mil	78,802		@wbs10gospeln
<i>Ponto Cristão</i> www.pcristao.com	(not enough data)	113,971	3.561	@pcristao10
<i>Pátio Gospel</i> www.patiogospel.com.br	3,4 mil	278,137	716	@patiogospelonline
<i>Notícias Gospel</i> www.noticiaspospel.com	1,5 mil	302,878	4.079	@notgospel
<i>Portal Cidade Gospel</i> www.portalcidadegospel.com.br	not enough data	343,918	3.844	@www.portaldacidadegospel.com.br
<i>Gospel Plus</i> www.gospelplus.com.br	not enough data	646,860	521	@plusgospel

Fonte: Autoria própria.

Os portais com maior número de acesso no mês de julho de 2016 foram o *Gospel Mais*, com 2,1 milhões, e o *Gospel Prime*, com 2 milhões. O *Gospel Mais*, por sua vez, obteve o melhor posicionamento em comparação com os outros *websites* que lideram o *ranking* de tráfego no Brasil. Verifiquei ainda que os 25 *websites* mantêm páginas no *Facebook*, o que demonstra que essa rede social digital é, de fato, considerada estratégica para o *marketing* dessas empresas. Alguns desses casos sustentam ainda perfis em outras mídias digitais, como *Youtube*, *Instagram* e *Twitter*.

É interessante ressaltar que 16 *websites*, o que equivale a 64% da lista apresentada, empregam a palavra *gospel* no nome de sua marca. Conforme mencionado no Capítulo 1, o termo foi utilizado para designar um movimento ancorado no entretenimento e no consumo. Assim, por meio do nome, o portal visa a atrair um potencial público consumidor desse tipo de conteúdo que mescla religião com estilos seculares.

O levantamento dos principais portais evangélicos foi uma das primeiras operações realizadas nesta pesquisa e que me permitiu delimitar a investigação ao *Gospel Mais*. No entanto, antes de me debruçar sobre o noticiário envolvendo Eduardo Cunha, foi necessário entender a organização da informação e estratégias de *marketing* do *Gospel Mais*. Apresento seguir, dados obtidos nessa fase da investigação.

3.1.3 O caso *Gospel Mais*

Nascido em julho de 2006, o *Gospel Mais* (que também se identifica como *Gospel+*) tem por objetivo, em suas próprias palavras, “ser um dos maiores portais que oferece qualidade e muitos serviços para a *internet* cristã”. O *website* é administrado por *Gospel Mais Comunicação Cristã Integrada Ltda.*, cuja sede se situa em Curitiba, no Paraná. No que diz respeito à sua popularidade no meio digital, cabe assinalar que o número de acessos duplicou no período de um ano, segundo dados da plataforma *SimilarWeb*. Enquanto em julho de 2016 o *website* apresentou 2,1 milhões de visitantes, em julho de 2017 essa cifra chegou a 4,1 milhões, alcançando sequencialmente 5 milhões de acessos no mês de agosto e 4,5 milhões em setembro de 2017.

Ainda de acordo com levantamento que realizei no *SimilarWeb* em outubro de 2017, cerca de 95,34% dos acessos no mês de setembro de 2017 são provenientes do Brasil, seguido de Portugal (0,90%), Angola (0,71%), Moçambique (0,52) e São Tomé e Príncipe (0,44%). A maioria (79,66%) ocorreu a partir de ferramentas de pesquisa na *internet* (como é o caso do *Google*); as cinco palavras-chave mais procuradas em setembro de 2017 foram: Daniela Araújo (cantora *gospel*), notícias *gospel*, *gospel* mais, gnotícias, notícia *gospel*. Fica evidente que a utilização do termo *gospel* na marca do portal é estratégica, uma vez que se trata de uma palavra-chave por meio da qual visitantes o encontram no universo digital.

Além disso, observei procura específica por notícias *gospel*, o que sugere demanda mercadológica por esse tipo de serviço. Dados que levantei no *SimilarWeb*, em outubro de 2017, revelam ainda que os subdomínios mais visitados em setembro de 2017 foram, na sequência: *noticias.gospelmais.com.br* (35,69%), *estudos.gospelmais.com.br* (23,48%), *bíblia.gospelmais.com.br* (12,19%), *livros.gospelmais.com.br* (11,49%), *musica.gospelmais.com.br* (4,36%). Constatar essa tendência de busca por notícias reforçou a necessidade de investigar características desses conteúdos oferecidos pelo *Gospel Mais*, particularmente no que se refere ao noticiário político.

3.1.3.1 Estratégias de marketing

Com o objetivo de seduzir leitores e angariar anúncios, o *Gospel Mais* lança mão de retóricas jornalísticas e de *marketing* que podem ser identificadas nos tópicos “Anuncie” e “Sobre nós” do *website*. Conforme verificado em acesso ao *website* em outubro de 2017,

no setor “Anuncie”, o portal diz receber a média de 150 a 200 mil visitantes únicos por dia, ultrapassando a marca de 4 milhões por mês, e se dispõe a enviar *Mídia Kit*³³ com dados detalhados aos interessados. “Anunciar conosco é sinônimo de sucesso com sua campanha, pois atingimos um alto público de cristãos, que buscam informações sobre cristianismo, especialmente notícias, músicas e entretenimento”, garante o *website*.

O *Gospel Mais* indica ainda, na área destinada a anunciantes, um “Guia do Anunciante” sobre como ter sucesso com publicidade na *internet*. Nesse tópico, além de defender a coleta de *e-mails* como estratégia para gerar base de dados e divulgar conteúdos, o *site* exibe números do *Google Analytics* sobre seu alcance e sobre o perfil do público-alvo, o que foi observado em acesso ao portal em outubro de 2017. Os dados (Gráfico 1) mostram que, desde sua criação em 2006 até 31 de maio de 2014, o *website* alcançou mais de 62,5 milhões de usuários e obteve 210 milhões de visualizações da página. “De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 80 milhões de pessoas acessam a internet no Brasil. Portanto, o *Gospel Mais* já alcançou 77.5% da população brasileira que acessa a internet”, declara o portal, em tom de autopromoção.

GRÁFICO 1 – Imagem encontrada, em outubro de 2017, no *Gospel Mais* com dados referentes a acessos ao portal entre 2006 e 2014

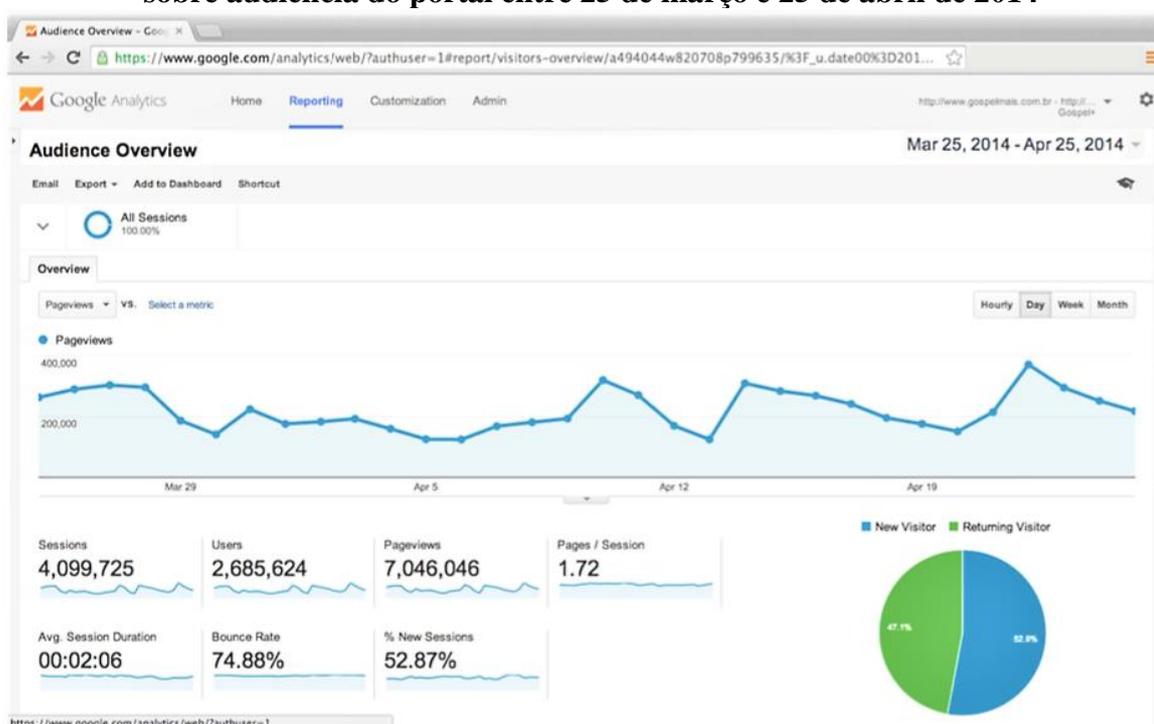


Fonte: *Gospel Mais*.

³³ *Mídia Kit* é nome dado ao documento a partir do qual veículos de comunicação apresentam qualidades e o potencial rentável do negócio. Nesse documento são expostos ainda preços e opções de anúncio.

O *Gospel Mais* chama a atenção para o fato de que há uma queda no número de acessos no ano de 2010 e justifica que o *site* sofreu um ataque e precisou recomeçar alguns meses depois, “mas isso não impediu o contínuo crescimento sequencial”. No *Mídia Kit* de 2017, o portal traz ainda dados referentes à audiência (Gráfico 2), segundo o *Google Analytics*, no período de um mês (25 de março até 25 de abril de 2014). O gráfico revela mais de 7 milhões de páginas visualizadas e cerca de 2,6 milhões de usuários.

GRÁFICO 2 – Imagem encontrada no Mídia Kit de 2017 do *Gospel Mais* com dados sobre audiência do portal entre 25 de março e 25 de abril de 2014



Fonte: *Mídia kit do Gospel Mais*

Com finalidades mercadológicas e de autopromoção, a equipe afirma, no *Mídia Kit* de 2017, que há quatro vantagens de anunciar no *Gospel Mais*: 1) Publicidade segmentada para o público cristão; 2) Alcance em massa nas redes sociais; 3) Abrangência em todo território nacional; 4) Portal/*site* em português sobre religião mais acessado do mundo (Alexa Rank). Quanto à história do *website*, o *Mídia kit* afirma: “O *Gospel+* foi lançado em julho de 2006, e em pouco tempo obteve grande base de dados de assinantes e usuários. Hoje é um dos maiores portais de informação do País. Está entre os 600 *sites* mais visitados do Brasil dentre todos do mundo, segundo Alexa Rank (empresa da multinacional Amazon.com)”.

Além disso, o *Mídia kit* descreve onze canais oferecidos pela rede *Gospel Mais*: Gnotícias, Gmúsica, Gvídeos, Glivros, Gdicas, Estudos Bíblicos, Gbíblia, Gblogs, Glinks, Gperguntas e *Gospel Encontros* (Figura 5).

FIGURA 5 – Canais oferecidos pela rede do *Gospel Mais*

	Portal de notícias cristãs e tudo mais relacionado ao que acontece no mundo gospel. Oferecemos notícias de qualidade e relevantes ao meio.
	Informações sobre a música gospel tanto nacional como internacional, além de trazer informações e perfil de cada artista do meio e principalmente download grátis
	Site com acervo enorme de vídeos gospel, clipes, mensagens e pregações, trailers e mais. O Gvídeos é organizado por assuntos e na parte de clipes é separado por artistas, facilitando a busca de vídeos do artista preferido.
	Acervo online de livros sobre diversos assuntos dentro do cristianismo e algumas outras religiões. Funciona também como um comparador de preços com links para as lojas mais populares do Brasil. Com o sistema de votação e comentários ajudamos usuários na decisão de compra.
	Tem como objetivo trazer artigos informativos no formato de dicas aos leitores. Uma ótima forma de anunciar novos serviços e produtos para aqueles que buscam novidades na internet.
	Um canal específico com milhares de estudos a respeito da Bíblia, onde pessoas acessam em busca de maiores informações sobre cristianismo e também outras religiões.
	A Bíblia Sagrada Online em Texto e Áudio MP3 conta com milhares de acessos diários e uma fan page no Facebook com mais de 1 milhão de fãs.
	Rede de blogs parceiros. Há diversos blogs gospel com temas dos mais variados, desde apologética passando por tecnologia e música de qualidade.
	Site voltado para divulgar tudo que há de interessante na internet. No Glinks é possível cadastrar e avaliar os melhores links gospel.
	Serviço de perguntas e respostas voltado para o público cristão. Geralmente as dúvidas são relacionadas à Bíblia, doutrina cristã, relacionamentos, música, dentre outros assuntos.
	Serviço gratuito de namoro evangélico na internet. No site é possível criar um perfil e procurar outros perfis de acordo com preferências, facilitando a busca. Conta com 1.5 milhão de usuários cadastrados.

Fonte: Autoria própria com dados do *Mídia Kit* de 2017 do *Gospel Mais*

Seguindo estratégia de *marketing*, o *Gospel Mais* estampa ainda canais oferecidos, bem como o número de acessos de cada um, e apresenta a possibilidade de veicular anúncios por meio de *banners* nos formatos *Superbanner* (728x90 pixels), *Arroba Banner* (300x250 pixels) e *Premium banner* (300x100) e de divulgação especial em mídias sociais e *newsletter*. Dentre as empresas parceiras estão multinacionais e redes de supermercado como Walmart e Extra e companhias como Americanas, Sony, Ediouro, Livraria Saraiva, Groupon, Buscapé, entre outras (Figura 6).

FIGURA 6 – Empresas parceiras do *Gospel Mais*



Fonte: *Mídia Kit de 2017 do Gospel Mais*

3.1.3.2 Redes sociais digitais

Conforme mencionado no tópico anterior, como estratégia de *marketing* e de autopromoção, o *Gospel Mais* aponta como vantagem de anunciar no *website* seu “alcance em massa nas redes sociais”. Segundo dados obtidos, em outubro de 2017, por meio da plataforma *SimilarWeb*, as mídias sociais digitais foram responsáveis por 6,41% do tráfego

do *Gospel Mais* em setembro de 2017. A rede que mais trouxe acessos ao portal foi *Facebook* (81,27%), seguido de *Youtube* (10,99%), *Twitter* (6,86%), *Pinterest* (0,66%) e *Google Plus* (0,11%).

Em relação ao *Facebook*, é interessante observar que, além do perfil @gospelmais, outras páginas replicam conteúdos e geram cliques ao *Gospel Mais*. Em seu *Mídia kit*, o portal discriminou nove perfis no *Facebook*: *Gospel Mais*, *Música Gospel*, *Bíblia Sagrada*, *Deus Bom*, *Rei Jesus*, *Deus Tempo Certo*, *Deus me Levanta*, *Deus Comigo*, *Humor Gospel*. No entanto, em pesquisa na ferramenta de buscas do *Facebook*, encontrei mais de 40 páginas que pulverizam notícias do site *gospel* (Tabela 4). No setor “Sobre” dessas páginas, todas indicam *Gospel Mais* como contato para informações. Juntas, essas páginas obtiveram, até outubro de 2017, mais de 3,8 milhões de curtidas.

TABELA 4 – Fanpages que direcionam tráfego para o portal *Gospel Mais*

Nome da página	Número de curtidas
<i>Gospel +</i>	396.636
<i>Humor Gospel</i>	48.540
<i>Jesus Meu Melhor Amigo</i>	31.325
<i>Eu Creio no Poder da Oração</i>	17.760
<i>Desistir Porque? Deus está Comigo</i>	90.035
<i>O Mundo Precisa de Jesus</i>	9.843
<i>Se Eu Cair, Deus Me Levanta</i>	129.566
<i>Amo Meu Pai</i>	18.919
<i>A Última Palavra é a de Deus</i>	21.254
<i>Sou Dependente de Jesus Cristo</i>	7.752
<i>Testemunhos</i>	6.833
<i>Tá triste? Sorria Jesus Te Ama</i>	42.772
<i>Jesus Mudou Minha Vida</i>	11.874
<i>Só Jesus Cristo Salva</i>	13.245
<i>Jesus Meu Amor Maior</i>	8.070
<i>Pedidos de Oração</i>	5.068
<i>Jesus é o Único Caminho</i>	6.076
<i>Eu Falo com Deus em Oração</i>	15.021
<i>A Oração Move o Coração do Pai</i>	13.726
<i>Eu Amo Jesus e Vivo Pra Ele</i>	7.242
<i>Com Jesus Eu Vou Além</i>	7.178
<i>Eu amo Jesus</i>	45.643
<i>Não Vivo Sem Jesus</i>	6.467
<i>Obrigado(a) Jesus Por Mais Um Dia</i>	5.247
<i>Oração como Estilo de Vida</i>	5.167
<i>Ministério de Louvor</i>	4.440
<i>Conheço Alguém que Precisa se Converter</i>	2.559
<i>Apaixonados por Cristo</i>	5.107
<i>Jesus Cristo</i>	61.187
<i>Bíblia Sagrada</i>	2.485.651
<i>Admiradores do Pastor Silas Malafaia</i>	15.164
<i>Apóstolo Valdemiro Santiago</i>	5.767
<i>Ministério de Dança</i>	2.777

<i>Igreja Internacional da Graça de Deus</i>	247
<i>Eu Sou da Assembléia de Deus</i>	6.667
<i>O Brasil é do Senhor Jesus</i>	4.778
<i>Eu sou da Igreja Universal do Reino de Deus</i>	2.774
<i>Ministério de Teatro</i>	2.290
<i>Pastores do Brasil</i>	3.278
<i>A Palavra de Deus é a nossa arma</i>	56.213
<i>Eu Amo Ler a Bíblia</i>	21.054
<i>Música Gospel</i>	140.240
<i>Deus é Bom</i>	41.967
<i>Deus Faz Tudo no Tempo Certo</i>	45.169
TOTAL	3.878.588

Fonte: Autoria própria com dados do *Facebook*.

A quantidade de comunidades e páginas no *Facebook* disseminando conteúdos do *Gospel Mais* mostra potencial ressonância do *website*. Cabe, não obstante, ressaltar que, mais do que curtidas, o engajamento é o principal fator de medição do alcance e do possível impacto desses perfis.

No que se refere às demais mídias digitais sociais oferecidas pelo portal, conforme é possível verificar na Tabela 5, o *Youtube* é o segundo mais popular, com 109 mil inscritos até outubro de 2017, seguido de *Twitter* (86,4 mil seguidores), *Instagram* (45,3 mil seguidores), *Google Plus* (14 mil seguidores) e *Pinterest* (436 seguidores).

TABELA 5 – Número de seguidores e inscritos em mídias digitais do *Gospel Mais* até outubro de 2017

Rede social digital	Nome do domínio	Número de seguidores e inscritos
Youtube	Bíblia Sagrada	109 mil
Twitter	@gospelmais	86,4 mil
Instagram	@gbiblia	45,3 mil
Google Plus	Gospel+	14 mil
Pinterest	Gospel+	436

Fonte: Autoria própria com dados de *Youtube*, *Twitter*, *Instagram*, *Google Plus* e *Pinterest*.

3.1.3.3 'Interdenominacional': uma promessa de objetividade

Enquanto a estratégia para angariar anunciantes se ancora no tamanho da audiência, a busca por se legitimar junto aos leitores se dá mediante a união entre duas retóricas: a da imparcialidade do jornalismo e a de desígnios da evangelização. O ato de evangelizar, que no meio cristão significa levar a “boa nova” ou a “boa notícia” de Cristo, compreende a prática de pregação com objetivo de difundir crenças religiosas e gerar adeptos à religião.

Não por acaso o portal *Gospel Mais* deixa claro, no tópico “Sobre nós”, que seus *websites* foram criados “para serem um diferencial na internet. Não existimos apenas para

ser mais um, mas sim sermos referência no meio e com isso divulgar as boas novas de Cristo no mundo virtual”. Nessa perspectiva, o portal afirma ter surgido “da necessidade de um ponto focal de informações rápidas e de qualidade, visando a interação entre cristãos de todo o país”.

Argumentos como esses tendem a gerar identificação por parte do público religioso e a conferir maior legitimidade ao portal evangélico. A segunda lógica explorada pelo *Gospel Mais* a fim de obter credibilidade junto aos leitores está pautada na retórica de imparcialidade, precisão e objetividade do jornalismo. O portal se designa uma rede de “sites cristãos interdenominacional e independente há 10 anos no ar” e garante oferecer “conteúdo atualizado e de qualidade” para quem deseja saber mais sobre o mundo *gospel*. Apesar de admitir que seu olhar para realidade é intermediado pela lente religiosa, o que desde já impede visão imparcial dos fatos, o *Gospel Mais* reforça que é “interdenominacional”, ou seja, que não está vinculado a nenhuma denominação religiosa, sugerindo uma ideia de objetividade em conteúdos noticiosos publicados no *website*.

A noção da objetividade como consequência de ser “interdenominacional” também é utilizada pelo portal concorrente *Gospel Prime*³⁴, que afirma prezar por sua “credibilidade” e contar com colaboradores de denominações evangélicas diferentes com objetivo de “manter a imparcialidade e oferecer informações precisas, objetivas e com credibilidade”. O referido *website* garante que tem objetivo de informar e “jamais defender ou atacar crenças, denominações e outras religiões. Para tanto, somos imparciais na publicação de notícias referentes ao mundo cristão, sejam elas boas ou ruins”. O *Gospel Prime* também enfatiza que é independente e não recebe patrocínio de igreja ou instituição religiosa, mas oferece a elas espaço publicitário para manter custos e estruturas.

Voltando ao noticiário do *Gospel Mais*, outro aspecto importante concerne ao formato de narrativas, que seguem padrões da escrita jornalística, embora a escolha de acontecimentos a serem noticiados tenha especificidades relacionadas à visão de mundo evangélica, conforme detalho no Capítulo 5.

³⁴ “O Cristão Bem Informado”: esse é o *slogan* do portal de notícias *Gospel Prime*, que se designa como “100% cristão”. Nascido em dezembro de 2008, o site é administrado pela *Prime Comunicação Digital Ltda.*, que possui sede em Itajaí, em Santa Catarina. Segundo informações do próprio portal, o *Gospel Prime* traz notícias sobre “o que acontece no universo evangélico” e conta com uma equipe de mais de 80 pessoas, entre redatores, jornalistas, colunistas, consultores, programadores e *designers*. Como missão, o site aponta “contribuir, através da produção, publicação e difusão de notícias do mundo cristão, para uma igreja mais bíblica, que tenha relevância na sociedade moderna”. Na página destinada ao anunciante, o portal afirma que conta com 2 milhões de usuários e que está entre os dois portais cristãos mais acessados do Brasil.

De um modo geral, matérias do *Gospel Mais* utilizam lide (ou *lead*), que é um sistema de pirâmide invertida que sugere que as principais informações devem constar no primeiro parágrafo do texto. O lide foi disseminado pelos Estados Unidos na segunda metade do século XX, tornando-se posteriormente o estilo mais empregado no jornalismo ocidental e tendo sido associado aos conceitos de imparcialidade e objetividade.

Embora tenha se tornado “peça básica” do jornalismo impresso, conforme aponta Jorge (2012), “nos textos atuais que vemos nos *sites* noticiosos, o formato pirâmide invertida ainda é o mais usual” (JORGE, 2012, p. 134), fato que verifiquei no *Gospel Mais*. Trata-se, portanto, de uma estratégia que produz o efeito de real com objetivo de gerar credibilidade. Motta (2013) explica:

A estratégia textual principal do narrador realista é provocar o *efeito de real*, fazer com que os leitores e ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem *falando por si mesmos*. Na narrativa jornalística, por exemplo, esse efeito de real se obtém através de diversos recursos de linguagem e com a fixação de seu centro no *aqui e no agora*, no momento presente. O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é ao mesmo tempo linguística e temporal. Oferece ao leitor um lugar empírico de onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro (MOTTA, 2013, p. 199).

3.1.3.4 Editorias e organização da informação

O *Gospel Mais* possui logomarca e identidade visual marcadas pela cor azul claro, que também é utilizada, com variações de tonalidade, pelo concorrente direto *Gospel Prime* e por *websites* de jornais tradicionais como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Conforme é possível visualizar na Figura 7, a *homepage* do *site* evangélico apresentava, em outubro de 2017, sete editorias principais: *Gospel+*, *Notícias Gospel*, *Música Gospel*, *Vídeos*, *Livros Evangélicos*, *Estudos Bíblicos* e *Mais+*. Cada editoria/subdomínio do *site* se desmembra em subeditorias, gerando estrutura ampla de temáticas. Ademais, o *site* expõe *banners* e *superbanners* publicitários, como na propaganda de lançamento do filme “A Múmia”, que aparece no topo da página (Figura 7).

FIGURA 7 – Homepage do *Gospel Mais* no dia 27 de junho de 2017

Entrar / Registrar Cursos e Produtos Bíblia Sagrada Online Bíblia em PDF - NVI (Nova Versão Internacional) Português

gospel+ Lançamento A Múmia Ingressos e Sessões

GOSPEL+ NOTÍCIAS GOSPEL MÚSICA GOSPEL VÍDEOS LIVROS EVANGÉLICOS ESTUDOS BÍBLICOS MAIS +

Gospel+ 10 Anos! Portal cristão, notícias gospel, música gospel, vídeos

Notícias Gospel

Spinner, brinquedo que é a nova febre do momento, é diabólico, diz pastor; Assista 26 de junho de 2017

A nova febre do momento é o brinquedo hand spinner - ou somente spinner -, que se popularizou rapidamente em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. Mas, para um pastor pentecostal, o objeto é um armadilha diabólica. O spinner ficou popular por causa da percepção generalizada é que ele tem uma função terapêutica, para

Marcos Mion testemunha superação de adversidades e cura da esposa: "Família é plano de Deus" 26 de junho de 2017

O apresentador Marcos Mion usou seu programa para demonstrar gratidão a Deus pela família que tem e aproveitou para ressaltar a importância que tem a união de forças nos momentos de dificuldade. Emocionado, Mion falou em rede nacional na Record TV que a fé e a confiança em Jesus são a diferença entre o fortalecimento

Música Gospel

Paulo César Baruk em fase final de produção do álbum "Piano e Voz 2" 11 de fevereiro de 2017

O cantor Paulo César Baruk está na fase final da produção de seu novo álbum "Piano e Voz, Amigos e Pertences 2". O projeto, que é uma parceria de Baruk com Leandro Rodrigues, será lançado pela gravadora Muslie Records. De acordo com informações da assessoria de imprensa, o álbum trará grandes clássicos da música cristã

Jozyanne anuncia gravação de álbum ao vivo 10 de fevereiro de 2017

A cantora Jozyanne anunciou que fez gravação de um novo álbum, gravado ao vivo, em um formato incomum. A assessoria de imprensa da gravadora Central Gospel Music informou que "após a grande repercussão do álbum 'Esperança', onde o videoclipe do seu single, 'Se Eu Não Conseguir Falar', superou a marca de 20 milhões de visualizações

Gospel+ Social - Login

Nome de usuário

Senha

Lembrar

Login Registrar-se

Login com Facebook

Gospel+ Social - PARTICIPE!

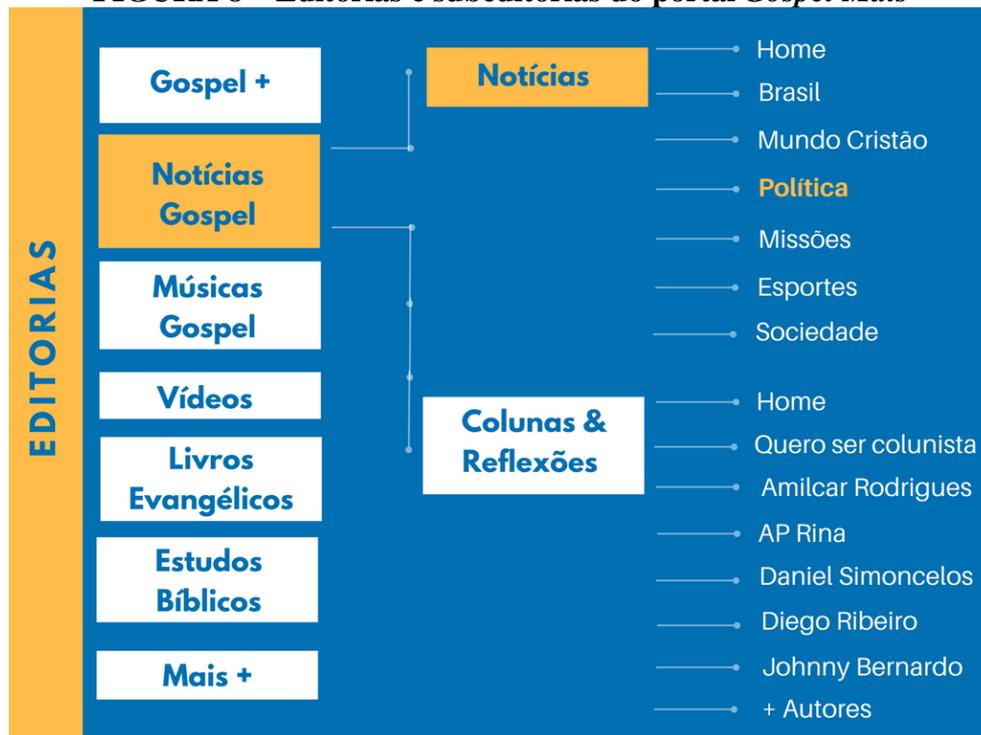
- ★ Social (Publicar Atividades)
- ★ Fóruns de Discussão
- ★ Grupo e Comunidades
- ★ Membros

Fonte: *Gospel Mais*

A editoria *Gospel+*, na lateral esquerda, aponta novos perfis registrados e direciona para fóruns de discussão, grupos, comunidades e membros. Em setembro de 2016, o portal apresentava mais de 59,2 mil membros registrados; em 2017, o *website* parou de estampar o número de registros efetivados. O portal também possui o *site* de relacionamentos chamado "*Gospel Encontros (Namoro Cristão)*", além de serviços como *download* de músicas e livros evangélicos, disponibilização de vídeos de pregações, cartões com mensagens religiosas para serem compartilhadas pelo *Facebook* e *WhatsApp* e "papel de parede evangélico" para utilização em telas de computadores.

Dentre essa variedade de produtos e serviços oferecidos pelo *Gospel Mais* estão as notícias. O produto noticioso está disponível na editoria *Notícias Gospel*, que se bifurca em outras duas: *Notícias* e *Colunas & Reflexões* (Figura 8), reproduzindo ideia tradicional de divisão entre jornalismo objetivo (*hard news*) e jornalismo opinativo. Em *Colunas e Reflexões*, há uma divisão de páginas por colunista e a opção de se cadastrar para submeter artigos e textos ao portal. Já em *Notícias* constam as subeditorias: *Home, Brasil, Mundo Cristão, Política, Missões, Esportes, Sociedade e Projetos Sociais*.

FIGURA 8 – Editorias e subeditorias do portal *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria.

Esta pesquisa se debruça sobre o setor destinado à veiculação de notícias sobre política. Nessa subeditoria estão narrativas sobre acontecimentos políticos que vão desde escândalos de corrupção até declarações e episódios envolvendo líderes religiosos e membros da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Ganham enfoque ainda temáticas como direitos LGBT e direito ao aborto.

Aparecem nas matérias celebridades como o deputado federal Eduardo Cunha, alvo deste estudo, e outros políticos evangélicos como o senador Magno Malta (Partido da República do Espírito Santo – PR/ES), o deputado federal e pastor Marco Feliciano (Partido Social Cristão de São Paulo – PSC/SP), o deputado federal Jair Bolsonaro (Partido Social Cristão do Rio de Janeiro – PSC/RJ), o deputado federal Cabo Daciolo (Avante do Rio de Janeiro – Avante/RJ) e a deputada federal Clarissa Garotinho (Partido Republicano Brasileiro do Rio de Janeiro – PRB/RJ). O deputado federal Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro – PSOL/RJ), ativista de direitos de LGBTs que trava embates com parlamentares religiosos, também é protagonista frequente do noticiário *gospel*, assim como o pastor Silas Malafaia.

3.2 Procedimentos para delimitação do *corpus*

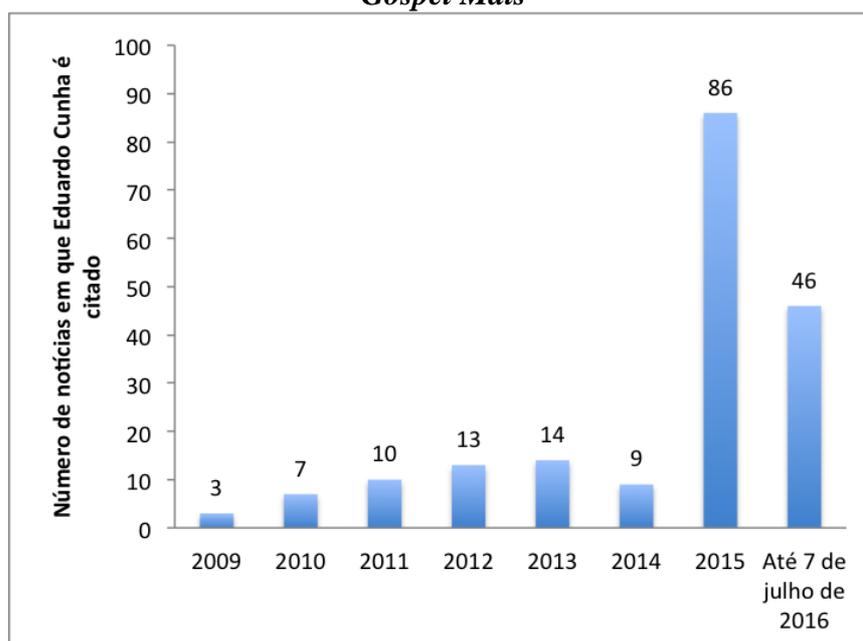
Neste tópico, descreverei procedimentos realizados com objetivo de obter dados para delimitação do *corpus* deste trabalho de dissertação. Para tanto, realizei levantamento de todas as notícias publicadas sobre o deputado federal Eduardo Cunha no *Gospel Mais*, dados que apresentarei a seguir.

3.2.1 Levantamento das notícias sobre Eduardo Cunha no *Gospel Mais*: de “ilustre desconhecido” à celebridade

Eduardo Cunha obteve pouco destaque no *Gospel Mais* durante seu mandato parlamentar, antes de se tornar presidente da Câmara dos Deputados. A primeira matéria na qual é citado foi veiculada em abril de 2009, quase três anos depois da criação do portal. No total, ele aparece em 188 notícias entre janeiro de 2009 e 7 de julho de 2016.

Conforme é possível notar no Gráfico 3, o deputado federal Eduardo Cunha figura em 56 notícias entre 2009 e 2014, o que corresponde a cerca de 30% de todas as matérias publicadas no *website* envolvendo o evangélico. Já entre janeiro de 2015 e 7 de julho de 2016, quando ele assume o comando da Câmara dos Deputados, há aumento expressivo na quantidade de matérias; durante esse período, foram veiculadas 132 notícias, o que equivale a 70% de todo o noticiário no qual o político aparece ao longo de oito anos.

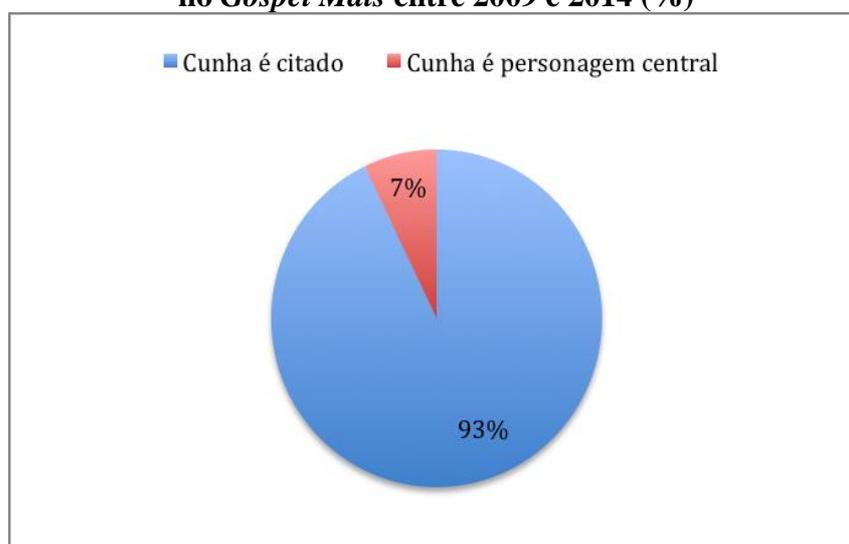
GRÁFICO 3 – Quantidade de notícias em que Eduardo Cunha é citado por ano no *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria com dados obtidos do *Gospel Mais*.

É interessante observar que, das 56 matérias veiculadas entre 2009 e 2014, Cunha foi personagem central (constando no título das matérias) só em quatro delas. Isso corresponde a 7% do noticiário publicado nesse período (Gráfico 4). A pouca notoriedade do político, em detrimento de outras figuras evangélicas, pode ser explicada pelo fato de ele não ser pastor nem celebridade do mundo *gospel*.

GRÁFICO 4 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é personagem central no *Gospel Mais* entre 2009 e 2014 (%)



Fonte: Autoria própria com dados obtidos do *Gospel Mais*.

No noticiário do *Gospel Mais*, a identificação do político com o movimento evangélico só ocorreu após Eduardo Cunha se posicionar contra pautas do movimento LGBT e contra o direito ao aborto. Em 2009, por exemplo, ele não aparece como evangélico nas notícias. As três matérias nas quais é citado tratam de sua presença em eventos ou de parecer apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A correlação entre o político e a frente parlamentar evangélica ocorre em 2010, ano em que ele é citado também por sua atuação na CCJ, pela performance na defesa da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer, e pelo programa diário na Rádio Melodia.

Já em 2011, Eduardo Cunha aparece dentre políticos evangélicos que criticam material elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com objetivo de debater a sexualidade no ambiente escolar, apelidado pejorativamente de “kit gay”. É no bojo dessa temática que ele ganha primeira matéria de destaque no *Gospel Mais*, no dia 22 de

fevereiro de 2011, intitulada “PL 122: Em contra-ataque a lei ‘anti-homofobia’, deputado evangélico cria PL anti-heterofobia”. Nessa notícia, o *Gospel Mais* aborda o Projeto de Lei Nº 7382/2010, de autoria do deputado Eduardo Cunha, que penaliza a discriminação contra homossexuais em até três anos de prisão. No entanto, nessa matéria, o portal adverte que Cunha está envolvido em denúncias de corrupção na estatal Furnas, sugerindo desconfiança quanto aos propósitos do deputado ao protocolar o projeto. Além disso, o político evangélico é referenciado em lista dos “10 inimigos públicos dos gays” publicada pela revista *Lado A* e repercutida pelo *Gospel Mais*.

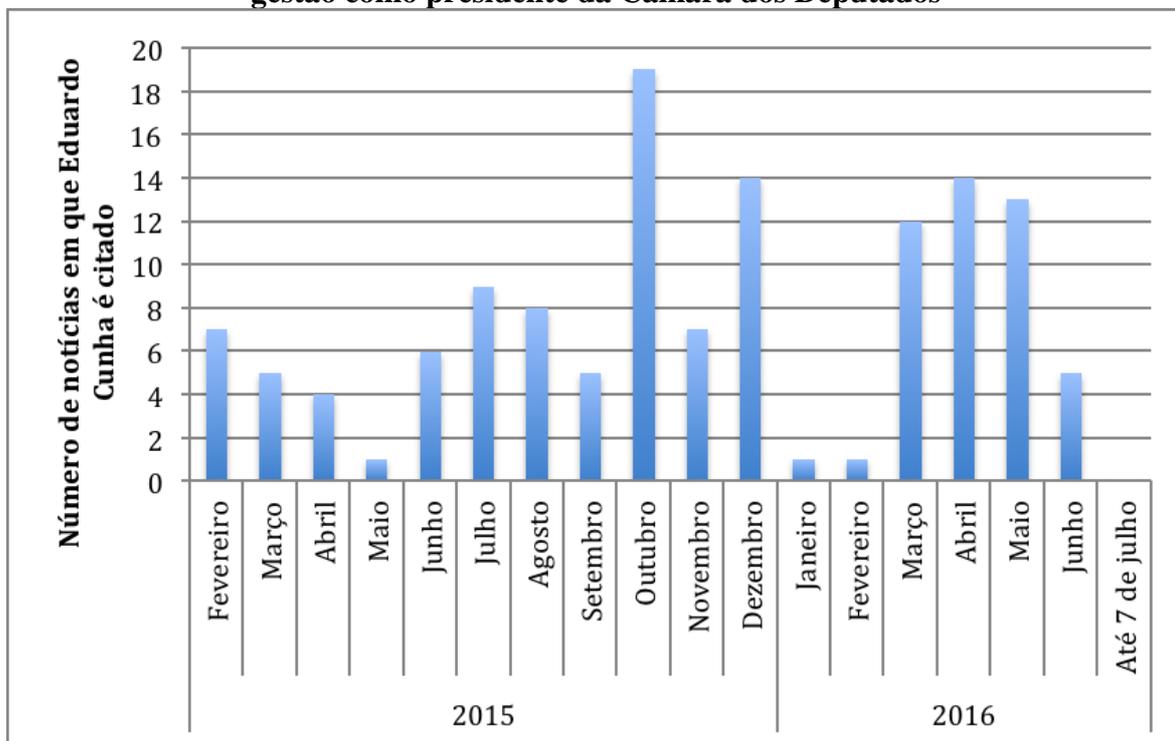
Em 2012, Eduardo Cunha ganha evidência em outras duas matérias do *Gospel Mais*: “Deputado evangélico Eduardo Cunha chamou a ministra Eleonora Menicucci de ‘sodoministra’”, publicada em 17 de fevereiro de 2012, e “Deputado evangélico Eduardo Cunha afirma que nomeação de Marcelo Crivella para o “inexpressivo Ministério da Pesca é risível”, de 06 de março de 2012.

Em 2013, o político é relacionado, em narrativas do *Gospel Mais*, a discussões referentes ao direito ao aborto, à “heterofobia” e à informação, publicada pelo portal *iG*, dizendo que ele figura entre os 60 mais poderosos do Brasil. No entanto, Eduardo Cunha só obteve novo destaque no noticiário do portal em 4 de dezembro de 2014, com a matéria intitulada “Deputado da bancada evangélica poderá ter apoio do PT para presidência da Câmara, diz jornalista”.

3.2.2 Recorte desta pesquisa

Em relação ao período no qual o peemedebista passou a exercer mandato à frente da Câmara dos Deputados, entre 1º de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2016, verifica-se oscilação mensal na quantidade de matérias. Como demonstrado no Gráfico 5, o noticiário tem ápice em outubro de 2015, mês em que o deputado Eduardo Cunha se torna alvo de uma série de denúncias. Os dois outros meses de maior proeminência são dezembro de 2015, quando o político aceitou o processo de *impeachment* contra a presidenta da República Dilma Rousseff, e abril de 2016, quando a deposição de petista foi votada na Câmara dos Deputados. Em maio de 2016, Cunha foi afastado do comando da Casa.

GRÁFICO 5 – Quantidade de notícias em que Eduardo Cunha é citado durante sua gestão como presidente da Câmara dos Deputados

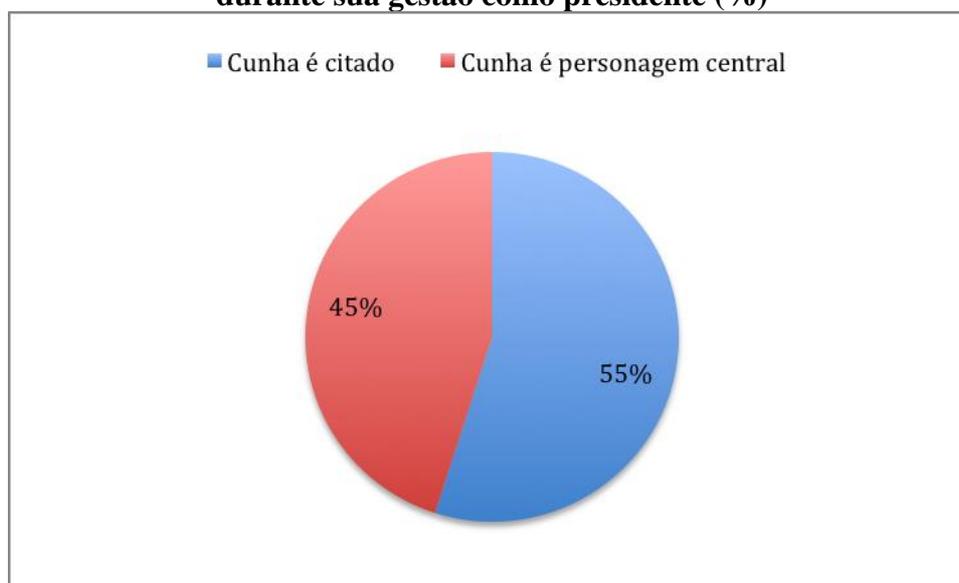


Fonte: Autoria própria com dados obtidos do *Gospel Mais*.

Vale ressaltar que os meses de maior proeminência de notícias envolvendo o deputado federal Eduardo Cunha se referem a momentos de forte tensionamento político. O conflito, por sua vez, é um valor-notícia, mas também um enquadramento estruturante de narrativas políticas, conforme propõem Motta e Guazina (2010). Os pesquisadores argumentam que a mídia “não apenas representa os conflitos, ela amplifica, ativa, e demarca essas disputas” (MOTTA e GUAZINA, 2010, p. 136-137), com o objetivo de seduzir a audiência e tornar a realidade política mais compreensível. Além disso, outros fatores influenciam na escolha dos eventos noticiáveis pelo *Gospel Mais*, o que aprofundarei no Capítulo 4 deste trabalho de dissertação.

Ainda sobre o noticiário produzido durante a gestão de Eduardo Cunha no comando da Câmara dos Deputados, o político aparece como personagem central em 59 matérias, o que correspondem a 45% do total publicado no período (Gráfico 6). Trata-se de um crescimento expressivo, considerando o protagonismo conferido ao evangélico no *Gospel Mais* até o ano de 2014.

GRÁFICO 6 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é personagem central durante sua gestão como presidente (%)



Fonte: Autoria própria com dados obtidos do *Gospel Mais*.

E são justamente essas 59 notícias nas quais o político é protagonista que escolhi para constituir o *corpus* desta pesquisa. Entendo que esse conjunto de narrativas possibilitou a compreensão tanto de características do noticiário do *Gospel Mais* quanto de enquadramentos presentes em narrativas políticas.

3.3 Procedimentos para análise de dados

O conhecimento científico resulta de investigações de aspectos da realidade a partir de métodos e técnicas específicos, que devem ser escolhidos em conformidade com demandas próprias do objeto que se pretende conhecer. Lopes (1990) conceitua como técnica as operações realizadas a partir de graus expressivos de padronização e, como método, uma “série de opções, seleções e eliminações que incidem sobre todas as operações metodológicas no interior da investigação” (LOPES, 1990, p. 101).

Esta pesquisa se debruçou sobre duas dimensões das matérias veiculadas pelo *Gospel Mais*: a roupagem jornalística e a presença de enquadramentos de ação coletiva, a partir de abordagens quantitativas e qualitativas. Com o objetivo de apreender a expressão de ambos aspectos, combinei três instrumentos metodológicos: a Análise de Critérios de Noticiabilidade, Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento para, por fim, triangular os dados. Cabe destacar que, na descrição da Análise de Enquadramento, foram incluídos elementos da Análise Crítica da Narrativa.

Os valores-notícia e os enquadramentos presentes no noticiário *gospel* foram investigados a partir de categorias existentes na literatura, pré-definidas por Mauro Wolf (2008) e William Gamson (2011), respectivamente. Já a Análise de Conteúdo foi realizada tendo como base a proposta de Laurence Bardin (2011), a partir da identificação de categorias nativas, ou seja, que derivaram do próprio conteúdo analisado.

A fim de elucidar operações realizadas nesta pesquisa, apresento, na Tabela 6, a sistematização dos procedimentos de análise do noticiário. A elaboração da Tabela 6 foi inspirada em protocolo sugerido por Fonseca Júnior (2009). Cabe mencionar que as etapas estão expostas de maneira didática, não representando uma ordem cronológica de operações. Os procedimentos foram construídos e reformulados simultaneamente, em constante processo de recriação e adaptação, tendo em vista o objeto desta pesquisa.

TABELA 6 – Sistematização dos procedimentos de análise do noticiário

Procedimento 1 - Análise de Critérios de Noticiabilidade			
Substantivos	<input type="checkbox"/> Importância	<input type="checkbox"/> grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos	Quais personagens aparecem no título: _____
		<input type="checkbox"/> impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional	
		<input type="checkbox"/> quantidade de pessoas que o acontecimento envolve	
		<input type="checkbox"/> relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.	
	<input type="checkbox"/> Interesse	<input type="checkbox"/> Capacidade de entretenimento, interesse humano, detalhes curiosos.	
Relativos ao produto	<input type="checkbox"/> disponibilidade do material informativo		
	<input type="checkbox"/> brevidade		
	<input type="checkbox"/> bad News is good news		
	<input type="checkbox"/> novidade		
	<input type="checkbox"/> qualidade da história		
Relativos ao meio	<input type="checkbox"/> balanceamento da composição do noticiário		
	<input type="checkbox"/> especificidade do suporte		
	<input type="checkbox"/> frequência (lapso para adquirir significado)		
	<input type="checkbox"/> formato (estrutura narrativa)		
Relativos ao público	<input type="checkbox"/> notícias que permitem uma identificação por parte do leitor	<input type="checkbox"/> Eduardo Cunha é identificado como evangélico na matéria.	
	<input type="checkbox"/> expectativas recíprocas		
Relativos à concorrência	<input type="checkbox"/> furo de reportagem		
	<input type="checkbox"/> parâmetros profissionais dos modelos de referência	<input type="checkbox"/> Notícia cita veículos de comunicação ou jornalistas como fonte de informação. Quais/Quem? _____	
	<input type="checkbox"/> expectativa de audiência		
Procedimento 2 - Análise de Conteúdo			
Temáticas abordadas nas matérias	Quais: _____		
Procedimento 3 - Análise de Enquadramento por temática			
Categoria Temática	<input type="checkbox"/> Identidade	Nível	<input type="checkbox"/> Organização
			<input type="checkbox"/> Movimento
			<input type="checkbox"/> Grupo

	() Enquadramento oposicional. Em quais símbolos ou dispositivos? _____
() Ação	() Encoraja. () Desencoraja ou desqualifica. Em quais frases/expressões? _____
() Injustiça	() Culpado. Quem? _____ () Vítima. Quem? _____ () Enquadramento aparece na voz de algum personagem. Qual? _____

Fonte: Autoria própria.

3.3.1 Análise de Critérios de Noticiabilidade

A escolha da análise de *news values* (valores-notícia) teve por objetivo mapear características jornalísticas do noticiário do portal *Gospel Mais*, a partir da aplicação de categorias sugeridas por Mauro Wolf (2008) e explicadas no Tópico 2.2.

Nessa fase, realizei ainda levantamentos sobre personagens de destaque, que aparecem nos títulos, e sobre as fontes de informação presentes nas notícias (veículos de comunicação e jornalistas), visando a subsidiar a Análise de Critérios de Noticiabilidade. Além disso, investiguei em que circunstâncias o deputado federal Eduardo Cunha é identificado como evangélico nas matérias.

3.3.2 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) consiste em “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37) que tem sido utilizado em pesquisas de maneira mais sistematizada desde o início do século XX, nos Estados Unidos, a partir do trabalho de H. Lasswell (1927) intitulado *Propaganda Technique in the World War* (BARDIN, 2011). Entre 1940 e 1950, estudiosos da psicologia, da sociologia e especialmente das ciências políticas se debruçaram sobre sua aplicação e desenvolvimento, movimento que acabou sendo acompanhado por outras disciplinas nos anos subsequentes, como é o caso de etnologia, história, psiquiatria, psicanálise e linguística (BARDIN, 2011).

Após problematizações, contribuições e aperfeiçoamentos técnicos, a AC entrou em uma terceira fase nos anos 1960 e início dos anos 1970, conforme aponta Laurence Bardin (2011). Durante esse período, três fatos “primordiais afetam a investigação e a prática da análise de conteúdo. O primeiro é o recurso ao computador; o segundo, o interesse pelos estudos que dizem respeito à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos” (BARDIN, 2011, p. 28).

Em relação à utilização dos instrumentos metodológicos da Análise de Conteúdo ao longo da história e a suas tendências atuais, Bardin (2011) discorre:

Esses dois polos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, atualmente, ainda faz a análise de conteúdo oscilar entre duas tendências. Historicamente, como já se viu, foi nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas e por interesse dos governos em adivinhar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, com a ajuda de documentos acessíveis (imprensa, rádio), que se fez do analista um detetive munido de instrumentos de precisão. Metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante (BARDIN, 2011, p. 35)

Segundo a autora, as fases da análise de conteúdo giram em torno de três grandes polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011, p. 125).

O primeiro polo visa “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2011, p. 125). É nesse momento em que ocorre a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação das assertivas e dos objetivos, bem como a elaboração dos indicadores que servirão de base para a interpretação.

Já o segundo polo corresponde à aplicação das decisões de maneira sistemática a partir de “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2011, p. 131). Por fim, o terceiro polo diz respeito ao tratamento dos resultados brutos, que serão condensados em quadros, gráficos, diagramas, figuras e modelos, de modo que seja possível ao pesquisador fazer inferências e interpretar o fenômeno (BARDIN, 2011).

Destarte, a organização e interpretação dos dados deriva de um processo de categorização, que consiste em uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147). Em outras palavras, o discurso é desmembrado e reagrupado em categorias, a fim de possibilitar ao pesquisador a realização de inferências e interpretações.

Conforme dito anteriormente, a AC é uma ferramenta de exame e interpretação muito utilizada nas investigações do campo da Comunicação. Jorge (2015) assegura que a Análise de Conteúdo tem sido “arma poderosa” para dissecar mensagens e manifestações

presentes nos meios de comunicação de massa, em seus diversos suportes, e “que sejam fruto da interação humana e possam ser classificadas quanto à ocorrência, frequência, enquadramento, formato, gênero, maneira de apresentação, fontes, linguagem, e tantos detalhes que o pesquisador esmiúça e, de início, só ele vê” (JORGE, 2015, p. 21).

A AC constitui-se num instrumental rico, versátil e multifacetado, que pode ser combinado com outras técnicas sem prejuízo de nenhuma delas, ao contrário, só ganha na troca de saberes. Do mapeamento de tendências ao exame de materiais efêmeros – como os próprios arquivos na internet, símbolos, mitos e imaginário sócio-político – a Análise de Conteúdo clássica agrega nos tempos atuais a vantagem da digitalização, possibilitando a realização de testes e repetição de medidas para confirmação, e organizando o conteúdo. Permite ainda programa análises quantitativas e qualitativas num marco teórico mais amplo e diversificado, onde essas duas técnicas se complementam e geram inferências valiosas (JORGE, 2015 p. 273)

Neste trabalho, recorro aos pressupostos da Análise de Conteúdo para investigar temáticas abordadas nas matérias sobre o deputado federal Eduardo Cunha. Trata-se, portanto, de um instrumento que deu suporte à Análise de Enquadramento. Segundo Guazina, Oliveira e Brasil (2015), “a possibilidade de combinar as duas propostas metodológicas tem sido utilizada em muitos estudos relacionados à Mídia e Política, especialmente em análises de cobertura jornalística” (GUAZINA; OLIVEIRA; BRASIL, 2015, p. 181).

3.3.3 Análise de Enquadramento

Por fim, realizei a Análise de Enquadramento a partir da adaptação de categorias propostas por Gamson (2011): *identidade*, *ação* e *injustiça*. A investigação foi realizada por categoria temática, com objetivo de responder se a ocorrência desses elementos sofre mudanças a depender do assunto abordado. A partir de definições construídas por Gamson (2011), criei subcategorias na ficha de análise que me possibilitaram, por um lado, apreciação qualitativa do material e, por outro, tornaram a análise passível de reprodução e comprovação científica.

No que tange à *identidade*, busquei entender se esse fator está expresso em um nível de organização, de movimento ou de grupo, conforme preceitua Gamson (2011). Além disso, investiguei se essa categoria está pautada em uma ideia oposicional (nós *versus* eles) ou de solidariedade, e selecionei as frases e os dispositivos nos quais encontrei esses enquadramentos.

Já em relação à categoria *ação*, busquei identificar tanto sua presença nas matérias analisadas quanto a ocorrência de ideia de desencorajamento ou desqualificação da ação coletiva, observada após análise prévia do material. Por fim, quanto à *injustiça*, nos casos em que encontrei sua presença, fiz mapeamento para compreender quem é representado como culpado e quem, por outro lado, é representado como vítima. Ademais, procurei entender na voz de qual personagem esse enquadramento aparece.

Conforme mencionado anteriormente, recorri a elementos da Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) para realizar a descrição da Análise de Enquadramento das matérias do *Gospel Mais*, tendo em vista que “os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’ – nem mais nem menos” (TUCHMAN, 1999, p. 258). Traquina (1999) complementa que, “embora sendo índice do real, as notícias registam formas literárias e as narrativas (*news frames*) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento” (TRAQUINA, 1999, p. 168).

Assim, a notícia apresenta tramas, intrigas, conflitos, e constrói personagens que exercem papéis de heróis, vilões, escolhidos, redentores, entre outros. Esse enredo aparece na voz de narradores diversos, sejam eles personagens citados na matéria, seja o próprio jornalista, que às vezes expõe seu ponto de vista. Ao propor Análise Crítica da Narrativa para compreender o universo noticioso, Motta (2013) reforça que o analista pode verificar:

“relações de poder entre os sujeitos interlocutores, a performance comunicativa de cada um deles, observar a posição e os enquadramentos do narrador (a perspectiva, os pontos de vista, por exemplo), identificar o papel e a posição dos personagens nos conflitos da estória, os jogos de linguagem do jornalismo (como ironias e metáforas), o uso e abuso dos dêiticos e seus significados, as implicações, os subentendidos, os efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 103-104).

3.3.4 Triangulação de dados

Após apresentação e discussão dos resultados, parto para uma última etapa da análise, que consiste na triangulação dos dados. Segundo Gomes et al. (2010), a triangulação de dados implica em análise cuidadosa, de modo a buscar confiabilidade e validade ao trabalho.

Stake (2011) esclarece que a triangulação pode conferir mais confiança e contribuir tanto na análise de diferenças quanto na apreensão de novos significados. Em outras

palavras, trata-se de estratégia que auxilia na confirmação de dados, ao mesmo tempo que pode implicar em descobertas e na significação de novas variáveis.

Assim, nesta investigação utilizei a triangulação para entrecruzar dados obtidos a partir de instrumentos distintos, visando a analisar as matérias do *Gospel Mais* tanto em sua natureza jornalística quanto na significação de eventos políticos. Busquei ainda aferir, de maneira ampla, a inter-relação os entre enquadramentos de ação coletiva encontrados no noticiário analisado.

CAPÍTULO 4 – CANTARES ³⁵ – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS SOBRE O NOTICIÁRIO DO “CASO EDUARDO CUNHA” NO *GOSPEL MAIS*

“Porque eis que passou o inverno; a chuva cessou, e se foi” (Cantares de Salomão 2:11).

O *corpus* selecionado para esta pesquisa permitiu a problematização de questões que estão no núcleo de debates políticos e sociais do Brasil da segunda década do século XXI. Ao realizar a Análise de Conteúdo de narrativas publicadas no portal *Gospel Mais*, nas quais Eduardo Cunha figura como personagem central, identifiquei três grandes categorias temáticas: direitos e garantias, denúncias contra Eduardo Cunha e *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff.

Neste capítulo, exponho e problematizo como essas temáticas foram abordadas em narrativas veiculadas entre 1º de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2017 no portal *Gospel Mais*. Além disso, apresento e discuto resultados da Análise de Critérios de Noticiabilidade e da Análise de Enquadramento.

4.1 Características das notícias

O primeiro bloco de resultados desta pesquisa visa a apresentar características das matérias analisadas, no que se refere à sua roupagem jornalística. Para tanto, utilizei a Análise de Critérios de Noticiabilidade e a Análise de Conteúdo para compreender fatores que influenciaram na escolha dos acontecimentos noticiados, personagens de destaque nas narrativas, fontes de informação e principais temáticas abordadas.

4.1.1 Análise de Critérios de Noticiabilidade

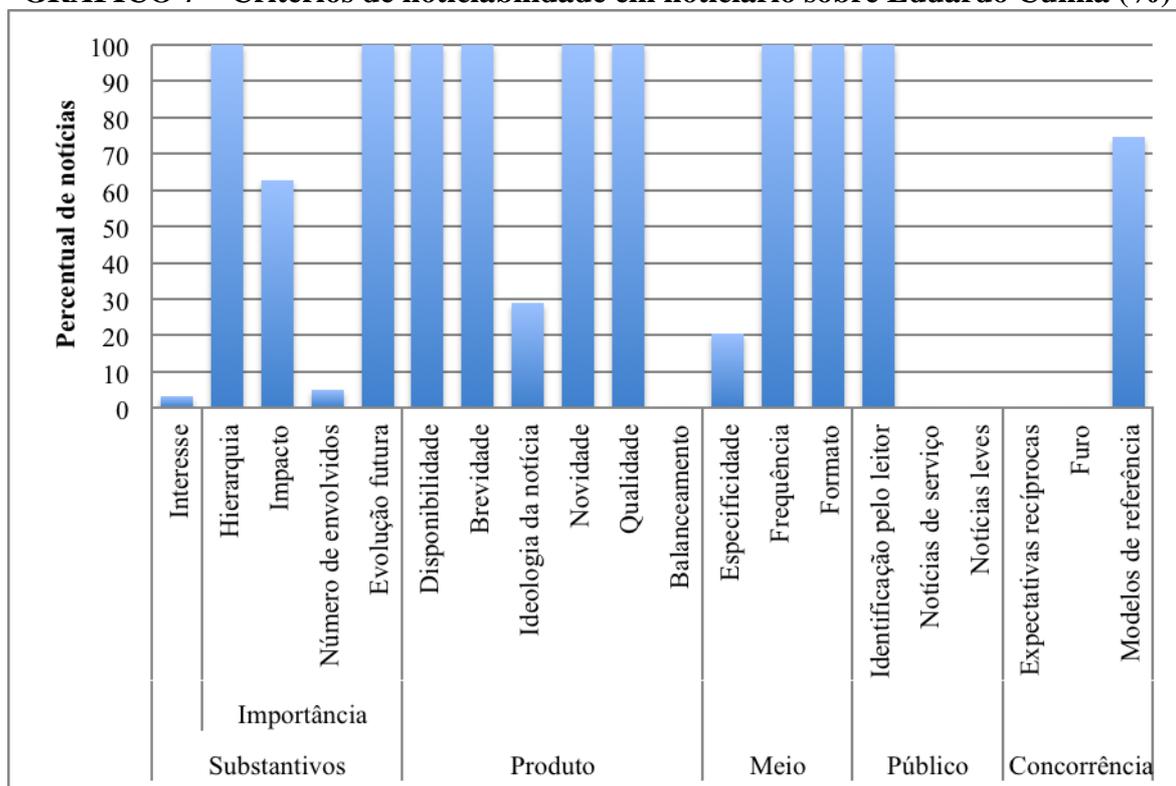
A Análise de Critérios de Noticiabilidade revelou que o *Gospel Mais* se utiliza de valores típicos de jornais tradicionais, mas que também apresenta especificidades em

³⁵ *Cantares*, também conhecido como *Cânticos de Salomão*, *Cantares de Salomão* ou *Cântico dos Cânticos*, é o quarto livro da terceira seção da Bíblia hebraica e foi escolhido para título do capítulo *Apresentação e discussão de resultados sobre o noticiário do “caso Eduardo Cunha” no Gospel Mais* desta dissertação porque ambos marcam, simbolicamente, o começo da colheita e o desejo pela união entre partes.

relação ao conteúdo, o qual é adaptado para atender ao que o portal imagina interessar ao público evangélico.

Ocorreram nas narrativas analisadas valores-notícia que compõem os cinco conjuntos de critérios de noticiabilidade propostos por Mauro Wolf (2008): critérios substantivos, e critérios relativos ao produto, ao meio, ao público e à concorrência. Entretanto, conforme é possível observar no Gráfico 7, esses critérios apresentaram intensidade e graus variados.

GRÁFICO 7 – Critérios de noticiabilidade em noticiário sobre Eduardo Cunha (%)



Fonte: Autoria própria.

Os resultados indicam que critérios relativos ao produto e critérios substantivos foram os mais presentes nas matérias do *Gospel Mais* sobre episódios envolvendo o deputado federal Eduardo Cunha. Na sequência estão critérios relativos ao meio, relativos ao público e, por último, relativos à concorrência.

De forma geral, a importância do evento e a possibilidade de torná-lo um produto noticioso foram os fatores que mais influenciaram na seleção das notícias sobre Cunha. Em compensação, aspectos referentes à concorrência ou à tentativa de atrair o público tiveram menor acuidade na seleção desse noticiário. A fim de elucidar dados obtidos, analisarei, a

seguir, por conjunto de critérios, valores-notícia encontrados nas matérias, bem como peculiaridades advindas do objeto desta pesquisa.

4.1.1.1 Critérios de noticiabilidade substantivos

Em se tratando de critérios de noticiabilidade substantivos, foi possível observar que o fator “importância” foi preponderante em relação ao “interesse”. Essa constatação sugere que o *Gospel Mais* reproduz a prática, comum no jornalismo tradicional, de oferecer notícias sobre política no formato de *hard news* (notícias duras), em contraponto com as *soft news* (notícias leves), encontradas frequentemente em outras editorias.

No *corpus* desta pesquisa, o fator “interesse” foi identificado em apenas duas notícias (3,38%): “Recuo de Malafaia no apoio a Cunha vira meme na *Internet*; Pastor é cobrado por incoerência” (de 24 de agosto de 2015) e “Esposa de Eduardo Cunha o consola e pede para confiar em Deus: “Ele não te abandonou” (de 4 de março de 2016). Na primeira delas, há uma busca por atrair o público a partir do caráter de entretenimento dos memes³⁶. E, na segunda, o fator “interesse” se revela na tentativa de despertar atenção ao abordar aspectos da vida privada de Eduardo Cunha.

O fator “importância”, por sua vez, despontou a partir de variáveis como “hierarquia” dos indivíduos envolvidos, e relevância e significatividade do acontecimento quanto à “evolução futura” de uma determinada situação, encontradas em todas as notícias. Na sequência, estão o “impacto” sobre a nação e sobre o interesse nacional, verificado em 37 notícias (62,71%).

A quantidade de pessoas que o acontecimento envolve, por sua vez, foi identificada em apenas três matérias (5,08%). São elas: “Com 1,2 milhão de assinaturas, petição pretende exigir à Câmara a cassação de Eduardo Cunha”, de 22 de abril de 2016; “Eduardo Cunha fará palestra em congresso exclusivo para políticos e líderes evangélicos” (de 2 de setembro de 2015) e “Bancada Evangélica adia para 2016 evento que teria Eduardo Cunha entre os palestrantes” (de 16 de outubro de 2016), que abordam a realização de congresso com previsão de reunir mais de 3 mil evangélicos do País.

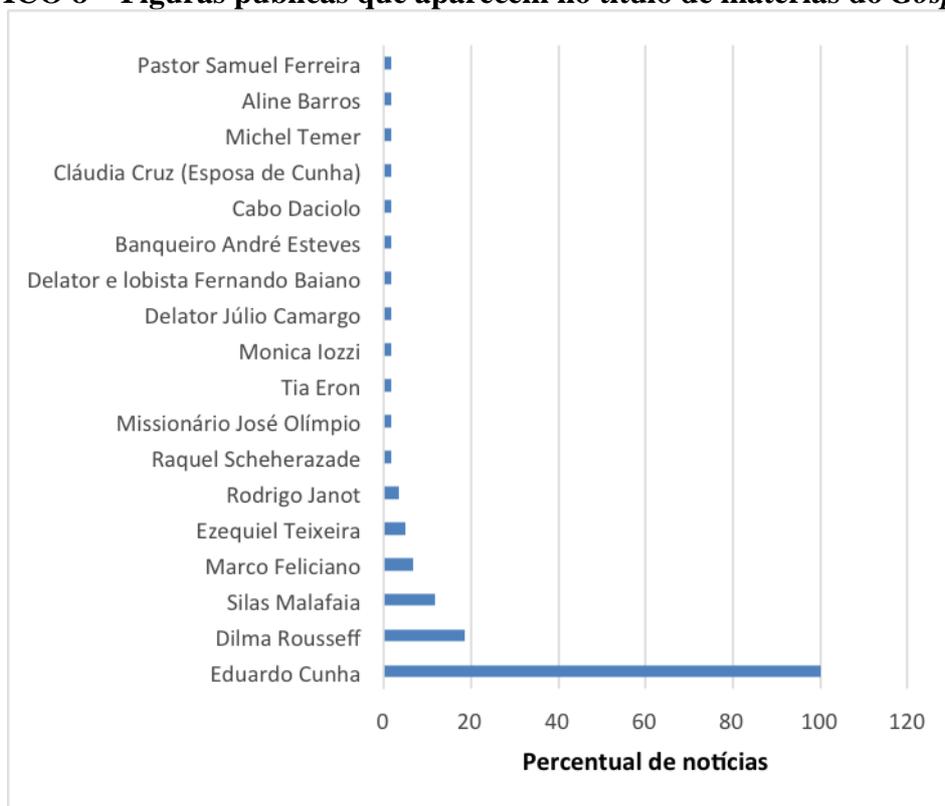
Cabe mencionar que a ocorrência do valor-notícia “hierarquia” em todas as notícias já era esperado, tendo em vista que o recorte desta pesquisa está limitado a notícias em que

³⁶ Memes são conteúdos – texto, imagem ou som – alterados ou reproduzidos, de modo a gerar sentido de ironia, e que são disseminados rapidamente. Esse fenômeno é potencializado pelas redes sociais, nas quais o sujeito compartilha uma ideia, que é apropriada, transformada e redistribuída por outras pessoas.

Eduardo Cunha é personagem central. Ademais, o político é considerado de alto grau hierárquico, posto que ele não só exercia mandato de deputado federal na época, como alcançou o topo na política ao assumir a presidência da Câmara dos Deputados.

Não obstante, alerta Wolf (2008), é preciso levar em conta também a existência de outras hierarquias sociais. Nesse sentido, compõem esse universo no *Gospel Mais* pastores, parlamentares evangélicos e celebridades *gospel*. Essa constatação pode ser verificada no Gráfico 8, que apresenta relação de figuras públicas que obtiveram destaque, sendo citadas em títulos de matérias analisadas. No total, dos 18 sujeitos que aparecem nos títulos, 11 se tratam de personalidades evangélicas.

GRÁFICO 8 – Figuras públicas que aparecem no título de matérias do *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria.

Além de Eduardo Cunha, que está em 100% das notícias, os demais personagens vão desde Dilma Rousseff (18,64%), autoridade máxima do País na época, até pastores como Silas Malafaia (11,86%), parlamentares evangélicos como Marco Feliciano (6,77%) e Ezequiel Teixeira (5,08%), além de celebridades como a cantora *gospel* Aline Barros e as jornalistas Raquel Scheherazade e Monica Iozzi. Também constam na lista três deladores

da Operação Lava Jato, da Polícia Federal: o empresário Júlio Camargo, o lobista Fernando Baiano e o banqueiro André Esteves. O Vice-Presidente da República Michel Temer, que assume a Presidência da República depois da deposição de Dilma Rousseff, por sua vez, só aparece no título de uma notícia, das 59 analisadas.

4.1.1.2 Critérios de noticiabilidade relativos ao produto

No que concerne aos critérios de noticiabilidade relativos ao produto, identifiquei os valores-notícia de “disponibilidade” do material informativo, de “brevidade” (capacidade de ser tratado de maneira breve) e de “novidade” em 100% do material. Além disso, todas as notícias analisadas atenderam a pelo menos um dos requisitos citados por Wolf (2008) referente à “qualidade da história” (ação, ritmo, caráter exaustivo, clareza da linguagem, padrões técnicos). Já a ideologia da notícia (*bad news is good news*) foi encontrada em 28,81% das matérias, a maioria delas referentes a denúncias de corrupção, o que indica que a negatividade é um valor-notícia secundário quando comparado com outros critérios encontrados no noticiário do *Gospel Mais*.

Convém ressaltar que a “disponibilidade do material” foi pensada, neste trabalho, a partir da facilidade em obter informações na *internet* e da possibilidade de tratar tecnicamente o evento nas formas jornalísticas. Faço essa ressalva após verificar que a acessibilidade do evento não interfere diretamente no noticiário do *Gospel Mais*, já que a maioria das informações provém de outros veículos (ver tópico 5.1.1.5).

O “balanceamento”, por sua vez, não se aplicou no caso desta pesquisa, já que não analisei todas as matérias do portal veiculadas em um mesmo período; assim, não foi possível averiguar a composição do noticiário como um todo, de modo a medir a possível influência do balanceamento na escolha de acontecimentos divulgados.

4.1.1.3 Critérios de noticiabilidade relativos ao meio

Quanto aos critérios relativos ao meio, a “frequência” (lapso de tempo necessário para o evento adquirir forma e significado) e o “formato” (estrutura narrativa) apareceram em 100% das notícias. Tal estrutura revela que as matérias se constituem em uma estória tecida a partir de um estilo de linguagem característico das narrativas fáticas que compõem o gênero notícia. Conforme mencionado anteriormente, essas narrativas apresentam *lead* e fontes de informação e utilizam estratégias de linguagem que produzem efeito de real.

Cabe observar que estratégias de linguagem que produzem efeito de real também são encontradas em narrativas bíblicas, as quais adotam um estilo de “revelação”, predizendo o mundo e, ao mesmo tempo, criando-o. Para evangélicos de vertentes fundamentalistas, o sentido literal dessas narrativas é privilegiado.

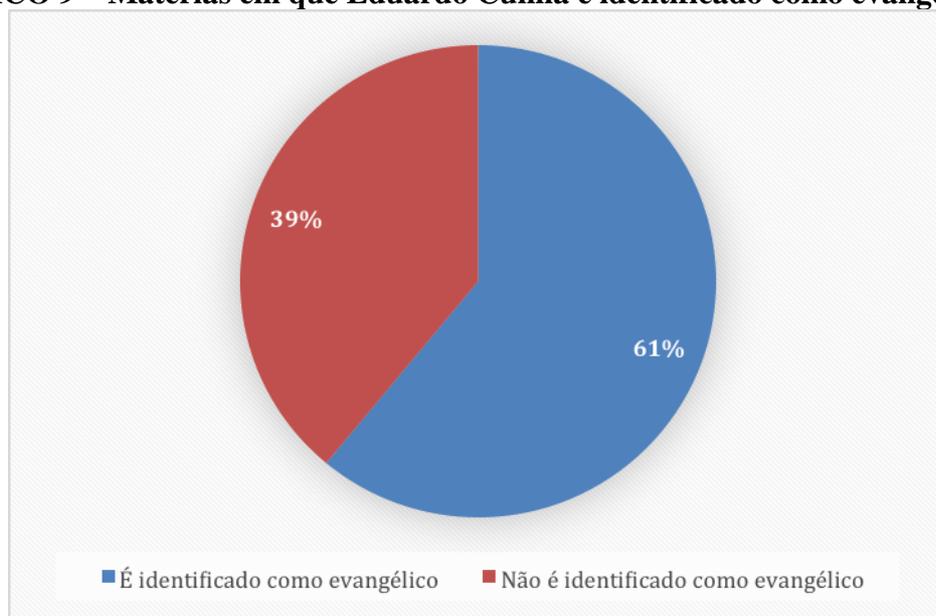
Os resultados indicam ainda que apenas 20,33% das notícias apresentaram especificidades do suporte *online*. Neste trabalho, considerei terem atendido ao quesito de “especificidade do suporte” matérias que apresentaram vídeos, devido à característica interativa do ambiente *online*, ou registros fotográficos do acontecimento noticiado. Desse modo, foram descartadas as que utilizaram fotografias produzidas em outro contexto, como ocorre em uma série de narrativas nas quais aparecem imagens do deputado federal Eduardo Cunha, de rosto ou de perfil, apenas para fins ilustrativos.

4.1.1.4 Critérios de noticiabilidade relativos ao público

Que crenças jornalistas do *Gospel Mais* têm a respeito do público que lê seu noticiário político? A Análise de Critérios de Noticiabilidade e dados levantados nesta pesquisa fornecem indícios de que o portal acredita interessarem a seu público notícias sobre personalidades ou parlamentares vinculados à religião (ver tópico 5.1.1.1), como é o caso do deputado Eduardo Cunha. A partir dessa perspectiva, considerei a presença do valor-notícia “identificação pelo leitor” em 100% das matérias analisadas, posto que Eduardo Cunha está em todas elas. Em contrapartida, não encontrei no *corpus* nenhuma “nota de serviço”, tampouco as chamadas “notícias leves”.

É interessante observar que o deputado Eduardo Cunha é identificado como evangélico em mais da metade do *corpus*. No total, 36 notícias (61% do *corpus*) trazem a informação de que Cunha integra a comunidade evangélica, contra 23 notícias (39%) em que esse dado é omitido (Gráfico 9). O fato de que a maior parte do noticiário destaca o pertencimento ao movimento evangélico sugere que a localização de identidade religiosa atua como forte valor-notícia dentro do *Gospel Mais*.

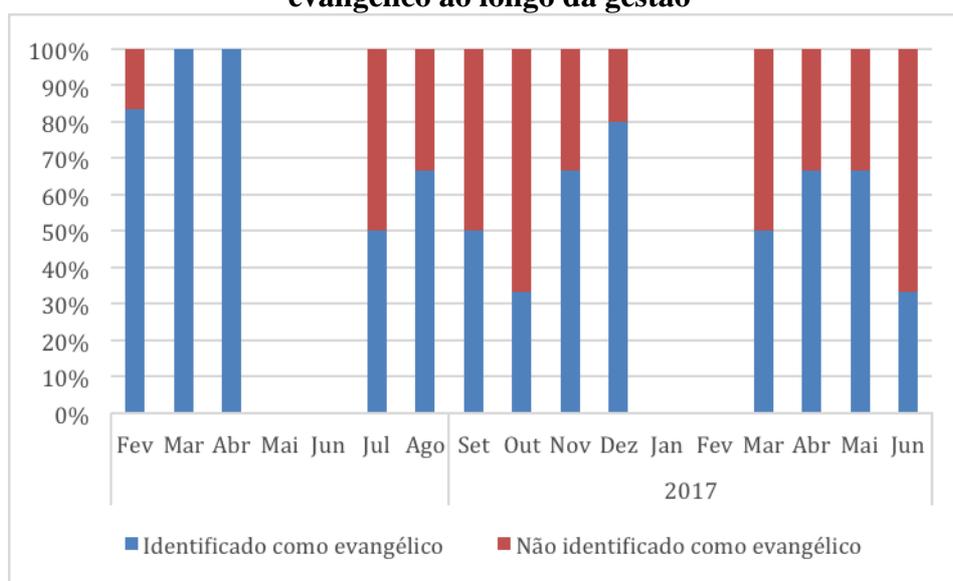
GRÁFICO 9 – Matérias em que Eduardo Cunha é identificado como evangélico (%)



Fonte: Autoria própria.

No entanto, a identificação do deputado federal Eduardo Cunha como evangélico nas narrativas sofreu alterações ao longo da gestão dele no comando da Câmara dos Deputados. Nos primeiros meses como presidente da Câmara, a maior parte das notícias destaca o fato de o político ser membro da “bancada evangélica” (Gráfico 10). A partir de julho de 2015, aumentam as variações quanto à explicitação ou omissão dessa informação.

GRÁFICO 10 – Percentual de notícias em que Eduardo Cunha é identificado como evangélico ao longo da gestão



Fonte: Autoria própria.

Essas alterações podem indicar constrangimentos do *Gospel Mais* em designá-lo como evangélico após surgirem denúncias de corrupção. Outra interpretação possível é a de que o portal considera que os leitores já sabem que o político pertence à comunidade evangélica, o que poderia levar a desconsiderar essa informação em algumas ocasiões.

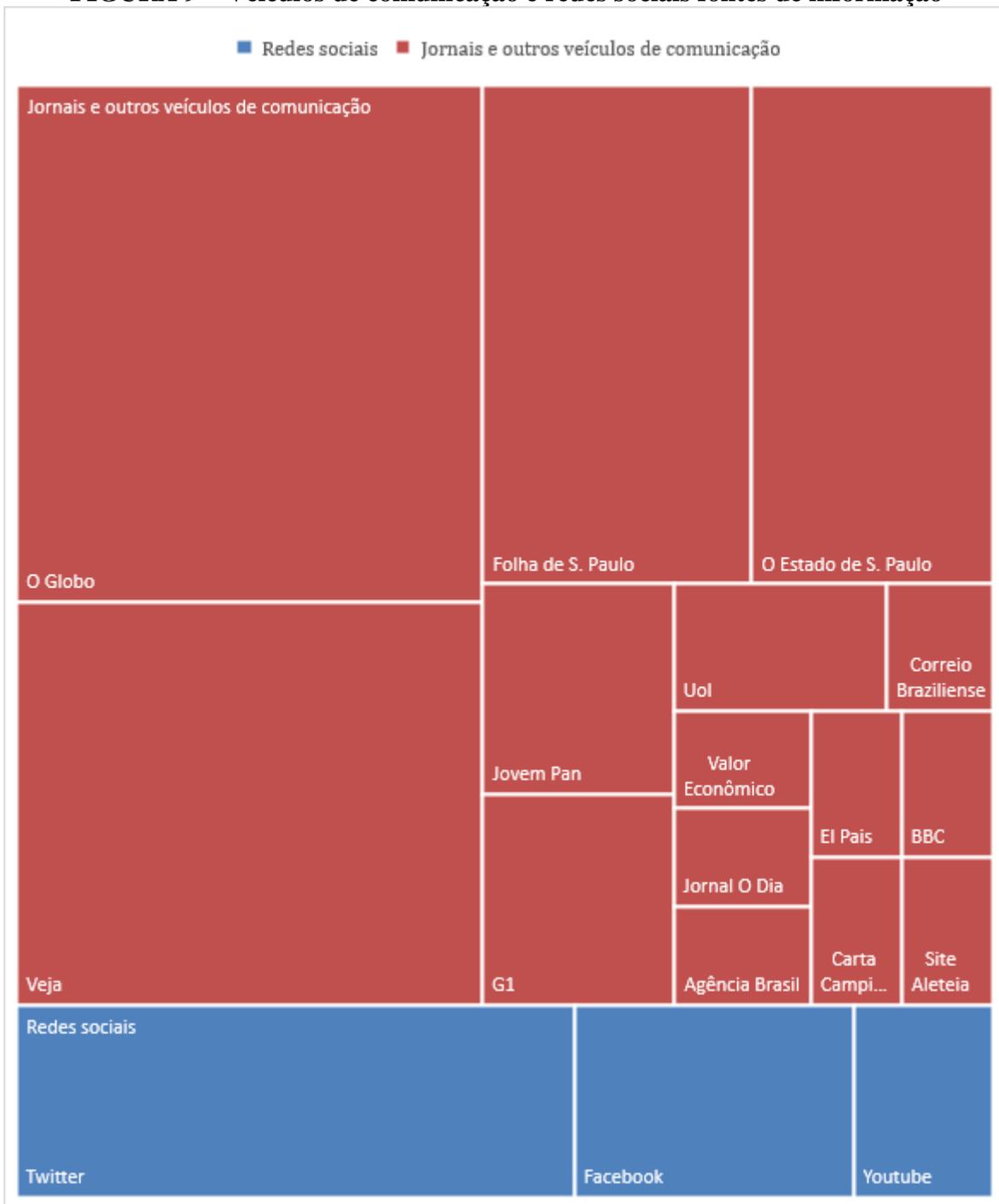
4.1.1.5 Critérios de noticiabilidade relativos à concorrência

Diferentemente do que ocorre em noticiário de jornais e portais tradicionais veículos, nenhuma narrativa analisada do *Gospel Mais* trouxe informação exclusiva ou furo jornalístico. Quanto às “expectativas recíprocas”, ou seja, à tendência de seleção de uma notícia por se esperar que o veículo concorrente também o faça, não foi possível averiguar sua pertinência no caso do *Gospel Mais*. Apesar de ter mapeado outros sites voltados para o segmento evangélico no Brasil (ver tópico 4.1.2), a Análise de Critérios de Noticiabilidade a partir do conteúdo publicado não me permitiu saber se a seleção das notícias passa por considerações a respeito dessa concorrência.

Tampouco foi possível identificar “modelos de referência” que exerçam a função de estabelecer parâmetros profissionais para o *Gospel Mais*. Não obstante, uma série de jornais e veículos de comunicação serviram de fonte de informação para matérias do portal. No total, 74,57% das notícias analisadas se basearam em informações publicadas por outros veículos de comunicação ou eram reprodução *ipsis litteris* de conteúdos publicados por jornais e portais de notícias. Dessa maneira, ao usar dinâmica do “copia e cola”, o *Gospel Mais* se exime de investir em equipe que se dedique à apuração jornalística e à produção de informações de qualidade. Trata-se, portanto, de um “falso jornalismo”, de baixo custo e alta rentabilidade.

Conforme é possível visualizar na Figura 9, os principais fornecedores de informação das matérias analisadas do *Gospel Mais* foram empresas tradicionais de comunicação. Por outro lado, destaca-se o uso de redes sociais digitais como fontes de informação, sobretudo o *Twitter*, seguido do *Facebook* e do *Youtube*, os quais são espaços utilizados por políticos e celebridades *gospel* como ferramentas para aumentarem o alcance de suas ideias e sua popularidade.

FIGURA 9 – Veículos de comunicação e redes sociais fontes de informação

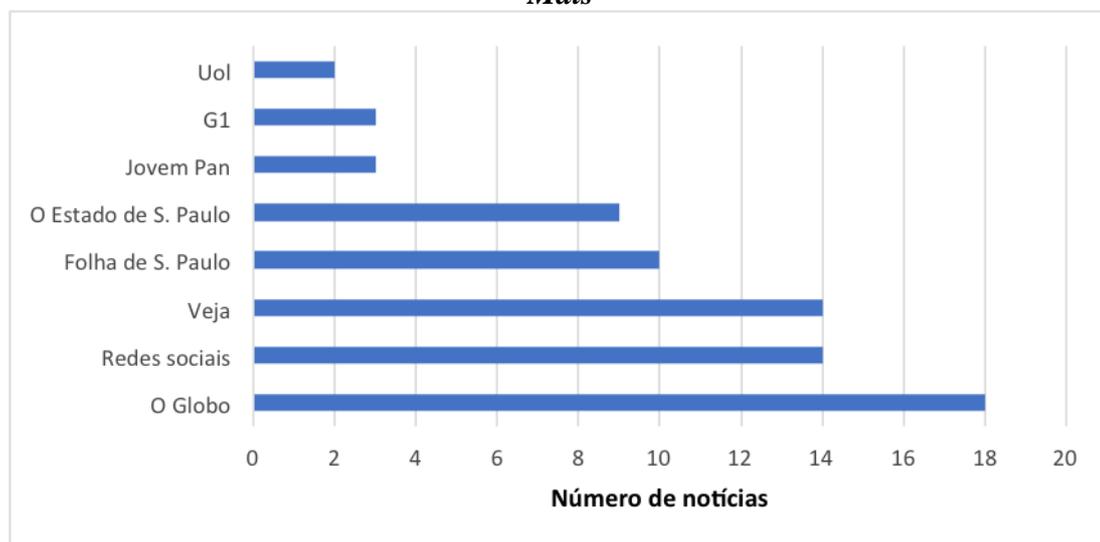


Fonte: Autoria própria.

É interessante verificar o papel dessas redes sociais que, se colocadas juntas, alcançam o segundo lugar no ranking das principais fontes de informação (Gráfico 11). Em primeiro lugar, está o jornal *O Globo*, que é citado em 18 notícias, seguido por redes sociais (14 notícias), *Veja* (14 notícias), *Folha de S. Paulo* (10), *O Estado de S. Paulo* (9),

Jovem Pan (3), *G1* (3) e *Uol* (2). Foram excluídos do Gráfico 11 fontes de informação que apareceram em apenas uma notícia do *corpus* analisado.

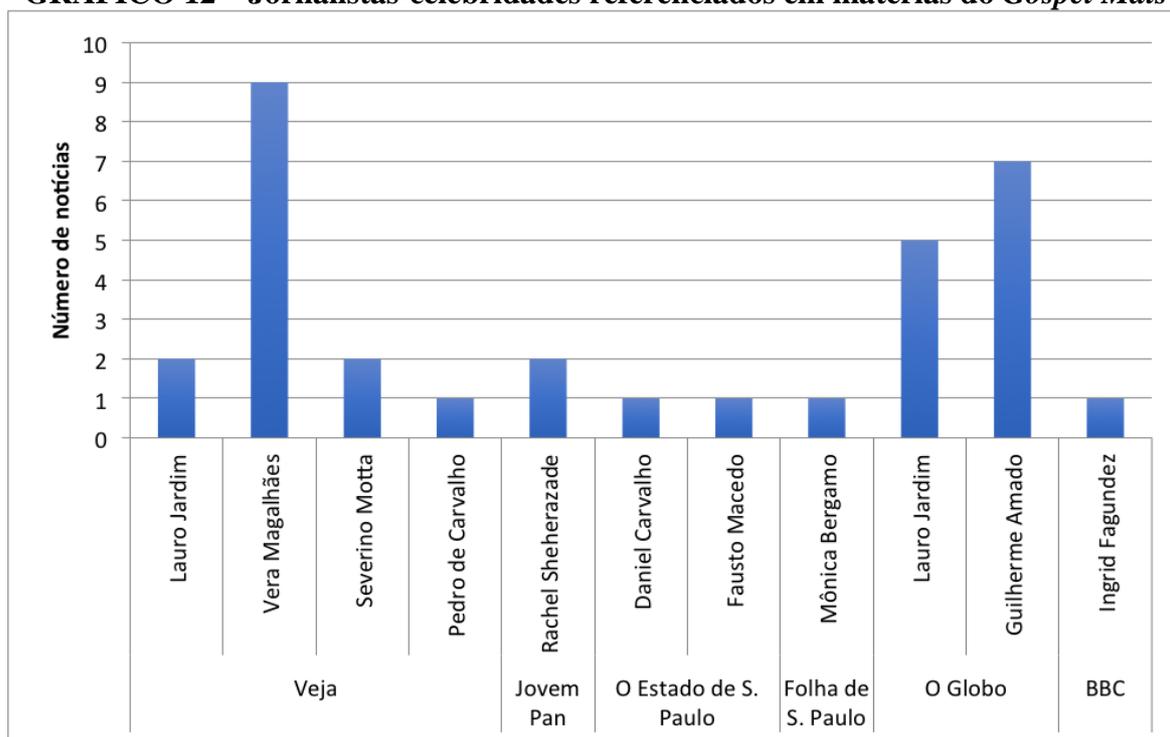
GRÁFICO 11 – Principais fontes de informação referenciadas em matérias do *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria.

Além disso, há indícios de que as matérias sofrem influências de mudanças estruturais do jornalismo contemporâneo, especificamente no que tange aos perfis de jornalistas-celebridades. Foi possível identificar esse fenômeno a partir de levantamento dos profissionais citados e referenciados nas narrativas, sendo a maioria colunistas e profissionais que atuam nos chamados “bastidores da política” (Gráfico 12). Os três jornalistas mais citados são, respectivamente, Vera Magalhães (Veja), Guilherme Amado (O Globo) e Lauro Jardim (Veja e O Globo).

GRÁFICO 12 – Jornalistas-celebridades referenciados em matérias do *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria.

4.1.2 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo possibilitou mapear outras características do noticiário analisado, de modo a complementar os resultados obtidos na Análise de Critérios de Noticiabilidade e a balizar a Análise de Enquadramento. Com base nos pressupostos de Bardin (2011), identifiquei os principais agrupamentos de temáticas e interpretei como essas categorias se correlacionam nas matérias do *Gospel Mais* sobre Eduardo Cunha durante seu mandato como presidente da Câmara dos Deputados.

4.1.2.1 Pré-análise e categorização

Partindo da proposta de Bardin (2011), a Análise de Conteúdo foi realizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O primeiro polo consistiu basicamente na formulação de hipóteses e objetivos e na elaboração de indicadores para interpretação dos dados. A escolha dos documentos, conforme mencionado anteriormente, ocorreu após levantamento, realizado em agosto de 2015, das matérias publicadas sobre o deputado federal Eduardo Cunha no *Gospel Mais*, quando optei por analisar aquelas em que o político é personagem de destaque, aparecendo no título (ver tópico 4.2.2).

Inicialmente, fiz leitura flutuante do material selecionado com objetivo de dar vazão a impressões e orientações. Foi nesse momento em que observei assuntos recorrentes nas matérias, como direito ao aborto, direitos LGBT, desgaste do governo Dilma Rousseff, desgaste do deputado Eduardo Cunha, denúncias de corrupção.

Formulei, então, a hipótese de que a ocorrência dessas temáticas sofria variações ao longo da gestão de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados, o que também indica mudanças na maneira com a qual o portal retratou o político evangélico. Com o objetivo de entender esses movimentos e interpretá-los semanticamente, agrupei essas unidades de registro em três categorias temáticas: “direitos e garantias”, “*impeachment* de Dilma”³⁷ e “denúncias contra Cunha” (Figura 10).

FIGURA 10 – Categorias temáticas e suas respectivas unidades de registro



Fonte: Autoria própria

³⁷ Apesar de entender que a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República se caracterizou como “golpe parlamentar”, decidi utilizar o termo “*impeachment*” neste trabalho por se tratar de uma categoria nativa, obtida a partir das narrativas analisadas do *Gospel Mais*.

Na categoria temática “direitos e garantias” estão conteúdos relacionados a temas como direito ao aborto, casamento *gay*, adoção de crianças por casais homoafetivos, liberdade de imprensa, direitos humanos, direitos das mulheres. Também incluí nessa classificação conteúdos que discutem laicidade do Estado e que relacionam o conservadorismo ao movimento evangélico. Trata-se, por conseguinte, de assuntos relacionados a direitos individuais, sociais e humanos, bem como a garantias constitucionais.

O conceito norteador da categoria temática “*impeachment* de Dilma”, por sua vez, engloba notícias sobre o processo de deposição da petista. Além disso, foram incluídos conteúdos que abordam derrotas, críticas e desgaste político do governo, bem como denúncias contra seus integrantes.

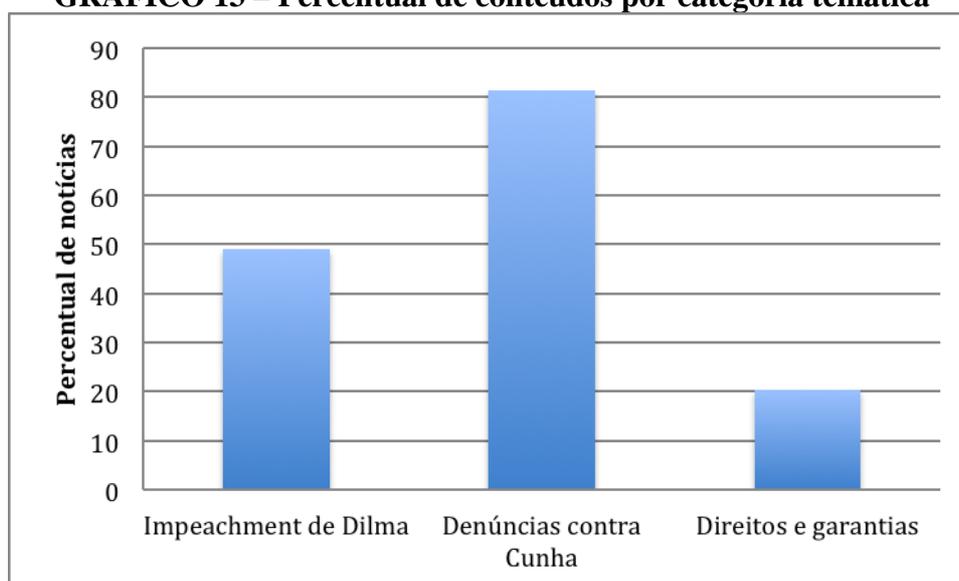
Na categoria temática “denúncias contra Cunha” constam textos que apontam críticas e acusações de corrupção envolvendo o político, bem como aqueles que tratam do seu processo de afastamento da presidência da Câmara dos Deputados e do processo de cassação do mandato no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar. Foram abarcadas ainda narrativas que abordam o desgaste político do deputado Eduardo Cunha.

Após a fase da categorização, parti para a exploração do material, na qual apliquei o método, e para o tratamento dos resultados. No próximo tópico, apresentarei e discutirei os dados obtidos a partir da Análise de Conteúdo.

4.1.2.2 Ocorrência das categorias nas matérias do Gospel Mais

Das 59 notícias analisadas, o assunto “denúncias contra Cunha” foi o mais proeminente, estando presente em 48 matérias, o que equivale a 81,34% do noticiário (Gráfico 13). A presença acentuada dessa categoria temática faz sentido tendo em vista a conturbada trajetória do político durante sua gestão no comando da Câmara. A segunda categoria mais observada foi “*impeachment* de Dilma”, que ocorreu em 29 matérias (49,15%), seguido de “direitos e garantias”, que recebeu enfoque menor, sendo abordada em apenas 12 notícias (20,33%).

GRÁFICO 13 – Percentual de conteúdos por categoria temática



Fonte: Autoria própria.

A fim de expor de maneira detalhada resultados obtidos, apresento na Tabela 7 uma lista com todas as notícias analisadas do *Gospel Mais*, entre os anos de 2015 e 2016, especificando as temáticas que incidiram em cada uma delas. Marquei com um “x” quando não houve ocorrência do assunto, e escrevi a palavra “sim” nos casos em que identifiquei sua presença.

TABELA 7 – Ocorrência de categorias temáticas em cada matéria

Data	Títulos das matérias	Direitos e garantias	Denúncias contra Cunha	Impeachment de Dilma
2015				
02/fev	Eduardo Cunha, integrante da bancada evangélica, é eleito presidente da Câmara dos Deputados	x	x	Sim
04/fev	Malafaia comemora vitória de Cunha na Câmara e diz que governo vai ter que “aturar” evangélicos	x	x	Sim
10/fev	Eduardo Cunha diz que jamais colocará a legalização do aborto em votação: “Nem que a vaca tussa”	Sim	x	x
12/fev	Rachel Scheherazade elogia postura de Cunha sobre o aborto: “Está defendendo o interesse da sociedade”	Sim	x	x
13/fev	Eduardo Cunha retoma projeto que proíbe adoção de crianças por casais gays e recebe elogios	Sim	x	x
19/fev	Eduardo Cunha critica discriminação da mídia contra políticos evangélicos: “Agride o Estado laico”	Sim	x	x
04/mar	Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: “Maioria da sociedade brasileira é conservadora”	Sim	Sim	x
04/mar	Eduardo Cunha é acusado de ter recebido propina no petrolão e será investigado pelo STF	x	Sim	x
09/mar	Dois deputados evangélicos serão investigados pelo Supremo por envolvimento no Petrolão	x	Sim	x
07/abr	Eduardo Cunha foi para a Assembleia de Deus sem	x	Sim	x

	sair da Sara Nossa Terra, diz jornalista			
17/jul	Eduardo Cunha anuncia que pedido de impeachment de Dilma será avaliado em 30 dias	x	Sim	Sim
20/jul	Malafaia e Feliciano: acusações contra Cunha tiram “o foco do governo” no petrolão	x	Sim	Sim
03/ago	Delator que acusou Cunha diz ter pago propina de R\$ 125 mil à Assembleia de Deus Madureira	x	Sim	x
21/ago	Assembleia de Deus Madureira acusada de repassar propina do petrolão a Eduardo Cunha	x	Sim	x
24/ago	Recuo de Malafaia no apoio a Cunha vira meme na internet; Pastor é cobrado por incoerência	x	Sim	x
25/ago	Malafaia: “Porque Janot denuncia Cunha e esquece Dilma, citada 11 vezes na Lava-Jato?”; Assista	x	Sim	Sim
26/ago	Templo da AD Madureira que teria repassado propina a Cunha é pichado por manifestantes	x	Sim	x
27/ago	Sob investigação, Eduardo Cunha vai a culto na Câmara com participação de Aline Barros	x	Sim	x
02/set	Eduardo Cunha fará palestra em congresso exclusivo para políticos e líderes evangélicos	x	Sim	x
07/set	Petrolão: bancada evangélica decide apoiar Eduardo Cunha, acusado de receber propinas	x	Sim	x
02/out	Pastor Malafaia cobra explicações de Eduardo Cunha sobre novas denúncias de contas na Suíça	x	Sim	Sim
09/out	Cunha se torna alvo de representação no Conselho de Ética por causa de contas no exterior	x	Sim	x
15/out	Dilma apela a pastor para tentar se aproximar de Eduardo Cunha e barrar impeachment, diz jornal	Sim	Sim	Sim
16/out	Bancada Evangélica adia para 2016 evento que teria Eduardo Cunha entre os palestrantes	x	Sim	x
17/out	Eduardo Cunha tem carros de luxo registrados em nome de Jesus.com, revela inquérito	x	Sim	x
19/out	Ideia de usar igreja para receber propina partiu de Eduardo Cunha, diz delator do petrolão	x	Sim	x
22/out	Oposição e juristas entregam novo pedido de impeachment de Dilma a Eduardo Cunha	x	x	Sim
23/out	“Deus não está brincando”: Daciolo exorta Cunha e bancada evangélica por “lama de corrupção”; Assista	x	Sim	Sim
23/out	Feliciano compara Dilma a Saul e cobra de Cunha postura de “servo de Deus”: “Tenha coragem”; Assista	x	Sim	Sim
27/out	Monica Iozzi diz que ora pedindo a Deus “que uma bala perdida encontre o Eduardo Cunha”	Sim	Sim	Sim
28/out	Eduardo Cunha cede a pressão e deverá iniciar processo de impeachment contra Dilma	x	Sim	Sim
29/out	Líderes evangélicos publicam manifesto pedindo a renúncia do deputado Eduardo Cunha	x	Sim	x
02/nov	Malafaia diz que assinaria manifesto contra Cunha se documento incluísse impeachment de Dilma	x	Sim	Sim
03/nov	Feministas vandalizam Catedral da Sé em protesto contra projeto de Eduardo Cunha que limita aborto	Sim	x	x
04/nov	Processo que pode cassar mandato de Eduardo Cunha é aberto pelo Conselho de Ética	x	Sim	x
11/nov	Para salvar mandato, Cunha teria aceitado abrir processo de impeachment contra Dilma, diz jornalista	x	Sim	Sim
13/nov	Ezequiel Teixeira diz que pastores que apoiaram Cunha devem pedido de perdão aos féis	x	Sim	x
30/nov	Eduardo Cunha é acusado de receber R\$ 45 milhões	x	Sim	Sim

	em propina de banqueiro; Deputado nega			
02/dez	Oposição se irrita com indecisão de Cunha sobre impeachment e traça estratégias para derrubá-lo	x	Sim	Sim
03/dez	Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma	Sim	Sim	Sim
14/dez	Para impedir manobras contra o impeachment, oposição cogita salvar mandato de Cunha	x	Sim	Sim
15/dez	Catilinárias”: PF faz busca e apreensão em casas de Eduardo Cunha e de ministros de Dilma	x	Sim	Sim
17/dez	Janot pede ao STF que afaste Cunha de seu mandato para não atrapalhar investigações	x	Sim	x
2016				
03/mar	Supremo torna Cunha réu no petróleo; Evangélico se nega a renunciar à presidência da Câmara	x	Sim	x
04/mar	Esposa de Eduardo Cunha o consola e pede para conãar em Deus: “Ele não te abandonou”	x	Sim	x
15/mar	Processo de impeachment de Dilma deverá ser acelerado por Eduardo Cunha, dizem jornalistas	x	x	Sim
28/mar	Eduardo Cunha define que votação do impeachment será dia 17 de abril; PT quer “guerra”	x	x	Sim
01/abr	Cunha pode apoiar Ezequiel Teixeira para presidência da Comissão de Direitos Humanos, diz jornalista	Sim	x	Sim
14/abr	Feliciano afirma que Cunha é seu “malvado favorito” por colocar o impeachment para andar	Sim	Sim	Sim
18/abr	Personagem central no impeachment, Eduardo Cunha teria recebido R\$ 52 milhões em propina	x	Sim	Sim
19/abr	Cunha estaria entre ser anistiado no Conselho de Ética ou ser afastado do governo Temer; Entenda	x	Sim	Sim
22/abr	Com 1,2 milhão de assinaturas, petição pretende exigir à Câmara a cassação de Eduardo Cunha	x	Sim	x
26/abr	Se impeachment avançar, Eduardo Cunha chegará à presidência do Brasil até junho; Entenda	x	Sim	Sim
05/mai	Em vídeo, Silas Malafaia diz que afastamento de Cunha pelo STF é “uma vergonha”	x	Sim	Sim
06/mai	Marcos Feliciano critica afastamento de Eduardo Cunha pelo STF em sua página no Facebook	x	Sim	Sim
11/mai	Deputado e pastor Ezequiel Teixeira critica Eduardo Cunha: “Não representa o povo evangélico”; Entenda	X	Sim	x
02/jun	Após relatório pró-cassação de Cunha, Ministério Público pode pedir prisão do deputado, diz revista	x	Sim	x
10/jun	Tia Eron estaria sofrendo pressão de bispo da Universal para votar a favor de Eduardo Cunha	Sim	Sim	x
15/jun	Com votos da bancada evangélica, Conselho de Ética aprova pedido de cassação de Cunha	x	Sim	Sim

Fonte: Autoria própria.

Conforme é possível observar na Tabela 7, há mais de uma categoria temática em algumas notícias. É o caso da matéria “Para impedir manobras contra o *impeachment*, oposição cogita salvar mandato de Cunha”, veiculada pelo portal *Gospel Mais* no dia 14 de dezembro de 2015, na qual observei tanto “*impeachment* de Dilma” quanto “denúncias contra Cunha”.

No total, identifiquei a ocorrência de duas ou mais categorias temáticas em 26 notícias (44,06% do *corpus* analisado). Conforme illustrei na Figura 11, foi possível encontrar quatro combinações de assuntos em uma mesma matéria: 1) “denúncias contra Cunha” – “*impeachment* de Dilma”; 2) “denúncias contra Cunha” – “direitos e garantias”; 3) “direitos e garantias” – “*impeachment* de Dilma”; 4) “denúncias contra Cunha” – “direitos e garantias” – “*impeachment* de Dilma”.

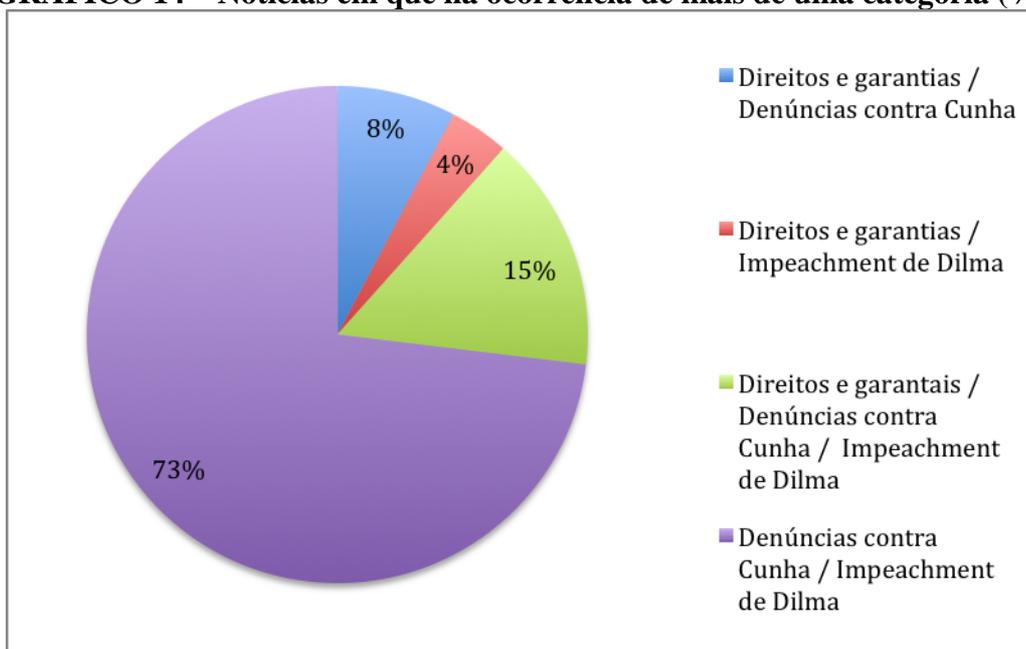
FIGURA 11 – Entrecruzamento de categorias temáticas no *Gospel Mais*



Fonte: Autoria própria.

Os conteúdos que mais se entrecruzaram foram aqueles categorizados nas temáticas “denúncias contra Cunha” e “*impeachment* de Dilma”. No total, ambos assuntos foram encontrados em 19 notícias, o que corresponde a 73% das matérias que apresentaram mais de uma categoria temática (Gráfico 14). Em segundo lugar, aparece a combinação dos conteúdos “direitos e garantias” – “denúncias contra Cunha” – “*impeachment* de Dilma”, presente em quatro matérias (15%). Depois, constam duas notícias que englobaram “direitos e garantias” e “denúncias contra Cunha” (8%), e uma que tratou dos temas “direitos e garantias” – “*impeachment* de Dilma” (4%).

GRÁFICO 14 – Notícias em que há ocorrência de mais de uma categoria (%)



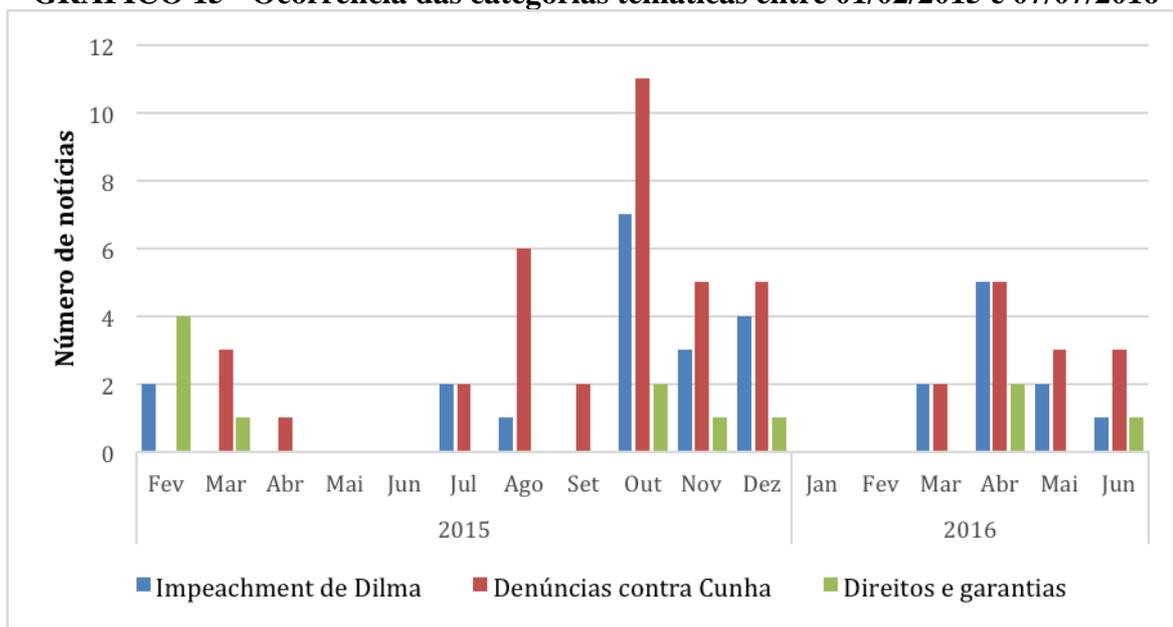
Fonte: Autoria própria.

Diante dos resultados, é possível constatar uma tendência do *Gospel Mais* de tratar o *impeachment* de Dilma como contraponto às denúncias feitas contra o deputado Eduardo Cunha, abordando ambos como lados de uma mesma moeda. Em forte disputa de narrativas sobre quem é vítima e quem é culpado, Cunha e Dilma aparecem em polos opostos na maior parte das matérias; em algumas, no entanto, são designados como pertencentes a uma mesma “corja política”, que precisa ser limpada do poder.

4.1.2.3 Categorias temáticas ao longo da gestão de Eduardo Cunha

A articulação entre as três categorias temáticas nas matérias analisadas do *Gospel Mais* sofre alterações ao longo da gestão de Eduardo Cunha à frente da presidência da Câmara dos Deputados (Gráfico 15).

GRÁFICO 15 - Ocorrência das categorias temáticas entre 01/02/2015 e 07/07/2016



Fonte: Autoria própria.

Logo que o político assume o comando da Câmara, a temática “direitos e garantias” obtém maior destaque, tendo seu ponto auge no mês de fevereiro, quando o assunto ocupa 66,66% do noticiário analisado. Nesse mês, as matérias realçam o político como membro da “bancada evangélica” cujas ações e visões de mundo contam com respaldo de deputados e lideranças cristãs. As narrativas apresentam elogios de pastores e de jornalistas evangélicos ao político que se posiciona contrário ao direito ao aborto e à adoção de crianças por casais homoafetivos. É interessante observar que, já em fevereiro, matérias versam sobre a possível queda de Dilma Rousseff, ressaltando que Eduardo Cunha ocupa o segundo lugar na linha de sucessão presidencial.

No mês seguinte ao de sua eleição, em março de 2015, surge a primeira denúncia contra Eduardo Cunha, que é acusado de receber propina e passa a constar na lista de investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Já em julho, as matérias se voltam novamente para a possibilidade de deposição da Presidenta da República Dilma Rousseff, após o deputado Eduardo Cunha anunciar que avaliará o pedido de *impeachment* contra a presidenta. Paralelo a esse movimento, o político recebe apoio de lideranças evangélicas como o pastor Silas Malafaia.

Em agosto de 2015, a situação política de Cunha se agrava após vir à tona denúncia sobre seu possível envolvimento em repasses de propina por meio da Assembleia de Deus

de Madureira, no Rio de Janeiro. Desse modo, 85% do noticiário no mês de agosto daquele ano se enquadra na categoria “denúncias contra Cunha”.

Em outubro, as matérias atingem o auge no noticiário analisado. No total, nesse mês, o *Gospel Mais* veicula 20 matérias, sendo que a maioria delas foi categorizada na temática “denúncias contra Cunha” (55%), seguido das categorias “*impeachment* de Dilma” (35%) e “direitos e garantias” (10%). As três categorias temáticas estão presentes ainda nos meses de novembro e dezembro, quando o processo de *impeachment* de Dilma é autorizado pelo presidente da Câmara, o qual, por sua vez, sofre processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

É interessante observar que nos textos sobre “direitos e garantias”, veiculados entre outubro e abril de 2016, outras lideranças assumem o protagonismo, deslocamento esse que acontece após Eduardo Cunha se tornar alvo de uma série de denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção. Assumem essa dianteira lideranças como os deputados evangélicos Marco Feliciano (Partido Social Cristão de São Paulo – PSC/SP) e Ezequiel Teixeira (Partido Trabalhista Nacional do Rio de Janeiro – PTN/RJ).

Em janeiro e fevereiro, período do recesso parlamentar, nenhuma notícia é publicada. Em março de 2016, a situação política de Eduardo Cunha enfrenta um momento de desgaste após novas denúncias. A situação se agrava em abril, após a votação do *impeachment* de Dilma, e o peemedebista é afastado pelo Supremo Tribunal Federal em maio, após acusação de que teria recebido R\$ 52 milhões em propina. Os meses de maio e de junho se voltam para “denúncias contra Cunha”, que renuncia à presidência da Câmara dos Deputados em julho.

Diante desse panorama, é interessante resgatar a notícia intitulada “Retrospectiva 2015: o que de mais importante aconteceu ao longo do ano; Confira”, publicada pelo *Gospel Mais* no dia 31 de dezembro de 2015. No fim da matéria, o *website* apresenta dois entretítulos chamados “Eduardo Cunha” e “*Impeachment*”. No primeiro deles, reforça que o político evangélico empolgou colegas no início do ano por se posicionar contra o direito ao aborto e contra direitos LGBT. Entretanto, após denúncias de corrupção, a história pública de Eduardo Cunha sofre uma ruptura. O portal resume:

O deputado fluminense, integrante da bancada evangélica, começou o ano empolgando os colegas e pastores que acompanhavam seu trabalho, ao ser eleito presidente da Câmara dos Deputados. O pastor Silas Malafaia foi às redes sociais comemorar a vitória. No início, recebeu elogios por se posicionar contra a

legalização do aborto e retomar um projeto que visa proibir a adoção de crianças por casais homossexuais. No entanto, com o desenrolar das investigações do petrolão, Cunha foi acusado de receber propinas através de uma filial da Assembleia de Deus Ministério de Madureira. As acusações contra ele o fizeram ir à CPI que investigava a Petrobras e declarar que não possuía contas no exterior, fato que posteriormente foi comprovado através da revelação de documentos. O parlamentar chegou ao final de 2015 enfrentando um processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara e sendo o centro da fase Catilinárias da Operação Lava-Jato, quando teve computadores, tablets e smartphones apreendidos pela Polícia Federal (GOSPEL MAIS, 2015).

Já no entretítulo “*Impeachment*”, o *Gospel Mais* destaca que presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou um dos pedidos pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, o que teria gerado “furor na base governista”. Além disso, a matéria afirma que a sociedade brasileira se manifestou favorável à saída de Dilma do cargo, omitindo vozes contrárias ao *impeachment*.

Os pedidos de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT) foram quase todos recusados, até que Cunha aceitou um, formulado por três juristas, que acusa a mandatária de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A aceitação do pedido causou furor na base governista, e fez a sociedade se manifestar favoravelmente à remoção de Dilma do cargo. O processo, no entanto, chega ao final de 2015 com seu andamento suspenso, devido às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender todas as decisões ritualísticas tomadas por Cunha até o momento, determinando que o processo seja reiniciado seguindo diretrizes específicas (GOSPEL MAIS, 2015).

Por tudo que foi exposto sobre características do noticiário analisado, tanto no que se refere a valores-notícia quanto às principais temáticas abordadas, encaminho, a seguir, para a Análise de Enquadramento, com o objetivo de desvendar valores morais e *frames* que sugerem a necessidade ação coletiva.

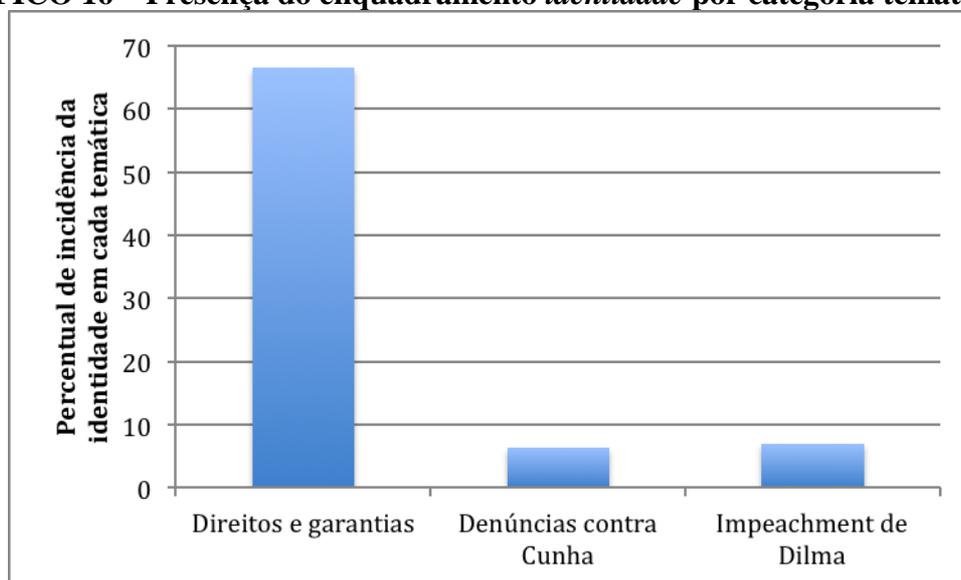
4.2 Enquadramentos de ação coletiva: análise por categoria temática

Apresento e discuto neste tópico resultados obtidos com a Análise de Enquadramento a partir da verificação dos elementos *identidade*, *ação* e *injustiça*, que compõem enquadramentos de ação coletiva. A fim de compreender similitudes e diferenças na significação de eventos noticiados, investiguei de maneira comparativa a presença dos três componentes em cada categoria temática. Para descrição dos enquadramentos, foram utilizados também elementos de Análise da Narrativa.

4.2.1 Identidade

O enquadramento *identidade* incidiu em todas as categorias temáticas, mas em escalas diferentes. O Gráfico 16 revela a presença desse componente de maneira acentuada em textos sobre “direitos e garantias”, tendo ocorrido em 66,66% das matérias dessa categoria temática (8 notícias). Já no bloco “denúncias contra Cunha”, o enquadramento apareceu em 3 notícias, o que corresponde a 6,25% do material que compõe a categoria (48 notícias). Em relação ao “*impeachment* de Dilma”, temática que aparece em 29 notícias, o componente *identidade* ocorreu em apenas 2 delas (6,89%).

GRÁFICO 16 – Presença do enquadramento *identidade* por categoria temática (%)



Fonte: Autoria própria.

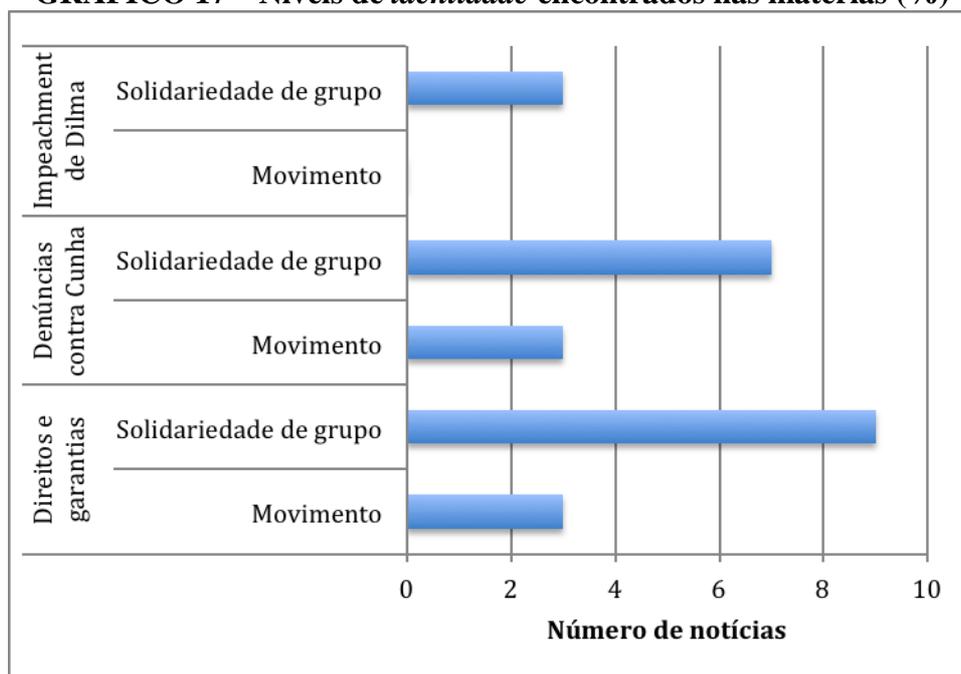
O resultado corrobora a percepção de que as temáticas categorizadas em “direitos e garantias” têm sido utilizadas por determinados grupos e líderes religiosos para a construção de uma noção de “identidade evangélica”. Esses grupos, geralmente ligados ao movimento pentecostal e neopentecostal, propagam valores fundamentalistas e reforçam uma ideia de identidade política de evangélicos a partir da oposição aos direitos LGBTs e das mulheres.

4.2.1.1 Níveis de identidade nas matérias do *Gospel Mais*

Retomando pressupostos de Gamson (2011), identidades coletivas podem ser pensadas a partir de três níveis que se entrelaçam: organizacional, de movimento e de solidariedade de grupo. O Gráfico 17 revela que a identidade no nível de solidariedade de

grupo foi a mais encontrada nas notícias do *Gospel Mais*, estando presente nas três categorias temáticas. Em boa parte das narrativas e em discursos de personagens, a noção de identidade é construída com base na ideia de movimento evangélico homogêneo, que se reúne em torno de valores fundamentalistas, ignorando e omitindo a multiplicidade de suas vertentes. De maneira escassa, aparece enquadramento concorrente, que narra o movimento evangélico como plural e critica discursos que tentam unificá-lo.

GRÁFICO 17 – Níveis de *identidade* encontrados nas matérias (%)



Fonte: Autoria própria.

Não encontrei, no entanto, a identidade em um nível organizacional. Apesar de algumas matérias trazerem informações sobre a denominação religiosa de personagens, não há construção da noção de identidade em torno dessas organizações evangélicas.

Em relação à identidade construída no nível de um movimento mais amplo, exemplifico com as falas do deputado e pastor Marco Feliciano nas matérias “Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma” (de 3 de dezembro de 2015) e “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o impeachment para andar” (de 14 de abril de 2016).

Na primeira delas, o pastor diz que “ações do governo Dilma foram contra as tradições familiares cristãs” e que “todos que tentam operar contra o povo de Deus e sua tradição cristã, mais dia menos dia são reconhecidos como operados por forças

sobrenaturais”, reforçando a ideia de movimento unificado de cristãos, que constituem o povo de Deus e que compartilham os mesmos valores. Na segunda, Feliciano discute a laicidade do Estado e ressalta que “temos 90% de pessoas cristãs”, também sugerindo unicidade do movimento.

Como enquadramento concorrente, cito o caso da matéria “Líderes evangélicos publicam manifesto pedindo a renúncia do deputado Eduardo Cunha”, publicada em 29 de outubro de 2015. Nessa narrativa, líderes reconhecem a diversidade doutrinária, política e cultural entre evangélicos: “A comunidade evangélica brasileira é diversa tanto em suas tradições e práticas religiosas quanto ideológica e politicamente”, concluem.

No que se refere ao nível de solidariedade de grupo, trata-se de uma noção de identidade que se constitui em torno de uma mesma localização social (GAMSON, 2011). Nesta pesquisa, a localização diz respeito a representantes evangélicos, conduzidos a essa posição por meio do voto popular ou por se constituírem como pastores ou celebridades na comunidade religiosa. Isso significa que a noção de “identidade evangélica” foi definida nas matérias, basicamente, a partir de práticas e valores morais disseminados por deputados evangélicos e lideranças cristãs (pastores e celebridades).

Nesse panorama, é interessante observar a manifestação recorrente da ideia de parceria e apoio mútuo entre membros dessa mesma comunidade identitária. A concepção de que lideranças evangélicas se ajudam foi encontrada em diversas matérias analisadas. Exemplifico essa concepção com os trechos: “a postura foi elogiada por diversos líderes cristãos e também pela jornalista Rachel Scheherazade”³⁸, “Cunha criticou o destaque dado pela imprensa à criação da Comissão Especial e a associação do teor do projeto à religião do autor, o deputado evangélico Anderson Ferreira”³⁹, “Evangélico, Cunha recentemente trocou a Igreja Sara Nossa Terra pela Assembleia de Deus Madureira, e recebeu apoio do pastor Silas Malafaia”⁴⁰ e “O apóstolo Ezequiel Teixeira (PTN-RJ) seria um dos nomes

³⁸ Trecho da matéria: “Eduardo Cunha retoma projeto que proíbe adoção de crianças por casais gays e recebe elogios”, publicada em 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-projeto-proibe-adocao-criancas-casais-gays-74405.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

³⁹ Trecho da matéria: “Eduardo Cunha critica discriminação da mídia contra políticos evangélicos: “Agride o Estado laico”, publicada em 19 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-critica-discriminacao-midia-contra-evangelicos-74491.html>> Acesso em: 30 dez. 2017.

⁴⁰ Trecho da matéria: “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: ‘Maioria da sociedade brasileira é conservadora’, publicada em 04 de março de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-imprensa-ativista-gays-maioria-conservadora-74748.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), estaria cogitando para assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias”⁴¹.

Outro texto que destaca essa máxima de apoio mútuo entre representantes evangélicos foi encontrado na matéria intitulada “Petrolão: bancada evangélica decide apoiar Eduardo Cunha, acusado de receber propinas”, publicada em 7 de setembro de 2015. Baseada em informações do jornalista Lauro Jardim, a notícia diz que a “bancada evangélica” teria decidido apoiar o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que é da Assembleia de Deus de Madureira, chefiada pelo pastor Manoel Ferreira.

Essa mesma questão é alvo de críticas por parte do jornalista Lauro Jardim, publicadas pelo *Gospel Mais* na notícia “Eduardo Cunha foi para a Assembleia de Deus sem sair da Sara Nossa Terra, diz jornalista”, de 7 de abril de 2015. O colunista afirma que a Assembleia de Deus de Madureira ajudou na campanha de Eduardo Cunha para deputado, mas que sua “ligação com a Sara vem do passado, quando Francisco Silva, dono da rádio Melodia FM, do Rio de Janeiro, o levou a Rodovalho”. Segundo a matéria:

Lauro Jardim faz uma sutil crítica à forma como as lideranças evangélicas tratam a política, que é muito semelhante à maneira dos próprios políticos lidarem com sua profissão: “Algum líder evangélico brasileiro hoje está disposto a questionar Cunha pela ‘dupla filiação’? Claro que não, estão todos felizes da vida com o atual poder do presidente da Câmara. Assim como Cunha que, se achar necessário, pode até entrar noutra igreja evangélica, sem sair das duas atuais, claro”, concluiu (GOSPEL MAIS, 2015).

Uma vez traçado panorama geral dos níveis de identidade verificados nas matérias do *Gospel Mais*, passo para a análise, a seguir, das frases e expressões nas quais encontrei a construção de uma noção identitária, em cada categoria temática.

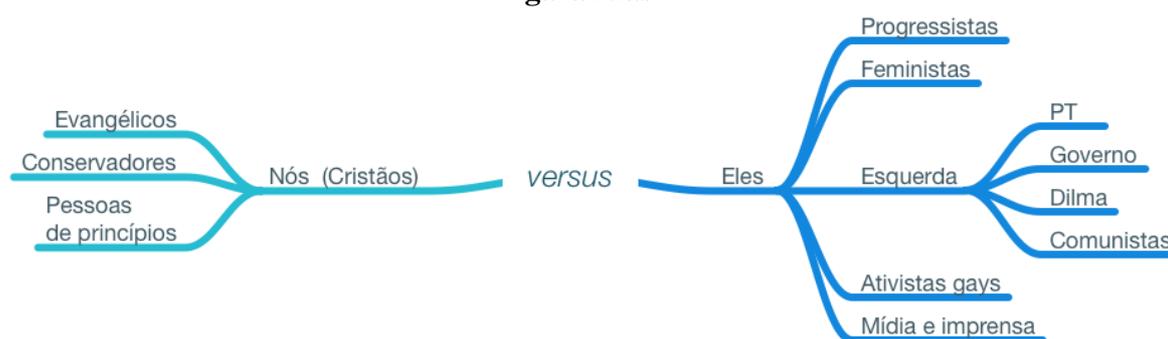
4.2.1.2 Direitos e garantias

As matérias que compõem a categoria temática “direitos e garantias” enfatizaram fortemente os enquadramentos oposicionais. O componente *identidade* – pautado na oposição do “nós” em relação a um “eles” – se manifestou em 66,66% das matérias deste bloco, tendo ocorrido em 8 notícias.

⁴¹ Trecho da matéria “Cunha pode apoiar Ezequiel Teixeira para presidência da Comissão de Direitos Humanos, diz jornalista”, publicada em 1º de abril de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/comissao-direitos-humanos-cunha-apoiar-ezequiel-teixeira-82026.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

De modo geral, o “nós” corresponde a cristãos, em específico evangélicos, os quais são identificados em narrativas do *Gospel Mais* como sujeitos de princípios e como conservadores, em oposição a um “eles”, que englobam progressistas, feministas, movimento LGBT, grupos de esquerda (PT, governo, Dilma Rousseff, comunistas), assim como a própria mídia e a imprensa (Figura 12).

FIGURA 12 - Definição do "nós" versus um "eles" na categoria temática “direitos e garantias”



Fonte: Autoria própria.

A *identidade* ancorada no **conservadorismo** pode ser observada nos trechos: “Integrante da bancada evangélica, Cunha reiterou sua posição considerada conservadora pela mídia”⁴², “não sou eu que não vou deixar a pauta **progressista** andar, não sou eu que sou conservador. A maioria da sociedade pensa conforme nós pensamos”⁴³ e “nós deputados conservadores enfrentamos uma verdadeira avalanche”⁴⁴.

Essa disputa simbólica de nomenclaturas, que localiza “conservadores” como antagonistas de “progressistas”, tem dominado o debate político no Brasil do século XXI e se intensificou no contexto do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Essa “guerra cultural” ganhou proeminência nos Estados Unidos no final da década de 1980, período em que foram colocados em primeiro plano debates sobre temas morais

⁴² Trecho da matéria “Eduardo Cunha diz que jamais colocará a legalização do aborto em votação: ‘Nem que a vaca tussa’”, publicada em 10 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-legalizacao-aborto-nem-vaca-tussa-74317.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁴³ Fala de Eduardo Cunha publicada na matéria “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: ‘Maioria da sociedade brasileira é conservadora’”, de 04 de março de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-imprensa-ativista-gays-maioria-conservadora-74748.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁴⁴ Fala de Marco Feliciano publicada na matéria “Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma”, de 3 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-aceita-pedido-impeachment-contra-dilma-80496.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

como endurecimento penal, direitos LGBT, legalização do aborto, controle de armas, legalização de drogas, opondo “conservadores” e “progressistas” (GALLEGO, ORTELLADO e MORETTO, 2017).

Segundo Gallego, Ortellado e Moretto (2017), ao realizar pesquisa sobre percepções políticas entre manifestantes que foram às ruas no Brasil em apoio à Operação Lava Jato (25 de março de 2017) e contra a reforma da previdência (em 3 de março de 2017), o discurso “antipetista” é fator de coesão e identidade entre os que se definem de direita e conservadores, bem como o discurso antipolítico, que valoriza o “punitivismo” e se opõe à políticas públicas de mobilidade social, havendo uma disparidade de respostas sobre questões morais. Por outro lado, manifestantes que se definem como progressistas ou de esquerda tiveram como fator de coesão posições favoráveis sobre questões morais como reivindicações dos movimentos feministas e LGBT, bem como relacionados à legalização das drogas, à população negra ou a políticas de mobilidade social.

No caso de discursos que ganharam voz nas narrativas analisadas do *Gospel Mais*, o conservadorismo é construído como fator de coesão de identidade evangélica. O conservadorismo, nesse caso, está manifesto não só no discurso antipetista e antiesquerda, mas também em valores fundamentalistas que se opõem à diversidade de gênero, aos direitos LGBT e ao direito ao aborto.

Em relação à ideia de “**pessoas de princípios**” como valor identitário, destaco os seguintes trechos: “A postura de Eduardo Cunha sobre o aborto já era conhecida desde antes de sua eleição para a presidência da Câmara, mas o parlamentar frisou que não colocará o assunto em discussão no plenário durante seu mandato à frente da casa por uma questão de princípios”⁴⁵; “não vamos tergiversar com as nossas posições nunca. Sempre estaremos lá para, acima de tudo, que nossos princípios sejam levantados e defendidos. E é isso que nós vamos fazer”⁴⁶. Os princípios, portanto, concernem a posicionamentos contrários a direitos LGBTs e ao direito ao aborto.

⁴⁵ Trecho da matéria “Rachel Scheherazade elogia postura de Cunha sobre o aborto: “Está defendendo o interesse da sociedade”, publicada em 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/scheherazade-elogia-postura-cunha-aborto-74378.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁴⁶ Fala de Eduardo Cunha publicada na matéria “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: ‘Maioria da sociedade brasileira é conservadora’”, de 4 de março de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-imprensa-ativista-gays-maioria-conservadora-74748.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

E foi justamente em discussões sobre o aborto onde mais apareceu a polaridade entre evangélicos e **feministas**. Na matéria intitulada “Rachel Scheherazade elogia postura de Cunha sobre o aborto: “Está defendendo o interesse da sociedade”, de 12 de fevereiro de 2015, a jornalista afirma que “apesar de ser uma garantia explícita e inviolável, o direito à vida é constantemente questionado por feministas e militantes pró-aborto. Eles tentam relativizar o mais essencial dos direitos para encontrar uma brecha e tentar legalizar a prática criminosa”. É possível observar ainda a sugestão de uma rixa entre lideranças evangélicas e feministas na voz do próprio *Gospel Mais*, no trecho: "Há poucos dias, Cunha já havia causado furor em feministas ao dizer que, durante seu mandato à frente da Câmara, nenhuma proposta de legalização do aborto seria levada à discussão"⁴⁷.

Já o enquadramento que aloca lideranças evangélicas em um polo oposto ao do movimento LGBT foi encontrada em trechos como “Eduardo Cunha afirmou ainda que projetos defendidos pelos ativistas gays são polêmicos e não representam a visão da maioria”, presente na matéria “Eduardo Cunha diz que jamais colocará a legalização do aborto em votação: “Nem que a vaca tussa”, veiculada em 10 de fevereiro de 2015.

Além disso, essa divergência foi encontrada no texto "Eduardo Cunha comprou a briga com parlamentares do PT e com ativistas gays", presente justamente em notícia sobre a retomada de um projeto de lei que proíbe a adoção de crianças por casais homoafetivos, atitude que recebe elogios de outras lideranças evangélicas.

É preciso considerar que esses movimentos e grupos (feministas, de esquerda, progressistas, LGBTs e a imprensa) são constantemente designados pelo portal *Gospel Mais* como pertencentes a uma mesma comunidade ideológica, podendo ser exemplificado com a matéria “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: “Maioria da sociedade brasileira é conservadora”, publicada em 04 de março de 2015. Dessa forma, na narrativa, há enquadramento oposicional que coloca Eduardo Cunha de um lado e, de outro, militantes de partidos de esquerda, movimento LGBT e feminista e a **imprensa**:

Assim que tomou posse, Cunha disse que não daria andamento a projetos que visam a legalização do aborto, reativou o projeto que cria do Dia do Orgulho Hetero e despertou a ira de militantes esquerdistas por suas posições conservadoras. No culto da ADVEC, Cunha se referiu aos ativistas gays que

⁴⁷ Trecho da matéria “Eduardo Cunha retoma projeto que proíbe adoção de crianças por casais gays e recebe elogios”, publicada em 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-projeto-proibe-adocao-criancas-casais-gays-74405.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

protestaram contra ele como “minoria”, e ironizou a imprensa por dar maior espaço a eles (GOSPEL MAIS, 2015).

Outra notícia na qual se observa essa intersecção entre grupos, como se participassem de um mesmo movimento identitário, foi publicada no dia 1º de abril de 2016, sob o título “Cunha pode apoiar Ezequiel Teixeira para presidência da Comissão de Direitos Humanos, diz jornalista”. Nessa narrativa, o *Gospel Mais* afirma que o apóstolo Ezequiel Teixeira (PTN-RJ), líder da igreja Projeto Vida Nova, “ganhou a antipatia de militantes LGBT, por sua postura contrária à ideologia de gênero e à prática homossexual”. No texto, o portal critica “a pouca tolerância da mídia à visão dos líderes evangélicos sobre a homossexualidade”.

De modo particular, merece reflexão essa postura ambivalente em relação à imprensa e à mídia. Por um lado, o *Gospel Mais* é um meio de comunicação de massa e a maior parte das informações publicadas no *website* derivam de jornais e veículos tradicionais; por outro, tais veículos são alvo de críticas do portal evangélico e de lideranças religiosas, que se posicionam como pertencentes a um campo oposto. Encontrei essa ideia, por exemplo, na matéria “Eduardo Cunha critica discriminação da mídia contra políticos evangélicos: ‘Agride o Estado laico’”, veiculada em 19 de fevereiro de 2015.

No que concerne à polarização com a **esquerda**, verifiquei sua ocorrência no discurso de lideranças evangélicas. Destaco, nesse sentido, a fala de Danilo Fernandes, do *site Genizah*⁴⁸, de que “em pouco tempo, o nobre deputado já logrou [...] colocar a Dilma e o PT de joelhos, lembrando-lhes que em um estado democrático de direito, os poderes são interdependentes e o Legislativo não é laçao do Executivo”⁴⁹.

Além de Fernandes, o deputado federal e pastor Marco Feliciano (Partido Social Cristão de São Paulo – PSC/SP) traz esse enquadramento oposicional em duas ocasiões. Uma delas se trata da matéria “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o impeachment para andar”, de 12 de abril de 2016, na qual o pastor afirma que a laicidade do Estado é “um mantra recitado pela esquerda”, envolvendo ainda o **governo e comunistas**:

⁴⁸ O *Genizah* é um blog que se designa “site cristão com notícias sobre a igreja evangélica, cristianismo, apologética, teologia, heresias, política, religião, comportamento e humor”. Disponível em: <<http://www.genizahvirtual.com>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁴⁹ Trecho da matéria “Eduardo Cunha retoma projeto que proíbe adoção de crianças por casais gays e recebe elogios”, publicada em 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-projeto-proibe-adocao-criancas-casais-gays-74405.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

É de fato e graças a Deus por o Estado ser laico. O Estado laico protege o seu direito de fé e o meu. Posso fazer o que quiser em nome da minha fé e ninguém pode tolher meu direito. (...) Nosso país é laico, mas temos 90% de pessoas cristãs, então esse mantra recitado pela esquerda entra na cabeça e às vezes acaba quase convencendo, sabia? É a mesma coisa quando dizem que todo mundo prega o ódio. Na verdade, não é ódio. É indignação. Quando você fala um pouco mais áspero, eles chamam de fascista. Não é fascismo, é indignação. (...) Depois que esse governo tocou nas nossas crianças com a ideologia de gênero implantada nas escolas, depois que começou a pregar um Estado marxista através das universidades... Para o comunista o Estado tem que ser Deus. Só que esse pessoal esbarra numa força invisível (GOSPEL MAIS, 2016).

Já em outra matéria, intitulada “Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma”, de 3 de dezembro de 2015, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) “relembra ações do governo Dilma que foram contra as tradições familiares cristãs”, nas palavras do *Gospel Mais*. O político afirma que o governo realizou uma avalanche de medidas que:

“atentam contra nossa formação cristã, como legalização do aborto, criação de novas formações familiares onde a figura do homem e da mulher é substituída por um sem número de novas configurações, com adoção de crianças por casais homo afetivos. [Dilma] sistematicamente tenta impingir à sociedade a teoria de gênero, onde o nome pai e mãe seriam substituídos por genitores um e dois, e ainda aplicar educação sexual na primeira infância com ênfase a homoafetividade. Medidas governamentais que tentam de todas as formas legalizar o aborto em qualquer fase da gravidez, ou burlando a legislação vigente, oriunda do Congresso Nacional, com medidas administrativas, usurpando o verdadeiro Poder de legislar original do Congresso Nacional” (GOSPEL MAIS, 2015).

Essa mesma ideia é disseminada pelo *Gospel Mais*, que faz julgamento em relação ao discurso de Dilma Rousseff, no qual a presidenta diz que está “pronta para travar lutas civilizatórias, como a luta de gênero e a luta contra o racismo e a intolerância”. Em relação a esse discurso, o *Gospel Mais* comenta que Dilma dá “mostras de que está comprometida com o pensamento comunista que muitos líderes cristãos acusam de projetar a destruição da família”⁵⁰.

⁵⁰ Trecho da matéria “Dilma apela a pastor para tentar se aproximar de Eduardo Cunha e barrar impeachment, diz jornal”, publicada em 15 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/dilma-apela-pastor-para-barrar-impeachment-79712.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

4.2.1.3 Denúncias contra Cunha

O enquadramento oposicional na categoria temática “denúncias contra Cunha” se deu a partir da definição de “nós”, evangélicos que prezamos por valores como honestidade e justiça, *versus* um “eles”, que se dizem evangélicos e estão envolvidos em atos de corrupção ou apoiaram pessoas desonestas.

É o caso da matéria intitulada “Líderes evangélicos publicam manifesto pedindo a renúncia do deputado Eduardo Cunha”, de 29 de outubro de 2015, na qual um grupo de lideranças evangélicas divulga manifesto de repúdio à postura adotada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. O texto publicado pelo *Gospel Mais* esclarece:

“As ações do deputado Eduardo Cunha, atual presidente da Câmara dos Deputados e que se identifica como evangélico, merecem repúdio. As denúncias de corrupção e o envio de recursos públicos para contas no exterior inviabilizam a permanência do deputado Eduardo Cunha no cargo que ocupa, uma vez que não há coerência e base ética necessária a uma pessoa com responsabilidade pública”, aponta o manifesto. (...) “Como evangélicos que prezam a ética, a verdade e a justiça, concordamos quanto à insustentabilidade da permanência do deputado Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados e posicionamo-nos a favor de sua imediata SAÍDA” (GOSPEL MAIS, 2015).

De acordo com a notícia, o documento argumenta que “a comunidade evangélica brasileira é diversa” e que existe uma forte tendência de homogeneizar essa pluralidade devido à crescente visibilidade de lideranças eleitas, que acabam aparecendo como representantes da voz dos evangélicos. “Nós nos opomos enfaticamente a isto. E afirmamos que, frente a casos como o que protagoniza o atual presidente da Câmara dos Deputados, a corrupção não é a marca distintiva da política para os evangélicos. Ela é a marca de certa ‘safra’ de representantes”, diz o texto.

O mesmo enquadramento oposicional está presente em duas matérias cujo personagem principal é o deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN-RJ), que também integra a Frente Parlamentar Evangélica. Na primeira delas, o deputado federal divulga nota recomendando que Eduardo Cunha se afaste da presidência da Câmara, uma vez que não tem legitimidade para ocupar o posto e “porque o nosso povo merece respeito”. Segundo o *Gospel Mais*, Teixeira afirmou que a postura de Eduardo Cunha, envolvido em

escândalos de corrupção, “envergonha os evangélicos”⁵¹. O deputado adverte ainda que os líderes que apoiaram Cunha devem pedir “perdão a Deus, à Igreja e ao povo brasileiro”.

Em outra matéria, intitulada “Deputado e pastor Ezequiel Teixeira critica Eduardo Cunha: ‘Não representa o povo evangélico’; Entenda”, publicada no dia 11 de maio de 2016, Ezequiel afirma: “Quero deixar claro que Eduardo Cunha não representa o povo evangélico. Infelizmente, durante a campanha, vários pastores e líderes apoiaram Eduardo”. Além disso, o apóstolo disse esperar que “que esses líderes e pastores não o abandonem, ao contrário, devem pregar o verdadeiro evangelho para ele. Quem sabe se converte? Repito: Não deixem de pedir perdão, só Deus sabe quanto custou esse apoio”.

4.2.1.4 *Impeachment de Dilma*

As matérias em que encontrei o componente *identidade* na categoria temática “*impeachment* de Dilma” colocaram em lados opostos a presidenta petista e lideranças evangélicas. Essa oposição sugere, em escala maior e generalizada, que evangélicos e Dilma são adversários e possuem valores e interesses distintos.

Esse elemento oposicional foi encontrado, por exemplo, na notícia “Malafaia comemora vitória de Cunha na Câmara e diz que governo vai ter que “aturar” evangélicos”, de 4 de fevereiro de 2015. Na matéria, o pastor Silas Malafaia destaca que, “com a eleição de um parlamentar da bancada evangélica para comandar a Câmara dos Deputados, o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) terá que 'aturar' as lideranças evangélicas”. O pastor afirma ainda que a eleição de Cunha para presidente se trata de “uma vitória espetacular que humilhou o governo e o PT. Vão ter que nos aturar”.

Já na notícia “Feliciano afirma que Cunha é seu “malvado favorito” por colocar o impeachment para andar”, de 14 de abril de 2016, o deputado federal e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) fala, nas palavras do *Gospel Mais*, “sobre o papel desempenhado pelas igrejas na construção da oposição ao PT”. Na entrevista, o pastor confirma que vê um elemento sobrenatural no *impeachment* de Dilma Rousseff, sugerindo a atuação duas forças, de Deus e do Diabo, sendo que o maligno estaria associado à petista, enquanto o divino está atuando pela queda dela:

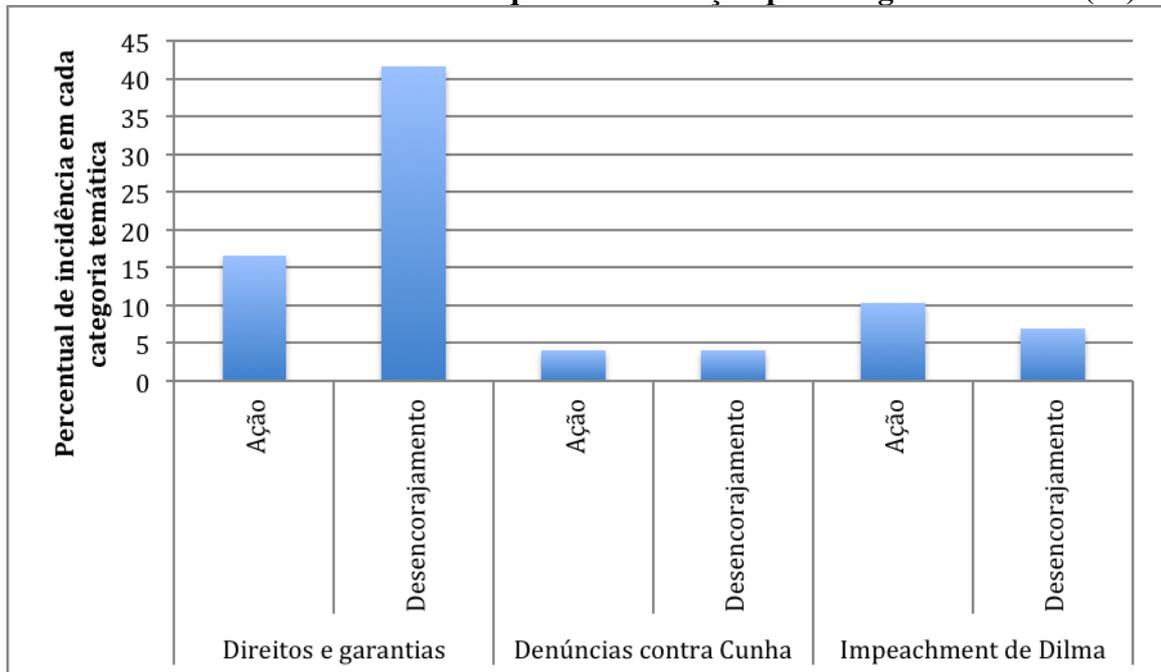
⁵¹ Trecho da notícia intitulada “Ezequiel Teixeira diz que pastores que apoiaram Cunha devem pedido de perdão aos fiéis”, de 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/ezequiel-teixeira-pastores-cunha-devem-perdao-80216.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Acredito que há um mundo espiritual que de vez em quando entra em contato com o mundo natural. A presidente não disse um dia que se faz o diabo para se manter na política? Pois bem. Se ela pode usar o diabo para se manter na política, só tem uma força que contrapõe o diabo: é Deus. Então, a gente ora. Temos um grupo de pastores, de deputados cristãos, tem a frente católica que faz a missa. E a nossa oração é para que Deus ilumine nosso país. Creio que Deus resolveu olhar para o nosso país (GOSPEL MAIS, 2016).

4.2.2 Ação

O enquadramento *ação* teve pouca proeminência nas matérias analisadas do *Gospel Mais*. O Gráfico 18 mostra que sua ocorrência foi maior nos textos sobre “direitos e garantias”, estando presente em 16,66% das matérias desse bloco (2 notícias). No bloco “denúncias contra Cunha”, o enquadramento também foi encontrado em 2 notícias, o que equivale a 4,16% do total de matérias dessa categoria (48 notícias). Quanto ao “*impeachment* de Dilma”, das 29 matérias, encontrei *ação* em 3 delas (10,34%). Além da ausência de discursos que atribuem à coletividade a capacidade de mudar a realidade social, há quantidade expressiva de trechos que desestimulam ou desqualificam um sentido de ação coletiva (Gráfico 18).

GRÁFICO 18 – Ocorrência do enquadramento *ação* por categoria temática (%)



Fonte: Autoria própria.

Conforme é possível verificar no Gráfico 18, o desencorajamento da mobilização social acontece de maneira acentuada nas matérias sobre “direitos e garantias”, situação

presente em 5 matérias (41,66%). Em “denúncias contra Cunha”, há um empate entre os discursos que encorajam e os que desestimulam a ação (4,16%). Já no que concerne ao “*impeachment* de Dilma”, tal posicionamento aparece em duas matérias (6,89%).

De modo geral, encontrei discursos estimulando a ação coletiva em: 1) movimentos contra o governo Dilma; 2) manifestações de evangélicos contra pautas progressistas, contra mentira e contra corrupção; 3) mobilizações que cobram do pastor Silas Malafaia maior coerência entre discurso e ação; e 4) petição pública pela cassação do deputado federal Eduardo Cunha.

Já o *desencorajamento* da ação coletiva se referiu a movimentos feministas e LGBTs, bem como a mobilizações sociais contra a queda de Dilma Rousseff da Presidência da República. A adesão a essas mobilizações foi desencorajada a partir de dois argumentos principais: no primeiro deles, há discurso de ineficácia coletiva, tendo como premissa de que se trata de um grupo minoritário, que não representa o pensamento vigente na sociedade; em segundo lugar, mediante discursos que desqualificam os participantes da mobilização, rotulados como perseguidores, vândalos ou “esquerdopatas *gospel*”. Basicamente, tais enquadramentos insurgem nas falas de líderes religiosos, de políticos evangélicos e de jornalistas a quem o *Gospel Mais* dá voz nas matérias. Em poucos casos, apareceram na voz do próprio portal, ou seja, fora do escopo das citações.

Os dados mostram, portanto, a atuação de determinados grupos evangélicos que pregam uma “guerra santa” baseada em discursos de ódio e de controle social dos corpos de mulheres e da população LGBT. Interpretações disseminadas por esses atores religiosos constroem a ideia de antagonismo entre “nós evangélicos”, escolhidos por Deus, e “eles pecadores” (progressistas, de esquerda, feministas, homossexuais), cujas ações são orquestradas “pelo mal”. Essa dicotomia entre bem e mal, por sua vez, esconde disputa por poder político e econômico, firmada no sufocamento de movimentos sociais que brigam por igualdade social e melhores condições de vida para a população.

Após traçar de maneira mais geral a ocorrência do enquadramento *ação* no *corpus* analisado, detalharei, a seguir, trechos nos quais os enquadramentos foram encontrados, em cada categoria temática.

4.2.2.1 Direitos e garantias

Nas duas notícias de “direitos e garantias” em que encontrei *ação*, há uma ideia de que juntos, evangélicos são capazes de mudar rumos da história em curso. Em ambas, o sentido de ação aparece na fala de um personagem evangélico, a quem o *Gospel Mais* dá voz na matéria, jogando luz sobre valores morais reforçados em suas narrativas.

Fundamentalmente, por trás da ideia de mobilização social, está a noção de identidade evangélica construída pelo portal (tópico 4.1.1) nessa categoria temática. De modo geral, são valorizadas ações coletivas de evangélicos, cuja identidade é definida em contraposição a movimentos feministas e LGBTs. Esses últimos, por sua vez, são desqualificados ou desencorajados.

Partindo de uma ordem cronológica, a primeira notícia que apresenta o enquadramento *ação* nessa categoria temática foi a matéria intitulada “Eduardo Cunha retoma projeto que proíbe adoção de crianças por casais gays e recebe elogios”, publicada no dia 13 de fevereiro de 2015. No final do texto, sob o entretítulo “Elogios”, o *Gospel Mais* traz uma fala de Danilo Fernandes, editor do site *Genizah*:

Fernandes observou que Cunha contará com o apoio dos cristãos que se propõem a protagonizar na sociedade: “Até aqui o tem ajudado o Senhor. Até aqui contará com as orações e o apoio dos crentes verdadeiros que defendem a vida, a família e não fazem pacto com a mentira e a corrupção” (GOSPEL MAIS, 2015).

O texto apresenta um sentido de ação coletiva ao colocar cristãos na posição de protagonistas, ou seja, de atores que desempenham importante papel no desenrolar da realidade. No discurso reproduzido pelo portal, a comunidade evangélica aparece como defensora do modelo de família tradicional, fincado nas bases do patriarcado e da heteronormatividade. Ao reforçar em sua fala “o apoio dos crentes”, Fernandes reitera a importância de representantes contarem com o suporte de base coletiva religiosa.

A segunda matéria deste bloco na qual encontrei o enquadramento de *ação* foi publicada no dia 14 de abril de 2016 com o título “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o *impeachment* para andar”. Nessa notícia, o deputado federal e pastor Marco Feliciano (Partido Social Cristão de São Paulo – PSC/SP) ressalta a ocorrência de manifestação realizada por evangélicos em Brasília em 5 de junho de 2015:

No dia 5 de junho houve a primeira manifestação em Brasília. Quem fez? Nós, evangélicos. Foi o evento [por] toda a perseguição que eu sofria. Uma semana depois, começaram as manifestações de rua. A primeira grande manifestação do Brasil não foi dos movimentos sociais, fomos nós, evangélicos [que fizemos]. Duas semanas depois começou o Movimento Passe Livre e não parou mais. De lá para cá, olha o que aconteceu com o governo. (GOSPEL MAIS, 2016)

Em entrevista concedida à jornalista Ingrid Fagundez, da sucursal da *BBC* no Brasil, o pastor afirma que as manifestações realizadas pelos evangélicos contra perseguições sofridas por ele geraram “efeito dominó”, desencadeando outros protestos no País. A frase está permeada pela ideia de que é possível mudar a história por meio de ações coletivas de pessoas comuns, nesse caso, os evangélicos.

No que tange a um sentido de *desencorajamento* da ação, presente em cinco matérias deste bloco temático, todos os casos se referiram a movimentos sociais feministas e LGBTs. O desestímulo à atuação desses movimentos se deu de duas maneiras: 1) a partir da ideia de que se trata de um grupo minoritário, que não representa a vontade da maioria e que trava uma batalha perdida; 2) pela desqualificação dos integrantes do movimento, acusados de serem vândalos, perseguidores e defensores de práticas criminosas.

A ideia de que a ação coletiva desses movimentos não levará a lugar algum foi observada em três matérias. A primeira delas é a notícia de título: “Eduardo Cunha diz que jamais colocará a legalização do aborto em votação: ‘Nem que a vaca tussa’”, publicada no *Gospel Mais* em 10 de fevereiro de 2015. Na narrativa, o deputado Eduardo Cunha afirma que projetos defendidos pelo movimento LGBT “são polêmicos e não representam a visão da maioria, apesar do grande espaço que ocupam na mídia e de seu poder de mobilização entre os militantes”. Em sua fala, reproduzida na matéria, Cunha reforça que esse não é o desejo da sociedade:

“Isso é mais discurso. Para pautar um projeto, ele tem que ter apoio suficiente. Não tenho que ser bonzinho. Eles querem que isso seja a agenda do país, mas não é. Não tem um projeto deles na pauta para ir a votação. Tenho que me preocupar com o que a sociedade está pedindo e não é isso” (GOSPEL MAIS, 2015) .

A mesma ideia de ineficácia da ação de movimentos sociais está presente na notícia “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: ‘Maioria da sociedade brasileira é conservadora’”, de 04 de março de 2015. Na narrativa, o presidente da Câmara afirma que a maioria no Brasil é conservadora e se refere aos “ativistas homossexuais” como “minoría”.

De igual maneira, encontrei esse enquadramento na matéria “Rachel Scheherazade elogia postura de Cunha sobre o aborto: ‘Está defendendo o interesse da sociedade’”, de 12 de fevereiro de 2015. Dessa vez, a ideia está expressa na fala da jornalista Rachel Scheherazade, que afirma que “ao repudiar qualquer proposta de lei que ponha em xeque o direito à vida, o presidente da Câmara está resguardando o interesse maior da sociedade. 79% por cento dos brasileiros são contra a legalização do aborto”.

Nessa mesma matéria, Scheherazade desqualifica movimentos feministas que defendem o direito ao aborto, afirmando que eles tentam “legalizar a prática criminosa, além das exceções previstas em lei”. Na matéria, a jornalista chama ainda integrantes de movimentos sociais de “abortistas” “militantes pró-aborto”.

A desqualificação de tais movimentos também foi encontrada na matéria “Feministas vandalizam Catedral da Sé em protesto contra projeto de Eduardo Cunha que limita aborto”, veiculada em 03 de novembro de 2015. No texto, as feministas são acusadas de “vandalismo” e de ofender a Igreja Católica por terem pichado a Catedral da Sé, em São Paulo, em protesto contra o Projeto de Lei 5.069/13, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que dificulta o acesso ao aborto legalizado em casos de violência sexual.

Já na matéria “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o impeachment para andar”, de 14 de abril de 2016, os movimentos sociais são desqualificados e acusados pelo deputado federal e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) de terem-no perseguido. Feliciano chama ainda de “comissãozinha” a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da qual foi presidente na Câmara dos Deputados.

Em 2013, fui perseguido por movimentos sociais que são mantidos pelo PT, PCdoB e PSOL. Então, tenho uma visão [sobre isso]. Fiquei 90 dias em todos os jornais por causa de uma comissãozinha [Comissão de Direitos Humanos e Minorias] que não prestava para nada. Um homem que nunca fez mal a ninguém, sendo perseguido em avião! Enquanto [os movimentos] estavam tocando no político, estava tudo bem. Mas quando a mídia tendenciosa, os intelectuais e os políticos deram asa para esses movimentos, que começaram a entrar nas igrejas, tirar roupa, dar beijo na boca... Eles pararam de tocar no político e começaram a tocar naquilo que há de mais puro: a fé do ser humano. Nesse momento, cometeram um erro terrível (GOSPEL MAIS, 2016).

4.2.2.2 Denúncias contra Cunha

As matérias da categoria “denúncias contra Cunha” trazem o enquadramento *ação* menos vinculado à questão identitária, mas ainda baseado em valores referentes à lógica

binária “honesto *versus* corrupto/hipócrita”. É interessante ressaltar que, nessa categoria temática, encontrei enquadramentos concorrentes envolvendo os evangélicos Eduardo Cunha e Silas Malafaia.

A primeira notícia dessa temática foi publicada em 24 de agosto de 2015, com o título “Recuo de Malafaia no apoio a Cunha vira meme na internet; Pastor é cobrado por incoerência”. Na matéria, o *Gospel Mais* enfatiza a reação do público diante da contradição do pastor Silas Malafaia, que apoiou a eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara e que, após surgirem denúncias de corrupção, negou que tivesse endossado sua carreira política. A notícia destaca que “os internautas, no entanto, não deixaram passar a oportunidade de apontar incoerência do pastor” e que “diversos memes com prints de publicações antigas de Malafaia no Twitter foram compartilhados nas redes sociais. Neles, as publicações em que o pastor manifesta seu apoio a Cunha na eleição para a presidência da Câmara são destacadas”. A mobilização, nesse caso, se deu no universo digital e expôs contradições nas atitudes do líder religioso.

Já na matéria intitulada “Com 1,2 milhão de assinaturas, petição pretende exigir à Câmara a cassação de Eduardo Cunha”, de 22 de abril de 2016, a ação de cidadãos comuns é novamente alvo de destaque. Nesse caso, a notícia se refere a uma petição *online* que conta com a assinatura de 1,2 milhão de pessoas contra o “deputado mais polêmico da bancada evangélica”, expressando “o desejo de vê-lo sem o mandato”. A quantidade de sujeitos mobilizados dá o tom de importância para a ação. Na matéria, o *Gospel Mais* reproduz um trecho da nota publicada pelo jornalista Pedro de Carvalho na coluna *Radar Online*, da revista *Veja*, que confere respaldo ao movimento:

“Parte da população está empenhada pela cassação de Eduardo Cunha, ainda que não haja aparente empenho dos parlamentares em dar andamento ao processo — fala-se até em ‘anistia’ ao presidente da Casa. Mais de 1,2 milhão de pessoas já assinaram uma petição no Avaaz para a cassação do mandato de Cunha. O objetivo é conseguir 2 milhões de assinaturas e entregá-las ao Conselho de Ética da Câmara”, publicou o jornalista Pedro de Carvalho, na coluna Radar Online, da revista *Veja* (GOSPEL MAIS, 2016).

No que se refere ao *desencorajamento* da ação coletiva, verifiquei essa tendência em duas matérias. Em “Templo da AD Madureira que teria repassado propina a Cunha é pichado por manifestantes”, de 26 de agosto de 2015, os militantes do grupo Levante Popular da Juventude são designados como vândalos pelo *Gospel Mais*, o que desqualifica

o movimento. Essa situação pode ser verificada nas frases: "a ação de vandalismo é uma referência à denúncia feita contra o presidente da Câmara dos Deputados", "o ato de vandalismo foi assumido por militantes de um grupo chamado Levante Popular da Juventude" e "de acordo com os vândalos, a iniciativa de pichar o muro do templo foi uma forma de denunciar o silêncio dos partidos de oposição ao governo sobre a denúncia contra Eduardo Cunha".

Já na matéria “Malafaia diz que assinaria manifesto contra Cunha se documento incluísse impeachment de Dilma”, publicada no dia 2 de novembro de 2016, o *Gospel Mais* reproduz entrevista do pastor Silas Malafaia ao jornal *O Globo*. Malafaia desqualifica o manifesto contra Eduardo Cunha ao afirmar que é oriundo de um grupo de “esquerdopatas gospel”, que representariam o pensamento de menos de 1% da comunidade evangélica, pois seriam aliados do Partido dos Trabalhadores (PT). “Se ele [Eduardo Cunha] está devendo, ele que pague. Agora, vou assinar manifesto porque meia dúzia de esquerdopatas gospel quer fazer graça? Eu não”, afirmou o pastor.

A fala de Malafaia, reproduzida na notícia, desencoraja a ação ao dizer que se trata de um número pequeno de adeptos e a desqualifica, ao usar de maneira pejorativa o termo “esquerdopata gospel”. Encontrei nesse trecho, ainda, um discurso “antipetista”, que demoniza o PT, atribuindo ao partido a responsabilidade por males que assolam o País.

4.2.2.3 *Impeachment de Dilma*

As manifestações e protestos que pedem saída de Dilma Rousseff do cargo de presidenta da República ganham evidência nessa categoria temática. Os discursos presentes nas matérias representam mobilizações pró-*impeachment* como fruto de uma vontade maior do povo brasileiro, que toma as ruas para reivindicar por melhores condições de vida. As vozes dos personagens ignoram ou desqualificam movimentos de resistência, que se opõem à queda da presidenta.

A matéria “Processo de *impeachment* de Dilma deverá ser acelerado por Eduardo Cunha, dizem jornalistas”, veiculada no dia 15 de março de 2016, reafirma o poder dos protestos de potencializar e apressar acontecimentos políticos. O texto diz que "Cunha quer iniciar os trâmites legais imediatamente após o STF se posicionar, e boa parte dessa postura tem a ver com as manifestações do último domingo, 13 de março”, conferindo um

sentido de eficácia dos protestos. A ideia também é encontrada em um texto do jornalista Lauro Jardim, reproduzido na matéria, que diz:

“O notório Eduardo Cunha não perdeu tempo. Inflado pelas ruas de ontem, enviou a um grupo de deputados com quem troca mensagens por WhatsApp o caminho do processo de impeachment de Dilma. O presidente da Câmara tem pressa: quer dar o pontapé inicial já na quarta-feira, se possível. Cunha, na mensagem, é claro. Diz que não atrasará ‘um dia’ sequer a instalação da comissão do impeachment”, informou o jornalista Lauro Jardim, de O Globo (GOSPEL MAIS, 2016).

Encontrei ainda essa valorização de protestos pró-*impeachment* na matéria “Eduardo Cunha define que votação do impeachment será dia 17 de abril; PT quer ‘guerra’”, de 28 de março de 2016. O texto informa que a votação do processo contra a petista ocorrerá em um domingo, o que deverá gerar uma “audiência extrema nas emissoras de TV e rádio, além de permitir que os movimentos sociais que lutam pelo afastamento da presidente convoquem manifestações populares nas ruas de todo o País”.

A mesma matéria desqualifica movimentos de resistência, aos quais atribui disposição para gerar confrontos e guerras contra a maioria da população brasileira, que é favorável ao *impeachment*. O *desencorajamento* dessa ação está no discurso de que só vai gerar desordem e não levará a lugar nenhum. Tais ideias podem ser observadas no seguinte texto do *Gospel Mais*, sob o entretítulo “Guerra”:

Para tentar desestimular os indecisos a votarem pela cassação do mandato de Dilma Rousseff, o presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, convocou os militantes da legenda a se prepararem para um eventual conflito nas ruas. “Queremos a paz, mas não tememos a guerra”, diz Falcão, em uma publicação em sua página no Facebook. “Vamos lutar e vamos defender o Estado Democrático de Direito [...] Se eles acham que haverá estabilidade derrubando a Dilma, estão muito enganados. A estabilidade virá com o fim do impeachment, a possibilidade de o Brasil voltar a crescer”, escreveu. A postura do presidente do PT denota disposição para confrontos, postura diametralmente oposta à da maioria da população, que foi às ruas pacificamente em todas as últimas manifestações, e se posiciona majoritariamente a favor do impeachment, de acordo com as pesquisas (GOSPEL MAIS, 2016).

Nesse sentido, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) também estimula a ação coletiva do povo e de evangélicos contra Dilma Rousseff, em detrimento de grupos progressistas, na matéria “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o impeachment para andar”, de 14 de abril de 2016. Em entrevista à *BBC*, reproduzida pelo *Gospel Mais*, o pastor afirma que “neste momento, o Parlamento tem que ouvir o grito do

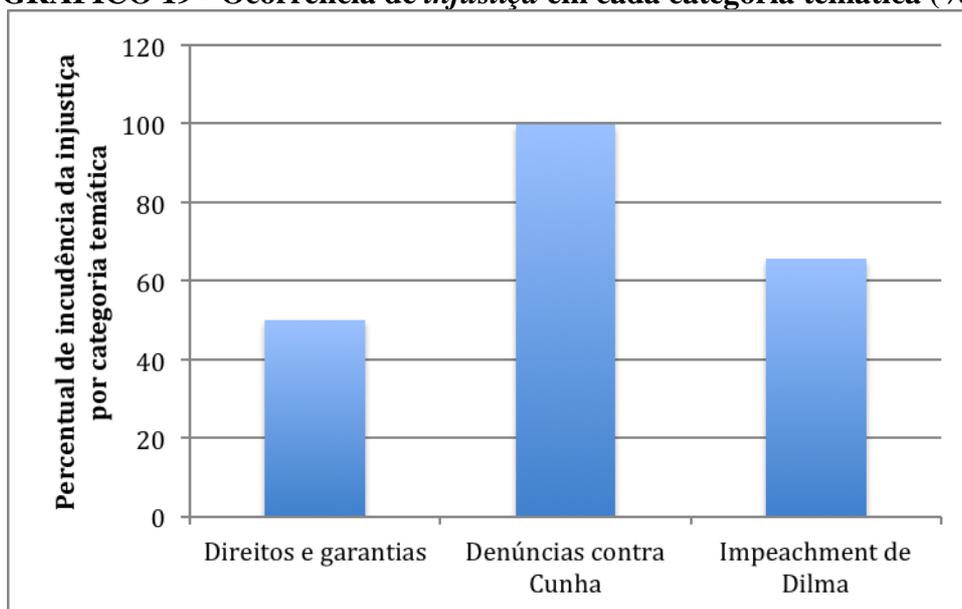
povo", e destaca que os protestos contra o governo Dilma tiveram início com uma grande manifestação realizada pelos evangélicos. Quanto aos grupos existentes dentro do movimento evangélico que são contrários ao *impeachment*, Feliciano desencoraja sua mobilização ao afirmar que se trata de uma minoria:

De lá para cá, olha o que aconteceu com o governo. As igrejas começaram a se mover. Elas eram apolíticas, né? Até que começaram a perceber que a política podia [se] movimentar atrapalhando a fé delas. Por exemplo, o PL 122, a lei que criminalizava a homofobia. Havia artigos que proibiam você de citar qualquer texto que fosse contrário ao homossexualismo. Como ficaria a Bíblia? Um padre ou pastor que falasse qualquer coisa poderia ser preso. As igrejas começaram a acordar. Todavia, não é unanimidade. Temos dentro do movimento os evangélicos progressistas. É parecido com aquele grupo da Igreja Católica que ajudou a fundar o PT, a Teologia da Libertação. Eles são contra [o impeachment]. Mas a grande maioria do movimento neopentecostal aderiu ao movimento. Você vê, o PRB [que vai votar a favor do impeachment] é da Igreja Universal. Era da situação, tinha ministério. Deixaram tudo e vieram para cá" (GOSPEL MAIS, 2016).

4.2.3 Injustiça

A categoria *injustiça* obteve ocorrência preponderante nas matérias analisadas do *Gospel Mais*, estando presente de maneira acentuada em todas as categorias temáticas. Conforme é possível visualizar no Gráfico 19, sua ocorrência foi maior nos textos sobre “denúncias contra Cunha”, nos quais identifiquei a *injustiça* nas 48 notícias, ou seja, em 100% deste bloco temático. Quanto ao “*impeachment* de Dilma”, das 29 matérias, o componente apareceu em 19 delas (65,51%). Já na categoria temática “direitos e garantias”, a *injustiça* incidiu em 50% das matérias desse bloco (6 notícias).

GRÁFICO 19 - Ocorrência de *injustiça* em cada categoria temática (%)



Fonte: Autoria própria.

É preciso mencionar que, devido ao número elevado de matérias que abordam, ao mesmo tempo, “denúncias contra Cunha” e “*impeachment* de Dilma”, decidi analisá-las conjuntamente em um tópico separado. Assim, os dados serão apresentados e discutidos em cada bloco temático e, por fim, analisarei especificamente matérias em que há intersecção entre as duas categorias.

4.2.3.1 *Direitos e garantias*

A *injustiça* na categoria temática “direitos e garantias” teve como alvo concreto não apenas atores humanos, mas também instituições partidárias, movimentos sociais e mídia. A indignação moral, nesse caso, seria engatilhada por atos indevidos que causariam danos à mídia, a celebridades, a políticos evangélicos e à sociedade como um todo. Conforme é possível observar na Figura 13, há uma postura ambivalente do *Gospel Mais* em relação à mídia, que aparece tanto como culpada quanto como vítima de injustiça.

FIGURA 13 – Culpados e vítimas nas matérias na categoria temática “direitos e garantias”



Fonte: Autoria própria.

No caso em que a mídia aparece como vítima, o ator responsável pelo ato de injustiça é o Partido dos Trabalhadores (PT). A situação aparece na matéria em que Eduardo Cunha diz que jamais colocará a legalização do aborto em votação: “Nem que a vaca tussa”, de 10 de fevereiro de 2015, na qual o político evangélico afirma que não colocará em votação projetos que preveem a regulação da mídia. Na narrativa, o *Gospel Mais* afirma que se trata de uma das bandeiras do PT considerada, segundo o portal, uma forma de censura e um retrocesso social e democrático:

O projeto de regulação da mídia é uma das bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) e é considerado uma forma de censura prévia às empresas de comunicação do Brasil, que perderiam parte da liberdade de imprensa. A ideia de que existam sanções, multas ou cassação da concessão pública – nos casos de emissoras de rádio e TV – para empresas que atuem de forma contrária ao pretendido regulamento, é vista como um retrocesso social e democrático (GOSPEL MAIS, 2015).

Sem dúvida, por trás desse debate está a questão das concessões de emissoras de rádio e TV para grupos evangélicos, que ocupam boa parte desse espectro radiofônico e televisivo no Brasil (Tópico 1.2). Trata-se, portanto, de uma medida que afetaria os negócios mantidos por igrejas nos meios de comunicação de massa.

Ao mesmo tempo em que defende a mídia, o *Gospel Mais* traz enquadramentos nos quais os veículos de comunicação e a imprensa são apontados pelo portal como responsáveis por cometer atos injustos, ou seja, como alvos de indignação moral. Destaco, nesse caso, a matéria “Eduardo Cunha critica discriminação da mídia contra políticos evangélicos: ‘Agride o Estado laico’”, publicada em 19 de fevereiro de 2015. Nela, Cunha acusa a imprensa de ser preconceituosa com evangélicos, em decorrência da veiculação de notícias sobre Comissão Especial que votaria o Estatuto da Família:

Já recriei e recriarei várias Comissões Especiais de diferentes projetos em tramitação, conforme prevê o regimento. É muito estranho só falarem da recriação das Comissões pedidas por deputados evangélicos. Já é absurdo, carimbaram. Quando é deputado evangélico, sempre há referência com a religião. Ninguém fala sobre deputados católicos, espíritas, etc. Mas falam sempre 'evangélico' quando ele é evangélico. Isso é discriminação pura e agride a laicidade do estado (GOSPEL MAIS, 2015)

Outra notícia na qual a mídia aparece como ator responsável por ato injusto foi publicada no dia 12 de fevereiro de 2015, com o título “Rachel Scheherazade elogia postura de Cunha sobre o aborto: ‘Está defendendo o interesse da sociedade’”. Nessa matéria, o *Gospel Mais* afirma que o *SBT* censurou a jornalista evangélica, o que sugere ideia de injustiça manifesta no cerceamento da liberdade. Segundo o *Gospel Mais*, Scheherazade estaria na "rádio Jovem Pan, onde ela passou a trabalhar após o episódio da censura imposta aos seus editoriais no *SBT*. Apesar de continuar trabalhando na emissora paulista e à frente do telejornal, a direção de jornalismo do *SBT* optou por limitar seu espaço de opinião".

Na matéria, feministas também são colocadas como responsáveis por atos injustos que podem trazer danos à sociedade, enquadramento que aparece na fala de Scheherazade: “Apesar de ser uma garantia explícita e inviolável, o direito à vida é constantemente questionado por feministas e militantes pró-aborto. Eles tentam relativizar o mais essencial dos direitos para encontrar uma brecha e tentar legalizar a prática criminosa”.

A jornalista Rachel Scheherazade aparece ainda como vítima na narrativa intitulada “Monica Iozzi diz que ora pedindo a Deus ‘que uma bala perdida encontre o Eduardo Cunha’”, de 27 de outubro de 2015. Nessa matéria, a apresentadora Monica Iozzi, do *Vídeo Show*, da *TV Globo*, ganha o papel de vilã na narrativa após dizer que ora para que uma bala perdida encontre Eduardo Cunha, o que pode ser verificado no trecho:

A severidade das críticas dos internautas foi além: “Uma psicopata fingindo ser humanista. Quando uma jornalista disse que entendia que o povo batesse em bandido, o mundo caiu”, lembrou um usuário da rede social, fazendo referência à jornalista Rachel Sheherazade, apresentadora do telejornal *SBT Brasil*, que foi amplamente criticada e perseguida por esquerdistas após criticar a ausência do Estado no provimento de segurança aos cidadãos (GOSPEL MAIS, 2015).

O deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) é outro evangélico que aparece como vítima de injustiça em duas narrativas do *Gospel Mais*. Na primeira delas, “Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma”

(de 3 de dezembro de 2015), o deputado acusa parlamentares governistas de perseguição: “Em 2013 fui alvo das mais sórdidas perseguições, apenas por exercitar meu direito de assumir a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias. [...] Parlamentares da base do governo abandonaram a Comissão, tentando esvaziar os quadros na fiúza de tornar insustentável minha gestão’, disse, relembando a enorme crise política criada contra ele”.

Na segunda matéria, “Feliciano afirma que Cunha é seu ‘malvado favorito’ por colocar o impeachment para andar” (de 14 de abril de 2016), o deputado adota o mesmo argumento de perseguição em dois momentos, dessa vez acusando movimentos sociais, o PT, o PCdoB, o PSOL e a “mídia tendenciosa”:

Em 2013, fui perseguido por movimentos sociais que são mantidos pelo PT, PCdoB e PSOL. Então, tenho uma visão [sobre isso]. Fiquei 90 dias em todos os jornais por causa de uma comissãozinha [Comissão de Direitos Humanos e Minorias] que não prestava para nada. Um homem que nunca fez mal a ninguém, sendo perseguido em avião! Enquanto [os movimentos] estavam tocando no político, estava tudo bem. Mas quando a mídia tendenciosa, os intelectuais e os políticos deram asa para esses movimentos, que começaram a entrar nas igrejas, tirar roupa, dar beijo na boca... Eles pararam de tocar no político e começaram a tocar naquilo que há de mais puro: a fé do ser humano. Nesse momento, cometeram um erro terrível. [...] Tenho uma pendência na Justiça que é por culpa do PT. Em 2013, o PT, junto com o PSOL, me processou por racismo, homofobia, danos morais. Me acusaram de ter pastores dentro do meu gabinete, como se fosse crime. Meu reduto é evangélico. Quem pode ser meu assessor senão aqueles que são evangélicos? [Mas não tenho] nenhum processo por improbidade, desvio (GOSPEL MAIS, 2016).

4.2.3.2 Denúncias contra Cunha

Conforme mencionado anteriormente, analisarei neste tópico matérias do bloco “denúncias contra Cunha” nas quais não há trechos que se refiram ao “*impeachment* de Dilma”, totalizando 25 notícias. Já aquelas em que há intersecção entre as duas categorias temáticas serão analisadas separadamente, mais à frente.

As denúncias analisadas neste bloco dizem respeito, basicamente, a quatro assuntos: aumento de privilégios de deputados (1 notícia), processo por quebra de decoro parlamentar (5 notícias), envolvimento com o “petrolão” (10 notícias) e as controvérsias que residem no fato de ser um evangélico suspeito de corrupção (9 notícias).

Conforme é possível verificar de maneira ilustrativa na Figura 14, encontrei o enquadramento de *injustiça* baseado nas ideias de que “Cunha é vilão” e de “duplo padrão hipócrita”, que coloca sob foco a controvérsia existente no fato de ser um político

evangélico acusado de corrupção. Nesses casos, são considerados responsáveis por atos injustos o próprio Eduardo Cunha, lideranças evangélicas que o apoiaram, bem como políticos e instituições envolvidas em escândalos. As vítimas são, em geral, a sociedade brasileira e os evangélicos. Essas perspectivas são preponderantes no conteúdo analisado e aparecem de maneira explícita ou implícita no texto. Já a ideia de que as denúncias são, na verdade, uma armadilha orquestrada pelo PT e pelo governo Dilma Rousseff aparece de maneira mais tímida, em apenas três notícias

FIGURA 14 – Enquadramentos de *injustiça* nas notícias da categoria temática “denúncias contra Cunha”



Fonte: Autoria própria.

É interessante notar que a maior parte dessas denúncias são abordadas em linguagem jornalística, o que cria sensação de objetividade. Tais narrativas evitam adjetivos e opiniões sobre o acontecimento, restringindo-se à reprodução de ações da Procuradoria-Geral da República (PGR), da Polícia Federal (PF), do Supremo Tribunal Federal (STF) ou de escândalos e inquéritos publicados em veículos de comunicação. Apesar de não apresentarem o enquadramento de maneira explícita, há um sentido de injustiça inerente ao ato de desonestidade enunciado na matéria, o que pode desembocar em indignação moral. No entanto, também identifiquei o enquadramento de *injustiça* explícito, geralmente em discursos de personagens envolvidos nos acontecimentos ou do próprio *Gospel Mais*.

Em relação à presença de uma noção implícita de injustiça, destaco a matéria “Eduardo Cunha ironiza imprensa e ativista gays: ‘Maioria da sociedade brasileira é conservadora’” (de 04 de março de 2015). No final da narrativa, no entretítulo “Polêmica”, o *Gospel Mais* aborda o **aumento de privilégios** para deputados, que é uma pauta frequente na mídia tradicional, geralmente associada a discurso que promove uma “raiva justa”. A matéria ressalta que uma de suas promessas de campanha aos outros 512 deputados diz respeito ao “aumento dos privilégios, e assim que pôde, Cunha anunciou que

estenderia o benefício das passagens aéreas aos cônjuges dos parlamentares. O anúncio foi amplamente criticado na imprensa e nas redes sociais, e o deputado resolveu recuar”.

Em relação ao processo por **quebra de decoro parlamentar** instaurado contra Cunha, as notícias também não apresentaram enquadramentos explícitos, mas os acontecimentos em si sugerem uma ideia de injustiça, cuja vítima é a sociedade brasileira. As narrativas, de um modo geral, tratam da representação contra o político movida pelos partidos Rede Sustentabilidade (Rede) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), da abertura de processo no Conselho de Ética e escolha do relator, de possível prisão do deputado e do voto decisivo da deputada evangélica Tia Eron (Partido Republicano Brasileiro da Bahia - PRB/BA). Além disso, abordam petição *online* com mais de 1,2 milhão de assinaturas pedindo a perda de mandato do “deputado mais polêmico da bancada evangélica que vem”, segundo o *Gospel Mais*, “seguidamente, usando suas cartadas para adiar o processo aberto contra ele no Conselho de Ética da Câmara”.

Em relação a acusações de **envolvimento com “petrolão”**, identifiquei tanto noção implícita de injustiça no evento noticiado quanto enquadramentos explícitos. No caso das matérias em que esse elemento está implícito, são abordados o pedido de abertura de inquérito contra 54 pessoas, entre as quais está Eduardo Cunha, a delação premiada do empresário Júlio Camargo, que assume ter pago propina para o político por intermédio da Assembleia de Deus de Madureira, e o inquérito que mostra que Eduardo Cunha tem carros de luxo registrados no nome da empresa Jesus.com.

Nessas narrativas, aparecem como culpados Eduardo Cunha, a Assembleia de Deus de Madureira e outros políticos investigados no âmbito da Operação Lava Jato. Cabe destacar que Cunha se coloca na posição de vítima na matéria que trata do suposto pagamento de propina para a Assembleia de Deus de Madureira, justificando que a **denúncia é armação**: “O presidente da Câmara negou as acusações e chamou a atenção para o fato de que o delator já havia mudado seu depoimento em outras ocasiões, sugerindo que ele estaria sofrendo influência de outros políticos investigados na operação”.

Esse enquadramento de *injustiça* baseado na ideia de que a denúncia é armação aparece explicitamente na fala de outros políticos, como é o caso do senador Renan Calheiros (Partido do Movimento Democrático do Brasil de Alagoas – PMDB/AL), que acusa o governo de se movimentar para incluir nomes da oposição entre os envolvidos na Lava Jato. O discurso do senador Renan Calheiros responsabiliza o governo e se põe como

vítima de perseguição, conforme é possível observar na matéria “Dois deputados evangélicos serão investigados pelo Supremo por envolvimento no Petrolão”, de 9 de março de 2015:

O jogo do governo era: ‘Quanto mais gente tiver [na lista], melhor, desde que tenha o Aécio’. Essa era a lógica do Planalto [...]Ela só soube que o Aécio estava fora na noite da terça-feira, quando o Janot entregou os nomes para o Supremo. Ficou p... da vida. Aí a lógica foi clara: vazou que estavam na lista Renan e Eduardo Cunha. Por quê? Porque querem sempre jogar o problema para o outro lado da rua. Foi algo dirigido. O ‘Jornal Nacional’ dizendo, veja só, que ‘o Planalto confirma que Renan e Eduardo Cunha estavam na lista’. Veja se tem cabimento? Havia ali uma dezena de nomes, mas o Planalto deliberadamente direcionou a cobertura da mídia para dois nomes. Dois nomes que retiravam o governo momentaneamente dos holofotes”, acusou Calheiros, dizendo-se vítima de perseguição (GOSPEL MAIS, 2015).

A matéria “Esposa de Eduardo Cunha o consola e pede para confiar em Deus: ‘Ele não te abandonou’” (de 4 de março de 2016), também explora a ideia de Eduardo Cunha como vítima. No texto, o político alega que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aceitar denúncia contra ele foi tomada de maneira parcial. Além disso, a matéria dá voz ao ministro do STF Teori Zavascki, que afirma não haver razão para afastar quem se torna réu. Nas palavras do *Gospel Mais*, “embora seja o primeiro presidente da Câmara no exercício do mandato que se torna réu, Eduardo Cunha destacou que ainda não foi julgado, e por isso, seu argumento de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se excede nas acusações é verdadeiro”, remarcando ideia da denúncia como emboscada. “Estou absolutamente tranquilo porque estou com a verdade, estou com a inocência. Eu não tenho nada com que me preocupar. Tornar réu não é sentença de ninguém”, afirma Eduardo Cunha na matéria.

Nas demais notícias que abordam envolvimento de Eduardo Cunha no escândalo do “petrolão”, o enquadramento de *injustiça* expresso em discursos de manifestantes, de jornalistas, de deputados do PT, do Procurador Geral da República e do próprio *Gospel Mais* se baseia na máxima “**Cunha é vilão**”. Na notícia “Templo da AD Madureira que teria repassado propina a Cunha é pichado por manifestantes”, de 26 de agosto de 2015, militantes acusam o político evangélico e partidos de oposição de cometerem atos que causam danos à população brasileira e à democracia.

Segundo a matéria, os ativistas afirmam que picharam o muro para “denunciar o silêncio dos partidos de oposição ao governo sobre a denúncia contra Eduardo Cunha”:

“Acreditamos que a democracia somente se realizará, quando o peso da Justiça não se intimidar com ameaças de políticos golpistas e punir corruptos com o devido rigor. Portanto, exigimos a prisão de Eduardo Cunha”. De acordo com o portal, para os manifestantes, “o presidente da Câmara dos Deputados tem se disfarçado de evangélico para obter vantagens ilícitas”:

“Eduardo Cunha usa da boa-fé de milhões de cristãos para lavar seu dinheiro sujo, em parceria com pregadores corruptos. É preciso que todo fiel tenha olhos abertos com os políticos que falam em nome da fé para se promover ou ganhar votos”, acrescentaram, lembrando que a reforma política necessária para o país não é a que vem sendo debatida no Congresso Nacional (GOSPEL MAIS, 2015).

Já na notícia “Janot pede ao STF que afaste Cunha de seu mandato para não atrapalhar investigações” (de 17 de dezembro de 2015), o elemento *injustiça* está presente no discurso do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que defende o afastamento de Cunha para evitar que ele interfira nas investigações: “do contrário, criará ainda maior instabilidade política para o país e, ainda, não hesitará em perseguir e utilizar todos os instrumentos que possua para retaliar e se vingar de seus adversários, como faz habitualmente”.

Na matéria “Supremo torna Cunha réu no petrolão; Evangélico se nega a renunciar à presidência da Câmara”, de 03 de março de 2016, o *Gospel Mais* afirma que “o desfecho do mandato de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) à frente da Câmara dos Deputados não parece caminhar para algo honroso”. A narrativa reproduz ainda um texto da jornalista Vera Magalhães, que afirma: “Henrique Fontana (PT-RS) disse que Cunha é ‘amoral’ e capaz de ouvir as acusações e ficar impassível. De fato: Cunha ignorou os apelos e manteve a condução das votações de medidas provisórias na Casa”.

Em outras matérias desse bloco temático, entra em jogo a polêmica atuação de Eduardo Cunha como político evangélico suspeito e de outras lideranças evangélicas cujas atitudes são controversas. Espera-se de representantes do povo o respeito com seus eleitores e a honestidade; essa expectativa que se acentua em se tratando de político cristão, que diz seguir preceitos morais da religião. Desse modo, por se tratar de um evangélico na posição de denunciado de corrupção, algumas matérias apontam para um sentido de **duplo padrão hipócrita**.

Essa ideia de *injustiça* foi encontrada em matérias que tratam da participação do deputado Eduardo Cunha em culto na Câmara e como palestrante em um congresso para

políticos e líderes evangélicos, evento que acaba sendo adiado. Na matéria “Eduardo Cunha fará palestra em congresso exclusivo para políticos e líderes evangélicos” (publicada em 02 de setembro de 2015), o *Gospel Mais* traz um subtítulo chamado “Controvérsia”, que explicita a polêmica:

Dentre os temas que serão abordados durante o CAPEB está a corrupção, que será tratada por Fausto De Sanctis e Oslain Campos Santana. E é justamente esse o principal assunto político do país no momento, já que a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, resultou na prisão de empresários, lobistas e doleiros, além do indiciamento de parlamentares, como Eduardo Cunha, acusado de ter recebido US\$ 5 milhões em propinas no esquema de lesa à Petrobras (GOSPEL MAIS, 2015).

Outra matéria que aponta comportamento controverso de Eduardo Cunha e outras lideranças evangélicas foi publicada no dia 07 de abril de 2015, com o título “Eduardo Cunha foi para a Assembleia de Deus sem sair da Sara Nossa Terra, diz jornalista”. Nela, o colunista Lauro Jardim critica o jogo duplo de lideranças evangélicas quando o assunto é política e a “situação atípica” de Cunha, que pertence a duas denominações religiosas e que joga tanto com o governo quanto com a oposição.

Já as demais notícias que expressam essa ideia de **duplo padrão hipócrita** destacam o posicionamento da Frente Parlamentar Evangélica e de outras lideranças em relação às denúncias de corrupção envolvendo Eduardo Cunha. Partindo de uma ordem cronológica, a matéria intitulada “Recuo de Malafaia no apoio a Cunha vira meme na internet; Pastor é cobrado por incoerência” (de 24 de agosto de 2015) destaca controvérsias no comportamento do líder religioso e de Eduardo Cunha. A matéria aponta “cobrança forte sobre o pastor Silas Malafaia, que apoiou o parlamentar na eleição para presidência da Câmara dos Deputados”, mas depois negou ter endossado sua carreira política após surgirem denúncias de corrupção. Segundo o *Gospel Mais*, em publicações antigas, “Malafaia faz até um contraponto, mencionando que o ativista gay e deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), um de seus desafetos políticos, apoiava o petista Arlindo Chinaglia (SP), enquanto ele reforçava as fileiras do evangélico Cunha”.

A postura controversa também aparece na matéria “Petrolão: bancada evangélica decide apoiar Eduardo Cunha, acusado de receber propinas (de 07 de setembro de 2015)”, na qual o jornalista Lauro Jardim afirma que a frente religiosa decidiu apoiar o deputado fluminense, acusado de ter recebido propina de R\$ 5 milhões. A narrativa faz referência

ainda a um artigo do senador Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro do Rio de Janeiro – PRB/RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reio de Deus, defendendo Eduardo Cunha. Além disso, aponta controvérsias nos depoimentos de Júlio Camargo que, na reta final, “passou a dizer que Cunha havia participado do esquema de desvio de recursos orquestrado pelo PT”.

Em menos de dois meses, uma nova notícia vai de encontro à informação anterior, trazendo ideia de que Cunha é vilão e de duplo padrão hipócrita. Intitulada “Líderes evangélicos publicam manifesto pedindo a renúncia do deputado Eduardo Cunha” (de 29 de outubro de 2015), a notícia informa que um documento assinado por lideranças de diversas denominações protestantes pede a saída do político evangélico, que não teria “coerência e base ética necessária a uma pessoa com responsabilidade pública”. O documento realça que a corrupção “não é a marca distintiva da política para evangélicos. Ela é a marca de certa ‘safra de representantes’”.

Outras duas notícias⁵² enfatizam o posicionamento do deputado evangélico Ezequiel Teixeira (PTN-RJ), que afirma que Eduardo Cunha “não representa o povo evangélico”, que sua postura “envergonha os evangélicos” e que “não possui legitimidade para ocupar o posto de presidente da Câmara”. Nas matérias, o apóstolo diz que os pastores que apoiaram o político devem pedir perdão aos fiéis, a Deus, à Igreja e ao povo brasileiro.

4.2.3.3 *Impeachment de Dilma*

No período de 1 de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2017, encontrei apenas uma matéria da temática “*impeachment* de Dilma” em que não há trechos que se refiram a “denúncias contra Cunha”. Todas as outras notícias em que há *injustiça*, e que tratam concomitantemente do “*impeachment* de Dilma” e “denúncias contra Cunha”, serão avaliadas no próximo tópico.

O texto no qual verifiquei *injustiça* neste bloco foi publicado no dia 22 de outubro de 2015, com o título “Oposição e juristas entregam novo pedido de impeachment de Dilma a Eduardo Cunha”. A matéria enfatiza que os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale

⁵² Matéria intitulada “Ezequiel Teixeira diz que pastores que apoiaram Cunha devem pedido de perdão aos fiéis”, publicada em 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/ezequiel-teixeira-pastores-cunha-devem-perdao-80216.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017. E a matéria intitulada “Deputado e pastor Ezequiel Teixeira critica Eduardo Cunha: ‘Não representa o povo evangélico’; Entenda”, publicada em 11 de maio de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-ezequiel-critica-cunha-nao-representa-povo-evangelico-82699.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

Jr. entregaram, ao lado de deputados da oposição e de líderes de movimentos sociais”, um novo pedido de *impeachment* de Dilma que:

inclui as pedaladas fiscais reprovadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os indícios de que a prática criminosa se manteve ao longo do atual exercício fiscal, atrasando os repasses a bancos públicos a fim de cumprir as metas parciais da previsão orçamentária. Os deputados da oposição disseram que o novo documento entregue a Cunha cita decretos presidenciais assinados por Dilma como prova de que o governo deu sequência à prática (GOSPEL MAIS, 2015)

A notícia sugere que Dilma é culpada por ato danoso, sendo responsável por dar continuidade a uma prática criminosa que prejudica a sociedade brasileira. A matéria reforça ainda que Bicudo é um dos fundadores do PT, partido da presidenta, e traz uma fala de Miguel Reale Jr.: “os fatos estão aí, os fatos são graves”.

4.2.3.4 Intersecção entre “denúncias contra Cunha” e “impeachment de Dilma”

No total, identifiquei o enquadramento de *injustiça* em 23 notícias que tratam, ao mesmo tempo, das temáticas “impeachment de Dilma” e “denúncias contra Cunha”. Conforme é possível visualizar de maneira ilustrativa na Figura 15, narrativas concorrentes disputam para legitimar suas versões sobre a realidade. Os mesmos personagens aparecem tanto como vilões quanto como vítimas em vários discursos presentes no *Gospel Mais*.

FIGURA 15 – Vilões e vítimas de *injustiça* nas notícias das categorias temáticas “denúncias contra Cunha” e “impeachment de Dilma”



Fonte: Autoria própria.

Em relação aos vilões, o deputado federal Eduardo Cunha é o personagem que mais aparece como responsável explícito ou implícito por atos injustos, seja por envolvimento no “petrolão”, seja por realizar negociações escusas com o governo, com a oposição ou com o então vice-presidente da República Michel Temer (PMDB-SP), ou até mesmo por

trair o movimento evangélico ao ser acusado de atos de corrupção, compondo cenário de duplo padrão hipócrita.

Na maioria das narrativas sobre envolvimento de Cunha no Petrolão, a noção de injustiça aparece implícita, tendo em vista que o acontecimento noticiado sugere situação de ilegalidade. Nesse caso, as matérias tratam, de modo geral, sobre as acusações de que Cunha recebeu propina do esquema na Petrobras, de que manteve contas não declaradas na Suíça e abastecidas com dinheiro de corrupção e de que teria recebido propina para ajudar a aprovar uma Medida Provisória. Além disso, Cunha é acusado de prejudicar investigações da Lava Jato e dificultar o andamento do processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética, e de fazer negociações escusas tanto com o governo quanto com a oposição e com Michel Temer, na tentativa de salvar o próprio mandato.

Também identifiquei, nesse caso, o enquadramento de *injustiça* a partir de uma noção de duplo padrão hipócrita, manifesta na matéria “‘Deus não está brincando’: Daciolo exorta Cunha e bancada evangélica por lama de corrupção; Assista”, publicada em 23 de outubro de 2015. Nesse episódio, o deputado evangélico dispara contra Eduardo Cunha:

Ao presidente [da Câmara] Eduardo Cunha: o senhor não está sozinho. O senhor não está sozinho nesta lama de corrupção do nosso país. O senhor não está sozinho como um homem que diz ser evangélico, homem de Deus, envolvido com corrupção. E dizer também a alguns membros da bancada evangélica: vigiem, porque o nosso Deus não é Deus para ficar brincando, e nada está oculto aos olhos d’Ele”, disparou Daciolo. De Bíblia em punho, o parlamentar fluminense fez referência aos falsos profetas e leu os versículos 17 e 19 do capítulo 2 de Jeremias para Eduardo Cunha: “Não foi você mesma a responsável pelo que lhe aconteceu, ao abandonar o Senhor, o seu Deus? [...] O seu crime a castigará e a sua rebelião a repreenderá. Compreenda e veja como é mau e amargo abandonar o Senhor, o seu Deus, e não ter temor de mim, diz o Soberano, o Senhor dos Exércitos” (GOSPEL MAIS, 2015).

No entanto, ao passo que Eduardo Cunha assume em termos numéricos o papel de vilão principal, também encontrei nas narrativas uma série de discursos que o colocam como vítima de armação do PT, do governo e de atos ilegais cometidos pelo Judiciário. Esses discursos que vitimam Cunha estão presentes em 39,13% das narrativas deste bloco analisado. Além disso, 21,73% das notícias trazem uma ideia de que Eduardo Cunha pode se redimir das denúncias caso coloque o *impeachment* de Dilma em votação.

A ideia das denúncias como armadilha foi encontrada, por exemplo, na fala da jornalista Rachel Scheherazade, que desqualifica a delação de Júlio Camargo ao afirmar que “ele já fez ‘afirmações em outros depoimentos, que posteriormente desmentiu’”, e que

sua repentina lembrança da propina a Cunha pode ser uma “cortina de fumaça” a favor do PT e do governo. Sheherazade lembrou ainda que a afirmação de Camargo contra Cunha acontece no momento em que Lula se tornou alvo de uma investigação”⁵³.

Esse enquadramento também aparece com frequência em falas do pastor Silas Malafaia e do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) reproduzidas em várias matérias do *Gospel Mais*. Nesses discursos, aparecem como responsáveis pela injustiça delatores, membros do PT e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. É o caso da fala de Silas Malafaia em uma das notícias: "Não estou defendendo Cunha, e sim, um princípio de justiça. Porque o procurador não denunciou os outros citados na lava jato antes dele? É SÓ".

Destaco ainda trecho da matéria “Malafaia e Feliciano: acusações contra Cunha tiram ‘o foco do governo’ no petrolão”, de 20 de julho de 2015, na qual Feliciano e Malafaia colocam sob suspeição o depoimento de Júlio Camargo “justo quando novos fatos que comprometem ainda mais o Partido dos Trabalhadores foram trazidos à tona”:

“Só uma pergunta: porque a turma da elite do PT, [Aloizio] Mercadante, Edinho [Silva], Lula e Dilma, denunciada pelos delatores, não foram alvos da procuradoria? A coisa está muito estranha, tirando o tesoureiro [João Vaccari Neto], ninguém importante do PT foi denunciado como estamos vendo acontecer com outros. Quem estiver envolvido nessa lama do petrolão, que pague. E a turma do PT? Estão querendo tirar o foco do governo, isso é claro. Não estou defendendo ninguém, compartilho com o pensamento do jornalista Reinaldo Azevedo da revista veja. A coisa está muito estranha [...] Se Eduardo Cunha tem culpa ou não, não posso afirmar. O delator em outros 4 depoimentos anteriores negou a participação dele, porque faz agora?”, questionou Malafaia. Já Marco Feliciano saiu em defesa do presidente da Câmara: “O deputado federal Eduardo Cunha tem o meu respeito! Fala como um estadista. É preparado e amedronta os farsantes do PT! Força Cunha! O princípio da presunção da inocência (ou princípio da não-culpabilidade, segundo parte da doutrina jurídica) está a sua disposição! Minha força é pequena mas coloco-a à sua disposição, meu presidente”, escreveu o pastor em sua página no Facebook (GOSPEL MAIS, 2015).

As decisões do STF de afastar Eduardo Cunha também são criticadas como ilegais pelo pastor Silas Malafaia e pelo deputado e pastor Marco Feliciano, que retratam o político como vítima de julgamentos arbitrários e injustos⁵⁴. Em uma das acusações de ter

⁵³ Trecho da matéria “Eduardo Cunha anuncia que pedido de impeachment de Dilma será avaliado em 30 dias”, publicada em 17 de julho de 2015. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-impeachment-dilma-avaliado-dias-77990.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁵⁴ Matéria intitulada “Em vídeo, Silas Malafaia diz que afastamento de Cunha pelo STF é ‘uma vergonha’”, publicada em 05 de maio de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/video-silas-malafaia-afastamento-cunha-stf-vergonha-82623.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017. E a matéria intitulada “Marcos

recebido propina de R\$ 45 milhões de banqueiro, o próprio Eduardo Cunha contra-ataca: “Repito, o fato é falso, assim como estou achando isso uma armação”.

O segundo vilão mais proeminente foi o PT e o governo. Nas narrativas, políticos petistas (como Lula, Mercadante, João Vaccari Netto, etc.) e o governo aparecem como envolvidos em escândalos de corrupção, como articuladores de negociações escusas para salvar o mandato de Dilma Rousseff, como responsáveis pelas “pedaladas fiscais” e por armar contra outros políticos para criar uma “cortina de fumaça”, embaçando as próprias denúncias das quais são alvos. Essa constatação revela que a guerra discursiva em torno do *impeachment* expressa nas narrativas do *Gospel Mais* se deu mais em torno da demonização do PT do que de Dilma Rousseff enquanto presidenta.

Em relação à Dilma, os atos injustos apontados nas matérias do portal *Gospel Mais* se referem às pedaladas fiscais, ao envolvimento no “petrolão” e à suspeita de recebimento de Caixa 2 durante a campanha na chapa com Michel Temer. No caso do “petrolão”, o pastor Silas Malafaia questiona em uma das matérias “o motivo de Rodrigo Janot não ter denunciado Dilma Rousseff ao STF, já que a presidente foi citada em onze depoimentos da Lava-Jato”. Já na matéria “Dilma apela a pastor para tentar se aproximar de Eduardo Cunha e barrar impeachment”, diz jornal, de 15 de outubro de 2015, a culpabilização da presidenta aparece na fala do próprio *Gospel Mais*, em entretítulo chamado “Brasileiros desonrados”:

Durante um discurso na abertura do 12º Congresso da Central Única dos Trabalhadores (Concut), Dilma afirmou que ninguém no Brasil tem moral para falar de sua conduta, mesmo ficando provado que boa parte da corrupção na Petrobras aconteceu quando ela era ministra de Minas e Energia e presidente do Conselho da empresa, além de comandado o desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao longo de 2014. “A sociedade brasileira conhece os chamados moralistas sem moral. E conhece porque o meu governo e o governo do presidente Lula proporcionaram o mais enfático combate à corrupção de nossa história. Eu insurjo contra o golpismo. Quem tem força moral, reputação ilibada e biografia limpa, para atacar a minha honra? [...] Lutarei para defender o mandato que me foi concedido pelo voto”, disse Dilma, segundo informações do Uol (GOSPEL MAIS, 2015).

A presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, aparece como vítima implícita em narrativas que abordam negociações escusas entre Eduardo Cunha e a oposição para retirá-

Feliciano critica afastamento de Eduardo Cunha pelo STF em sua página no Facebook”, publicada em 6 de maio de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/feliciano-critica-afastamento-cunha-stf-facebook-82641.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

la do cargo e em poucas referências sobre conspirações de Michel Temer e sobre o discurso do ***impeachment como golpe***. A ideia de “golpe” é encontrado no trecho citado acima e em matéria⁵⁵ que aborda a votação do *impeachment*. Nesta, o texto diz que “diversos parlamentares que votaram contra o processo acusaram Cunha de ser um dos mentores do que o PT diz ser um ‘golpe’ contra Dilma”. Na notícia “Impeachment: Cunha reage ao PT e aceita pedido de abertura de processo contra Dilma”, de 03 de dezembro de 2015, a presidenta Dilma alega serem:

inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público, não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi, ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses” (GOSPEL MAIS, 2015).

Por fim, destaco a presença de uma ideia do ***impeachment como redenção*** dos pecados supostamente cometidos por Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Encontrei esse enquadramento nas falas do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) em algumas matérias, como é o caso da notícia “Feliciano compara Dilma a Saul e cobra de Cunha postura de ‘servo de Deus’: ‘Tenha coragem’; Assista”, de 23 de outubro de 2015. Em seu discurso, o deputado e pastor constrói a ideia de que o governo petista vem mostrando que não está preocupado com o povo, e traça um paralelo com a história bíblica do profeta Samuel, que teria sido “instado por Deus a adotar uma postura mais rígida quanto ao rei, que havia se desviado de seus propósitos iniciais”:

Nesse contexto, Feliciano perguntou a Cunha quando ele iria se posicionar ao lado do povo: “Eu deixo aqui uma palavra ao presidente da Câmara dos Deputados. Deixo aqui, como parlamentar, mas também como um servo de Deus, porque eu sei que ele o é: até quando terá pena de Saul? Até quando, deputado Eduardo Cunha, meu amigo, para quem eu fiz campanhas no Rio de Janeiro [...] Até quando vai ter pena do governo que aí está? Está na sua mão. O Brasil espera isso”, disse o pastor. Feliciano foi além e criticou Cunha de forma velada, lembrando que atualmente seu nome está associado à corrupção, e não ao movimento de quem quer livrar o país de um plano político/partidário de poder: “Tenha coragem de entrar para a história, não como um vilão, como alguém que está barganhando, mas como alguém que vai libertar essa nação, para que essa nação volte a viver, a respirar, a ter fé”, afirmou. (GOSPEL MAIS, 2015)

⁵⁵ Matéria intitulada “Personagem central no impeachment, Eduardo Cunha teria recebido R\$ 52 milhões em propina”, publicada em 18 de abril de 2016. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/propina-central-impeachment-cunha-recebido-52-milhoes-82310.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

No próximo tópico, apresento a triangulação de dados obtidos com Análise de Critérios de Noticiabilidade, Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento. Aponto ainda de que maneira esses resultados, observados em sua inter-relação, revelam o objeto desta investigação e apontam para novas variáveis.

4.3 Triangulação de dados

A triangulação de dados obtidos a partir da Análise de Critérios de Noticiabilidade, Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento levam à problematização de influências da cultura jornalística no produto oferecido pelo *Gospel Mais*. Tais instrumentos permitiram a constatação da adaptação de características jornalísticas pelo portal *Gospel Mais* com objetivo de evangelizar e de despertar o interesse de público evangélico, que já interage com a religião a partir de lógicas midiaticizadas.

O grau hierárquico dos envolvidos e a quantidade de “jornalistas celebridades” referenciados nas matérias impactam diretamente na maneira com a qual o *website* enquadra questões políticas e sociais. Ao trazer com frequência o ponto de vista de determinadas lideranças religiosas, o *Gospel Mais* colabora com a perpetuação de noção de identidade religiosa pautada em valores fundamentalistas e disseminada por esses atores.

Nesse sentido, é interessante problematizar as notícias do *Gospel Mais* tendo em vista seu movimento dialógico e a dimensão prescritiva e formativa do público, posto que possui caráter de proselitismo permanente. Além disso, ao reproduzir matérias de veículos tradicionais de comunicação, o *Gospel Mais* promove leituras da realidade e discursos alinhados aos interesses empresariais, políticos e econômicos dessa mesma mídia, que atuou fortemente pela legitimação do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (MIGUEL, 2016; SANTOS, 2017).

O *webjornalismo* encontrado no *Gospel Mais* possui ainda pontos de encontro e de afastamento em relação a outros “jornais evangélicos”, como é o caso da Folha Universal, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus (Tópico 1.3). Por um lado, o portal *Gospel Mais* não está explicitamente atrelado a denominações religiosas, assemelhando-se mais a empresas de comunicação emergentes no mundo virtual, que reproduzem conteúdo de veículos tradicionais, excluindo o caráter testemunhal do jornalismo, o *in loco*, assim como o contato telefônico ou direto com fontes de informação. Por outro lado, o portal se aproxima de outros “jornais cristãos” na medida em que dissemina valores defendidos por

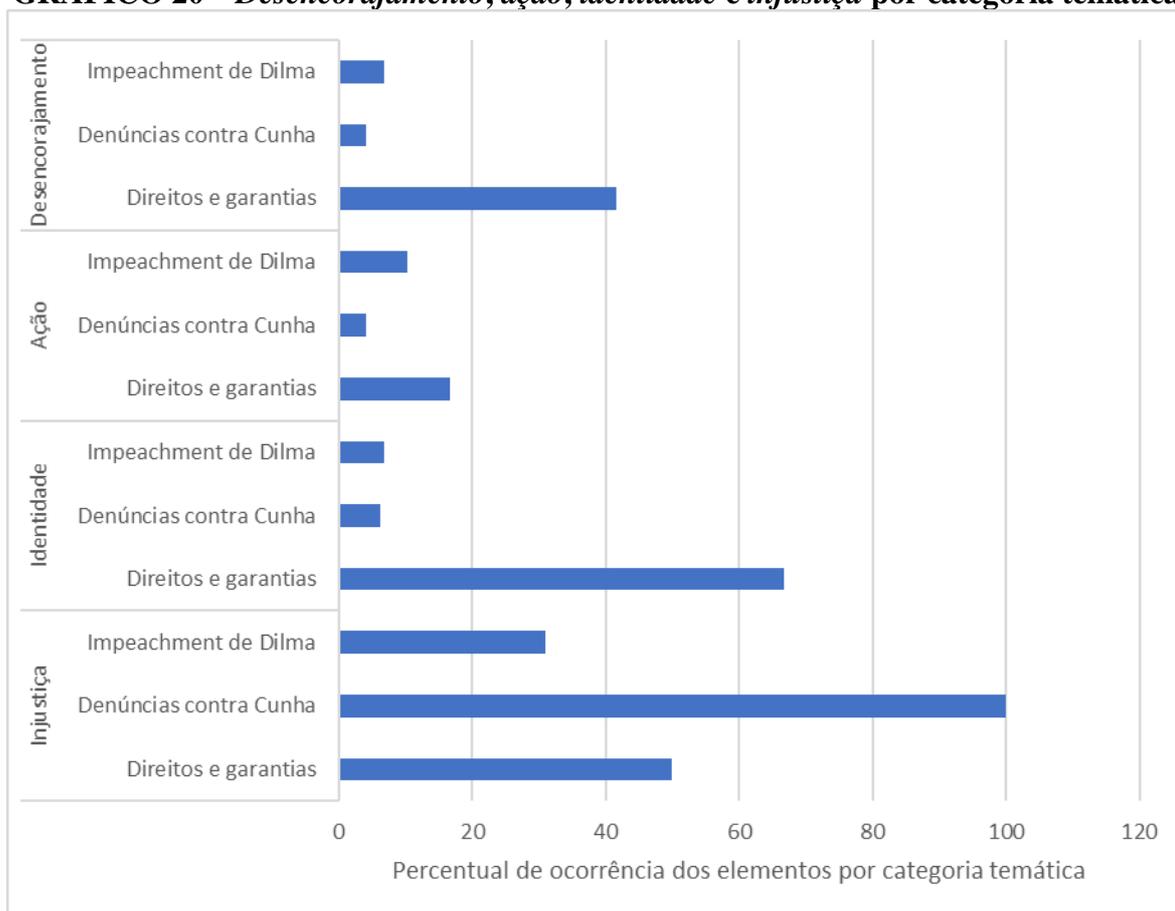
grupos religioso e que interpreta acontecimentos públicos, da ordem da laicidade, sob a lente da religião.

Cabe ressaltar que a “mídia” aparece com frequência em narrativas do *Gospel Mais* como campo adversário do religioso. Esse posicionamento é alimentado tanto por veículos de comunicação, que frequentemente criticam a bancada e instituições evangélicas, quanto por denominações religiosas, que acusam a “mídia secular” de promover normas de conduta consideradas impróprias no meio evangélico, inclusive a favor da diversidade sexual e de gênero. Esse posicionamento não deixa de ser dicotômico, posto que o *Gospel Mais* é um meio de comunicação de massa, que se apropria do estilo de produtos “seculares” oferecidos pela mídia tradicional para “vender” conteúdos considerados “adequados” e de interesse do público evangélico.

Em relação aos enquadramentos presentes nas narrativas do *Gospel Mais*, verifiquei um sentimento ambíguo sobre o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ao longo de seu mandato como presidente da Câmara dos Deputados. Os pacotes interpretativos apresentados pelo portal ao relatar episódios envolvendo o político evangélico ganham tons, intensidades e julgamentos morais distintos, a depender do momento e da temática abordada. No início do mandato, Cunha recebe uma série de elogios em discursos presentes nas matérias. Na medida em que se intensificam os escândalos de corrupção, narrativas passam a trazer enquadramentos ambivalentes, que por vezes só noticiam as acusações e, por outras, as desqualificam. Conforme vai se aproximando do fim da gestão de Cunha, o próprio *Gospel Mais* assume postura crítica em relação ao político evangélico, dando como certo o seu envolvimento em corrupção.

Conforme é possível observar no Gráfico 20, o enquadramento de *injustiça* foi o mais proeminente em todas as categorias temáticas. Trata-se, portanto, de um *frame* chave que integrou os demais componentes de ação coletiva, resultado esse que corrobora conclusões de GAMSON (2011) de que a *injustiça* facilita a adoção dos outros dois elementos (*ação e identidade*).

GRÁFICO 20 – Desencorajamento, ação, identidade e injustiça por categoria temática



Fonte: Autoria própria.

Nesta pesquisa, a *injustiça* obteve seu auge na categoria temática “denúncias contra Cunha”, o que era de se esperar tendo em vista a natureza do bloco temático. Embora haja referências a acusações contra ele em todas as matérias, encontrei um número maior de defesas explícitas que o colocam como vítima e se baseiam no “contra-ataque” ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Dilma Rouseff. Nas matérias que tratam ao mesmo tempo de “*impeachment* de Dilma” e de “denúncias contra Cunha”, verifiquei disputa entre narrativas que atribuem a determinados atores políticos o caráter de algozes, em detrimento de outros que buscam ser vistos como vítimas da ação desses sujeitos motivados. Apesar de verificar essas diferentes narrativas, algumas se mostraram mais fortes e recorrentes, principalmente aquelas que retratam o PT e o governo Dilma como vilões.

Em “direitos e garantias” a *injustiça* se soma a uma ideia de “nós evangélicos” em oposição a um “eles” (movimentos sociais, LGBTs, feministas, de esquerda e a mídia). Esse enquadramento oposicional marca uma noção de *identidade* preponderante nessa

categoria temática. Já a *ação* e o seu *desencorajamento* (que também pode ser visto como forma de *ação*) se revelaram agudos quando a categoria temática é “direitos e garantias”, estando igualmente pautados numa noção oposicional de identidade.

É interessante notar que a *injustiça* não está necessariamente vinculada ao enquadramento de *identidade*, cuja ocorrência foi pouco preponderante nas matérias sobre “*impeachment* de Dilma” e “denúncias contra Cunha”. Essa constatação vai ao encontro de conclusões de Gamson (2011), que afirma que a *injustiça* pode ou não incluir um enquadramento oposicional, assim como o enquadramento de *identidade* pode ou não implicar em um enquadramento de *injustiça*. Da mesma maneira, segundo o autor, a adoção de um enquadramento de *injustiça* ou de *identidade* não pressupõe o apoio à *ação* cidadã, fato que também verifiquei nos resultados desta pesquisa.

No próximo capítulo, apresento as considerações finais deste estudo, retomando os objetivos geral e específicos estabelecidos na investigação. Além disso, aponto contribuições e limitações desta pesquisa, bem como sugestões de investigações futuras.

CAPÍTULO 5 – APOCALIPSE⁵⁶ – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Escreve as coisas que tens visto, e as que são, e as que depois destas hão de acontecer” (Apocalipse 1:19)

Neste capítulo, apresento as considerações finais deste estudo, tendo sob perspectiva os objetivos geral e específicos estabelecidos na investigação. Para isso, responderei de maneira sistemática as perguntas definidas na Introdução e apontarei contribuições e limitações da pesquisa, bem como sugestões de investigações futuras.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a cobertura feita pelo portal *Gospel Mais* da gestão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na presidência da Câmara dos Deputados de modo a compreender suas características jornalísticas e a produção de sentido sobre os eventos políticos noticiados. Para alcançá-lo, estabeleci objetivos específicos e perguntas de pesquisa, que retomo a seguir, a fim de respondê-las sistematicamente.

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi analisar critérios de noticiabilidade nas narrativas do *Gospel Mais*. Tendo isso em vista, defini a seguinte pergunta: *Qual a ocorrência e como se inter-relacionam critérios de noticiabilidade substantivos, relativos ao produto, ao meio e ao público em narrativas do Gospel Mais?*

A partir de dados obtidos, constatei a presença de valores-notícia que compõem os cinco conjuntos de critérios de noticiabilidade propostos por Wolf (2008). Os critérios relativos ao produto e os substantivos foram os mais proeminentes, seguidos de critérios relativos ao meio, ao público e à concorrência. Desse modo, por um lado, as matérias do *Gospel Mais* possuem características similares às de jornais tradicionais, atendendo a determinados critérios de noticiabilidade, apresentando *lead*, fontes de informação e estratégias narrativas que produzem o “efeito de real”.

Não obstante, a escolha de acontecimentos noticiados também sofre influência de aspectos da cultura *gospel* e de valores defendidos por grupos religiosos. Eventos políticos envolvendo pastores, parlamentares evangélicos e celebridades *gospel*, por exemplo, apresentaram forte grau de noticiabilidade. Desse modo, o *Gospel Mais* reproduz e reforça

⁵⁶ O livro do *Apocalipse* é o último livro da Bíblia e foi escolhido como título do capítulo *Considerações Finais* desta dissertação porque ambos se referem a uma revelação. Simbolicamente, podem ser comparados por apontarem consequências de percursos escolhidos, frutos obtidos e caminhos futuros.

discursos, muitos deles fundamentalistas, defendidos por essas figuras públicas a quem o portal dá voz e destaque em suas matérias.

Além disso, a maioria das informações publicadas no *Gospel Mais* foram provenientes de veículos tradicionais de comunicação. É possível observar, inclusive, número considerável de matérias que eram cópia idêntica de notícias publicadas em jornais e portais tradicionais, o que revela que o *Gospel Mais* está longe de oferecer, em seu noticiário político, as informações de qualidade que promete ao seu leitor. Trata-se de um “pseudojornalismo”, de baixo custo de produção e alta rentabilidade.

O segundo objetivo específico foi verificar as temáticas mais noticiadas *Gospel Mais* ao longo da cobertura sobre o “caso Eduardo Cunha”. Desse modo, elenquei a seguinte pergunta: *Quais os principais assuntos abordados no noticiário analisado e como essas temáticas aparecem ao longo da gestão de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados?*

A partir da Análise de Conteúdo, agrupei as temáticas encontradas em três categorias principais: “direitos e garantias”, “*impeachment* de Dilma” e “denúncias contra Cunha”. A categoria mais proeminente foi “denúncias contra Cunha” (81,34%), seguida de “*impeachment* de Dilma” (49,15%) e de “direitos e garantias” (20,33%).

Ao longo da gestão de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados, houve alterações na ocorrência dessas categorias temáticas. Logo que Cunha assumiu o cargo, a categoria temática “direitos e garantias” obteve seu auge. As notícias desse período destacaram que o político é membro da “bancada evangélica” e trouxeram elogios de pastores e celebridades *gospel* por ele se posicionar contrário ao direito ao aborto e à adoção de crianças por casais homoafetivos.

Na medida em que se intensificaram as matérias sobre “denúncias contra Cunha”, a categoria temática “direitos e garantias” passou a ter outros protagonistas, como os deputados evangélicos Marco Feliciano (PSC-SP) e Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). Já as matérias que abordavam as temáticas “denúncias contra Cunha” e “*impeachment* de Dilma” tiveram seu auge em outubro de 2015, quando aumentaram ameaças de cassação do mandato do deputado Eduardo Cunha e de deposição da presidenta Dilma Rousseff. Já no final da gestão de Eduardo Cunha na Câmara, o próprio *Gospel Mais* assumiu postura crítica em relação ao deputado evangélico.

O terceiro objetivo específico foi analisar a presença de enquadramentos de ação coletiva no noticiário. A fim de alcançar esse objetivo, estabeleci como pergunta: *Qual a ocorrência e como se inter-relacionam os elementos identidade, ação e injustiça nas matérias do Gospel Mais?* Para respondê-la, recorri à Análise de Enquadramento a partir da adaptação de categorias propostas por Gamson (2011). Esta investigação revelou a preponderância do enquadramento *injustiça* nas três categorias temáticas, funcionando como elemento chave que integrou os demais componentes de ação coletiva.

Em relação à *injustiça* no noticiário do *Gospel Mais*, foi possível observar disputa de narrativas presentes no tecido social. O julgamento moral, nesses casos, se ancorou em valores maniqueístas de justo *versus* injusto, bem *versus* mal, honesto *versus* corrupto, vilão *versus* vítima, característicos da religião cristã e do pensamento ocidental.

Nas matérias das categorias temáticas “denúncias contra Cunha” e “*impeachment* de Dilma”, o deputado Eduardo Cunha apareceu, de maneira explícita ou implícita, como principal vilão, ou seja, como ator motivado que causou intencionalmente danos e prejuízos. No entanto, ao mesmo tempo em que apareceu como culpado, Eduardo Cunha foi defendido por deputados e pastores evangélicos em várias ocasiões, sob o argumento de que foi vítima de armação. O PT, o governo e a presidenta Dilma também foram construídos como vilões em narrativas, mas sem direito a defesa, salvo raras exceções.

Nas matérias classificadas na categoria temática “direitos e garantias”, a *injustiça* se mostrou fortemente vinculada ao enquadramento de *identidade*, pautado na definição de “nós evangélicos” em oposição a um “eles” (movimentos sociais, feministas, LGBTs, de esquerda e a mídia). A ação coletiva desses movimentos foi desencorajada ou desqualificada nas narrativas dessa categoria, nas quais são acusados de perseguidores, vândalos ou de defenderem práticas criminosas.

Quando o assunto é “denúncias contra Cunha”, o *Gospel Mais* demonstrou postura ambivalente: as matérias analisadas encorajam tanto manifestações em defesa de Eduardo Cunha quanto mobilizações que pedem a punição do parlamentar evangélico. Nos textos que abordam o “*impeachment* de Dilma”, por sua vez, os protestos contra a presidenta são legitimados, aparecendo como expressão da vontade do povo brasileiro. Já as mobilizações sociais contra a queda da presidenta são desqualificadas ou desencorajadas nos discursos presentes no noticiário do *Gospel Mais*.

Destarte, entendo que foi cumprido o objetivo geral desta pesquisa de analisar a cobertura do *Gospel Mais* sobre Eduardo Cunha no que se refere a suas características jornalísticas e à produção de sentido sobre acontecimentos políticos.

Considero, ainda, que esta investigação traz contribuições para pesquisas brasileiras sobre mídia, religião e política, especialmente por pesquisar o noticiário do *Gospel Mais*, o que conferiu caráter de ineditismo ao estudo. Além disso, ao buscar compreender a cobertura de episódios envolvendo a figura pública de Eduardo Cunha em portal de notícias voltado para o segmento evangélico, este estudo contribui para compreensão das batalhas discursivas travadas na arena pública em torno de questões políticas relativas a direitos sociais e individuais, à laicidade e à democracia.

Dentre as limitações desta pesquisa, destaco a falta de tempo hábil, o que impossibilitou a realização de entrevistas com a equipe do *Gospel Mais*, dificultando compreensão da rotina produtiva e de impressões e práticas compartilhadas entre os jornalistas. Assim, sugiro que investigações futuras se debruçam sobre a rotina produtiva do portal e sobre discursos ressoados pela equipe do *Gospel Mais*. Além disso, estudos posteriores podem comparar o noticiário do *Gospel Mais* com o de outros “portais evangélicos” ou de veículos tradicionais de comunicação. Ressalto ainda a importância da realização de pesquisas sobre movimentos dissidentes, como é o caso de grupos de evangélicas que lutam pela igualdade de gênero e de ativismo político evangélico progressista.

Tendo em vista os aspectos abordados, faz-se necessário discutir o que os resultados desta pesquisa revelam sobre o contexto de “golpe parlamentar” sofrido pelo País com a deposição de Dilma Rousseff. Esta investigação joga luz sobre discursos antipetistas e antiesquerda, presentes em matérias do *Gospel Mais* e disseminados por elites religiosas, econômicas e midiáticas com o objetivo de legitimar o golpe e consolidar um novo projeto de poder. Esse projeto tem se concretizado a partir do estabelecimento de agenda de retrocessos sociais, impactando diretamente na vigência de garantias e liberdades conquistadas pela sociedade brasileira, e potencializando o cenário de desigualdades sociais no País.

Este estudo evidenciou ainda a atuação política de grupo de pastores e parlamentares evangélicos no episódio do golpe, cujos discursos demonizaram movimentos feministas, LGBTs e de esquerda, acusando-nos de estarem associados a uma

“força sobrenatural maligna”. Esses atores evangélicos obtêm ressonância a partir do processo de midiaticização de igrejas, de estratégias de comunicação articuladas pela Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e da visibilidade que discursos conservadores e reacionários têm obtido na agenda de veículos tradicionais de comunicação.

Outra discussão relevante diz respeito a discurso fundamentalista de ataque a direitos das mulheres e da população LGBT, propagado por lideranças evangélicas e que têm ganhado repercussão junto a setores reacionários da sociedade. Sob justificativas em torno de uma moralidade retrógrada e da “defesa da família”, esses grupos religiosos dão respaldo a discursos de ódio baseados em preconceitos e estigmatização, ao mesmo tempo em que buscam mobilizar bases sociais e aumentar seu poder econômico e político.

Por fim, cabe ressaltar que, entre o episódio da renúncia do deputado Eduardo Cunha do cargo de presidente da Câmara e a data da defesa desta dissertação, ocorreram desdobramentos em relação a denúncias da Operação Lava Jato e à figura pública de Eduardo Cunha, os quais não foram incluídos neste trabalho. Trata-se de episódios importantes da história do Brasil, que ainda estão se desenrolando e poderão se tornar objeto de futuras pesquisas.

PROVÉRBIOS⁵⁷ – REFERÊNCIAS

ANCINE. **Informe de Acompanhamento do Mercado: TV Aberta.** Resultados de 2015. Elaboração: Ana Corrêa, Luana de Freitas Costa, Silvia Helena Filippo.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto (trad.), São Paulo: Edições 70, 2011.

BATESON, Gregory. **A theory of play and fantasy:** Psychiatric Research Reports, nº 2, 1954.

BRIGHTON, Paul; FOY, Dennis. **Analysing News Values. The key analysis of Galtung and Ruge's structuring and selecting News.** In: BRIGHTON, Paul; FOY, Dennis. News Values. Londres: Sage: 2007.

BORELLI, Viviane. Dispositivos midiáticos e as novas “formas” do fenômeno religioso. In BORELLI, Viviane (org). **Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira.** Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

BRASIL. Congresso. Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Representação Nº 01, de 2015.** Relator: Deputado Marcos Rogério. Representantes: Partido Socialismo Liberdade – PSOL e Redes Sustentabilidade. Representado: Deputado Eduardo Cunha. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, p. 1-87, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/pareceres/parecer-do-dep-marcos-rogerio-rep-01-15-em-desfavor-do-dep-eduardo-cunha>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Inquérito Nº 3893/DF, de 2015.** Autor: Ministério Público Federal. Relator: Ministro Teori Zavascki. Denunciados: Eduardo Cosentino Cunha e Solange Pereira de Almeida. Brasília, DF: Procuradoria-Geral da República, p. 1-85, 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Inq3983EduardoCunha.pdf/view>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Inquérito Nº 4146/DF, de 2016.** Autor: Ministério Público Federal. Autor: Ministério Público Federal. Relator: Ministro Teori Zavascki. Denunciado: Eduardo Cosentino Cunha. Brasília, DF: Procuradoria-Geral da República, p. 1-104, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Denncia_Eduardo_Cunha.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

⁵⁷ O *Livro dos Provérbios* (ou *Provérbios de Salomão*) é o segundo livro da terceira seção da Bíblia hebraica e foi escolhido para nomear o capítulo *Referências* desta dissertação porque cada qual aponta, a sua maneira, instruções e caminhos para obter maior conhecimento e sabedoria.

BURKE, K. **Attitudes towards history**. New York: New Republic, 1937.

CAMPOS, João. **Nota à nação brasileira, de 06 de abril de 2016**. Frente Parlamentar Evangélica. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/bancada-evangelica-anuncia-apoio-impeachment-dilma-82095.html>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

CHAGAS, Luãn José Vaz. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan]. **Revista Compólitica**, vol. 6, n.º 2, 2016.

CORNELISSEN, Joep P.; WERNER, Mirjam D. **Putting Framing in Perspective: A Review of Framing and Frame Analysis across the Management and Organizational Literature**, *The Academy of Management Annals*, vol. 6, n.º 8, p. 181-235, 2014.

CUNHA, Eduardo. **Projeto de Lei Nº 1672, de 2011**. Institui o "Dia do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. **“Vinho novo em odres velhos”**: Um olhar comunicacional sobre a explosão do gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

_____. **Do púlpito às mídias sociais**: Evangélicos na política e ativismo digital. Edição 1ª, Editora Prismas: 2017.

D'ANGELO, Paul. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. **Journal of Communication**, vol. 52, n.º 4, p. 870-888, 2002.

DIAS, Tainah Biela. A Frente Parlamentar Evangélica e os direitos sexuais e reprodutivos: ameaças à laicidade no Brasil contemporâneo. **Mandrágora**, vol. 23., n.º 2, p. 179-203, 2017.

ENTMAN, Robert M. Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11, **Political Communication**, vol. 20, n.º 4, p. 415-432, 2003.

_____. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, n.º 4, p. 51–58, 1993.

FAUSTO NETO, Antônio. **Processos midiáticos e construção das novas religiosidades**: Dimensões discursivas. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, vol. 2, n.º 7, p. 1-13, julho/dezembro, 2001.

_____. Trajetos de pensar em companhia. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (org). **Epistemologia da Comunicação**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016.

FONSECA, Alexandre B. C. da. **Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil:** Um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2002.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2ª ed., Editora Atlas, 2009.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017. **Notas**, Friedrich Ebert Stiftung Brasil, nº 10, julho de 2017.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News. **Journal of Peace Research**, vol. 1, p. 64-90, 1965.

GAMSON, William. **Falando de Política.** MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, vol. 95, p. 1-37, 1989.

GANS, Herbert J. **Deciding What’s News:** A Study of CBS Evening News NBC Nightly News, Newsweek and Time, Pantheon Books, Nova York, 1979.

GHISLENI, Taís Steffenello; BORELLI, Viviane. Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus: websites como dispositivos estratégicos de comunicação. In BORELLI, Viviane (org). **Mídia e religião:** entre o mundo da fé e o do fiel. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching.** Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **An essay on the organization of experience.** New York: Harper, 1974.

GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. **Making News.** Longman, London, 1979.

GOMES, Pedro Gilberto. **Processos Midiáticos e Construção de Novas Religiosidades:** Dimensões Históricas. Cadernos IHU, São Leopoldo-RS, ano 2, nº 8, 2004.

GOMES, Romeu et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de SOUZA; Edinilsa Ramos de (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos:** Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

GONÇALVES, Rafael Bruno. O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos

Deputados (2003-2014). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

GUAZINA, Liziane Soares; OLIVEIRA, Ângela de; BRASIL, Luana Melody. Percepções sobre política e mídia. Análise da cobertura política de blogs jornalísticos. In JORGE, Thais de Mendonça (org). **Notícias em fragmentos: Análise de Conteúdo no Jornalismo**. Jorge Florianópolis: Insular, 2015.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**.

JORGE, Thais de Mendonça. News Values in News Websites: An empirical study of the criteria of newsworthiness in Argentina and Brazil. **Brazilian Journalism Research**, vol. 4, nº 1, semester 1, 2008.

_____. Revelar o digital. Metodologia para materiais efêmeros. In JORGE, Thais de Mendonça Jorge (org). **Notícias em fragmentos: Análise de Conteúdo no Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

_____. Pirâmide e hipernotícia: elementos para uma discussão sobre o texto no jornalismo digital. In PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política, Direitos Humanos e Aborto: Uma análise das opiniões de líderes pentecostais brasileiros. In BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (orgs). **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda: 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: Um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. A religião midiaticizada nas fronteiras entre o público e o privado: uma abordagem teórico-crítica. **Revista Cyberlegenda**, p. 111-122, 2012.

_____. A clausura da diferença: mediatização da religião, enquadramento e identidades em uma discussão online. **Revistas de Estudos Universitários – REU**, vol. 40, nº 2, p. 275-291, dezembro, 2014.

MCLUHAN, Marshall, O meio é a Mensagem. In **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**, São Paulo: Cultrix, p. 21-37, 1969.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino e SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 27, nº 79, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORAES, Gerson Leite de. **Mídia e Religião: uma Relação Estreita**. 10º Encontro Nacional de História da Mídia – Alcar 2015, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, junho, 2015.

MOTA, Célia. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e Sociedade**. Porto Alegre: Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____. GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. Brasília: **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, nº 1, p. 132-149, 2010.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. In PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOURA, Dione Oliveira. A notícia na composição de corpus da pesquisa em jornalismo. In PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

NETO, Ana Luisa Gouveia. O uso político da religião e o uso religioso da política: como a defesa de pautas morais indica uma compreensão de gênero. **Interações**, Belo Horizonte, Brasil, vol. 12, nº 22, p. 323-342, agosto a dezembro de 2017.

NEUMAN, W. Russell, JUST, Marion R.; CRIGLER, Ann. N. **Common Knowledge: News and the construction of political meaning**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

ORO, Ari Pedro. Religião e Política no Brasil. In: ORO, Ari Pedro (org.). **Religião e Política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai**. São Paulo: Attar, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. ‘Bye bye, Brasil’: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, vol. 18, nº 52, 2004.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas (org.). **Comunicação e Política**: Conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

PRATA, Nair; LOPEZ, Debora Cristina; CAMPELO, Wanir. **Panorama do rádio religioso no Brasil**. Intercom – Sociedade Brasileira Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

RIZZOTO, Carla Candida; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, vol. 13, nº 24, 2016.

ROSA, Juliano Pires da; SEVERO, Kellen dos Santos; BORELLI, Viviane. Discurso midiático iurdiano: uma análise do Ponto de Luz. In BORELLI, Viviane (org). **Mídia e religião**: entre o mundo da fé e o do fiel. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

ROTHBERG, Danilo; DIAS, Mariane Bovoloni. Religião, política e eleições na Folha Universal. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, nº 27, p. 20-37, dez, 2012.

SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. O fiel em tempos de web 2.0: interações sociais no blog de Edir Macedo. In BORELLI, Viviane (org). **Mídia e religião**: entre o mundo da fé e o do fiel. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media e effects. **Journal of Communication**, vol. 49, nº 1, p. 103-122, 1999.

SEMETKO, Holli. A.; VALKENBURG, Patti. M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, vol. 50, nº 2, p. 93-109, 2000.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, UFSC, vol. 2, p. 95-107, 1º semestre, 2005.

SOARES, Murilo César. Análise de Enquadramento. In DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**, 2ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SODRÉ, Muniz. Um trajeto literário e conceitual. In. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (org). **Epistemologia da Comunicação**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016.

_____. **Antropológica do espelho**: Uma teoria da comunicação linear e em rede. 8. Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa:** estudando as coisas como funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STOUT, Daniel A.; BUDDENBAUM, Judith M. Media, Religion, and “Framing”. **Journal of Media and Religion**, vol. 2, nº 1, p. 1-3, 2003.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Vega, 2ª edição, 1999.

_____. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretative transnacional, vol. II, Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making News:** A Study in the Construction of Reality. The Free Press. A Division of Macmillan Publishing Co., Inc. New York, London: Collier Macmillan Publishers, 1978.

_____. Contando “estórias”. In TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2ª edição, Lisboa: Vega, 1999.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. Série Comunicação, São Leopoldo: EDITORA UNISINOS, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**. JANNINI, Karina (trad.), 3ª ed., São Paulo: Martins Fonseca, 2008.